

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais

André Valente Maia

**Rumo à América:
Uma análise do investimento externo direto chinês no setor petrolífero na
Argentina, Brasil, Equador e Venezuela (2008 a 2018)**

Porto Alegre

2021

André Valente Maia

Rumo à América:

Uma análise do investimento externo direto chinês no setor petrolífero na Argentina,
Brasil, Equador e Venezuela (2008 a 2018)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Jacqueline A. Haffner

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Maia, André Valente

Rumo à América: Uma análise do investimento externo direto chinês no setor petrolífero na Argentina, Brasil, Equador e Venezuela (2008 a 2018) / André Valente Maia. -- 2021.

137 f.

Orientadora: Jacqueline Angélica Hernández Haffner.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Investimento Externo Direto chinês. 2. Petróleo. 3. América do Sul. I. Haffner, Jacqueline Angélica Hernández, orient. II. Título.

André Valente Maia

Rumo à América:

Uma análise do investimento externo direto chinês no setor petrolífero na Argentina,
Brasil, Equador e Venezuela (2008 a 2018)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Jacqueline A. Haffner

Aprovado em:Porto Alegre, 30 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Jacqueline A. Haffner (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Lucas Kerr Oliveira
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Prof. Dr. Alessandro Donadio Miebach
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A todos que acreditam em mim,
mais que eu mesmo.

AGRADECIMENTOS

A finalização deste trabalho representa um marco no eterno processo de aprendizagem. Para que isso fosse possível, contei com o apoio de muitas pessoas, além das instituições. Por isso, sou imensamente grato a todos aqueles que fizeram parte, direta ou indiretamente, da minha vida durante este período.

Primeiramente, agradeço a sociedade brasileira, que apesar das adversidades, ainda mantém uma universidade pública e gratuita. Sendo assim, agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, por possibilitarem as condições intelectuais e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

Aos professores, cuja forma de atuação, mantiveram aceso o meu interesse pela atividade docente, especialmente à minha orientadora, Jacqueline A. Haffner, que esteve sempre presente, dedicada e preocupada com o rigor acadêmico e com minha saúde mental, neste momento de dificuldades e desafios. Aos professores Lucas Kerr de Oliveira, Alessandro Donadio Miebach e Eduardo Ernesto Filippi, por aceitarem compor a banca examinadora. Aos colegas, integrantes do Núcleo de Estudos do BRICS (NEBRICS) e da Oficina de Estudos de China e Leste Asiático (OfChiLA), pela construção de espaços de aprendizado, debate e compartilhamento de ideias, e todos os outros que contribuíram de uma forma ou outra. Dentre estes, ao Éberson Polita e Lucas Araldi, que ao longo do mestrado tornaram-se amigos sempre presentes, ainda que distantes. Ao Renato e a 万方 (Wan Fang), por todo o aprendizado de chinês.

Aos meus pais e meu irmão, sem os quais seria ainda mais difícil ter chegado até aqui. Ao Jorge, amigo e companheiro, por sua ajuda para que me mantivesse persistente em meus objetivos. À Cristiane e ao Enio, por todas as palavras de incentivo. À Caroline, pelo apoio e pelas conversas. Ao Antonio, Dilma e Julia, pela amizade e carinho durante a minha estadia na cidade.

摸着石头过河

邓小平

(Atravesse o rio sentindo as pedras)

(Deng Xiaoping)

RESUMO

A China experienciou uma transformação econômica que tem despertado atenção ao redor do mundo. As mudanças internas tinham como estratégia inicial atrair investimentos para o país em prol do desenvolvimento econômico. Posteriormente, a partir da experiência adquirida, e com os bons resultados obtidos, a China tornou-se um investidor internacional. Nesse processo, a América do Sul passa a ser um destino para os investimentos chineses, principalmente nos setores de recursos naturais, pois a região tinha capacidade de atender a sua demanda por estes produtos. Destacam-se, neste sentido, os produtos energéticos. Dentro deste contexto, esta dissertação teve como objetivo analisar a participação do setor petrolífero no total do investimento externo chinês e contratos de construção realizados em quatro países da América do Sul, sendo eles: Argentina, Brasil, Equador e Venezuela. Também, foi objetivada a participação da China no total das exportações de petróleo realizadas por esses países. Para tal, realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica para discutir o processo de internacionalização das empresas petrolíferas chinesas. Para melhor compreensão desse processo, analisamos as reformas de abertura econômica e modernização, adotadas por esse país, a partir do final da década de 1970, e seus reflexos nas políticas do investimento externo direto. Soma-se a isso a relevância das questões energéticas e das relações internacionais na execução dessas reformas. Em adição, adotamos uma abordagem quantitativa em relação aos dados do investimento, dos contratos de construção e das exportações de petróleo. Concluímos que o petróleo, nos países selecionados para esta pesquisa, foi um elemento determinante na atração do investimento chinês e a partir disso, o comércio de petróleo com a China foi ampliado. Conclui-se, ainda que a atuação das empresas chinesas nesse setor foi resultado das transformações ocorridas no interior da China derivada de uma estratégia desenvolvida pelo Estado chinês.

Palavras-chave: Investimento Externo Direto chinês. Petróleo. América do Sul.

ABSTRACT

China has experienced an economic transformation that has attracted attention around the world. The internal changes had as an initial strategy attracting investments to the country in favour of economic development. Subsequently, based on the experience gained and with the good results obtained, China became an international investor. In this process, South America becomes a destination for Chinese investments, mainly in the natural resources sectors, as the region had the capacity to meet their demands for these products. In this sense, energy products stand out. In this context, this dissertation aimed to analyse the participation of the oil sector in the totality of the Chinese foreign investment and construction contracts carried out in four South American countries, namely: Argentina, Brazil, Ecuador and Venezuela. China's participation in the totality of oil exports made by these countries was sought through. To this end, we conducted a documentary and bibliographic research to discuss the Chinese oil companies' internationalization process. For a better understanding of this process, we analysed the reforms of economic opening and modernization, adopted by this country, from the end of the 1970's decade, and their reflexes in foreign direct investment policies. Alongside the argument, it is the relevance of energy issues and international relations in these reforms implementation. We take a quantitative approach to investment data, construction contracts and oil exports. We conclude that oil, in the research selected countries, was a determining factor in attracting Chinese investment, and from that point on, oil trade with China was expanded. As a final point, the performance of Chinese companies in this sector was the result of transformations occurred in China's interior, as resulted by a strategy developed by the Chinese state.

Keywords: Chinese Foreign Direct Investment. Petroleum. South America.

文摘

中国经历了举世瞩目的经济转型。内部改革已成为吸引投资到该国以促进经济发展的一项初步战略。随后，根据取得的经验和取得的良好成果，中国成为国际投资者。在这一过程中，南美洲成为中国投资的目的地，主要投资于自然资源部门，因为该地区有能力满足中国对这些产品的需求。从这个意义上说，能源产品脱颖而出。在此背景下，本文旨在分析中国在阿根廷、巴西、厄瓜多尔和委内瑞拉四个南美国家的对外投资和建设合同中石油部门的参与情况。中国参与了这些国家全部的石油出口。为此，我们对中国石油企业的国际化进程进行了文献和文献研究。为了更好地理解这一过程，我们分析了该国自 20 世纪 70 年代末开始实行的经济开放和现代化改革，以及这些改革在外国直接投资政策中的反映，同时也分析了能源问题和国际关系在这些改革实施中的相关性。我们对投资数据、建筑合同和石油出口采取定量方法。我们得出结论，在选定的研究国家中，石油是吸引中国投资的决定性因素，从那时起，与中国的石油贸易扩大了。最后一点，中国企业在这一领域的表现是中国内地转型的结果，这是中国政府制定的战略的结果。

关键字：中国对外直接投资。石油。南美洲。

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação dos países no total do IED chinês e contratos de construção em países selecionados da América do Sul (2005-2018), em percentual.....	76
Gráfico 2 - IED e contratos de construção chinês no setor energético em países selecionados da América do Sul (2005-2018), em valor	77
Gráfico 3 - IED e contratos de construção chinês no setor petrolífero em países selecionados da América do Sul (2005-2018).....	78
Gráfico 4 - Reservas provadas de petróleo em bilhões de barris em países selecionados da América do Sul (2018).....	78
Gráfico 5 - Participação do setor energético e petrolífero no total do IED (2005-2018)	79
Gráfico 6 - Participação chinesa no estoque total de IED nos países selecionados no ano de 2018 (valores em bilhões de USD).....	90
Gráfico 7 - Investimentos chineses nos países selecionados-2000-2018 (milhões de USD)	91
Gráfico 8 - Percentagem de petróleo exportado em relação a produção no ano de 2018	94
Gráfico 9 - Participação chinesa no total de petróleo exportado 1993-2018	95
Gráfico 10 - Empréstimos chineses totais para os países sul-americanos no período 2005-2018 (bilhões de dólares).....	96
Gráfico 11 - Relação entre o percentual de petróleo exportado para a China e o estoque de investimento externo direto somado ao total de contratos de construção no Equador.....	100
Gráfico 12 - Relação entre o percentual de petróleo exportado para a China e o estoque de investimento externo direto somado ao total de contratos de construção na Venezuela	103
Gráfico 13 - Relação entre o percentual de petróleo exportado para a China e o estoque de investimento externo direto somado ao total de contratos de construção no Brasil	106
Gráfico 14 - Relação entre o percentual de petróleo exportado para a China e o estoque de investimento externo direto somado ao total de contratos de construção no Argentina.....	109

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do IED e contratos de construção chinês no Equador	99
Mapa 2 - Localização do IED e contratos de construção chinês no Venezuela	102
Mapa 3 - Localização do IED e contratos de construção chinês no Brasil	105
Mapa 4 - Localização do IED e contratos de construção chinês na Argentina.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação (%) da China no total de petróleo exportado pelos países da América do Sul.....	72
Tabela 2 - Exportações de petróleo para a China em valores (milhões USD)	73
Tabela 3 - Total do IED chinês e contratos de construção em países selecionados da América do Sul (milhões de USD).....	75
Tabela 4 - Investimento externo direto chinês e contratos de construção realizados no setor petrolífero do Equador no período 2005-2018.....	98
Tabela 5 - Investimento externo direto chinês e contratos de construção realizados no setor petrolífero do Venezuela no período 2005-2018	101
Tabela 6 - Investimento externo direto chinês realizado no setor petrolífero do Brasil no período 2005-2018	104
Tabela 7 - Investimento externo direto chinês realizado no setor petrolífero da Argentina no período 2005-2018.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Agência Nacional do Petróleo
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGIT	China Global Investment Tracker
CNOOC	China National Offshore Oil Corporation
CNPC	China National Petroleum Corporation
EIA	U.S. Energy Information Administration
EUA	Estados Unidos da América
LLL	Linkage-Leverage-Learning (ligação-alavancagem-aprendizagem)
IEA	International Energy Agency
IED	Investimento Externo Direto
OECD	Organisation for Economic Co-Operation and Development
OLI	Ownership-Location-Internalization (propriedade-localização-internalização)
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAE	Pan American Energy
PIB	Produto Interno Bruto
Red ALC-CHINA	Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China
Sinopec	China National Petrochemical Corporation
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
ZEE	Zona Econômica Especial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A ABERTURA ECONÔMICA CHINESA E O INVESTIMENTO DIRETO	22
2.1 ABERTURA ECONÔMICA	22
2.2 EXPERIÊNCIA COM O INVESTIMENTO EXTERNO	32
2.3 BUSCA POR OPORTUNIDADES EXTERNAS	43
3 CARACTERÍSTICAS DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS	49
3.1 AS TEORIAS DO IED	54
3.2 A QUESTÃO ENERGÉTICA E O PAPEL DAS PETROLÍFERAS	62
3.3 INVESTIMENTO, COMÉRCIO E PETRÓLEO	71
4 A PRESENÇA CHINESA NA ARGENTINA, BRASIL, EQUADOR E VENEZUELA	82
4.1 AS RELAÇÕES BILATERAIS	84
4.2 OS INVESTIMENTOS CHINESES	88
4.3 O PETRÓLEO	93
4.3.1 Equador	97
4.3.2 Venezuela	101
4.3.3 Brasil	104
4.3.4 Argentina	107
5 CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS	120
ANEXO A – TIPOS DE PARCERIAS	137

1 INTRODUÇÃO

Inevitável iniciar este trabalho sem destacar os efeitos provocados com o advento da pandemia de COVID-19. As consequências desse evento ainda serão analisadas, estudadas e debatidas nos anos vindouros. Para além dos efeitos individuais, o impacto na economia tem destruído muitas previsões anteriormente estabelecidas e dificultado a construção de novas. Por outro lado, tem intensificado o processo de transformação do centro econômico global, consolidando a China como a fábrica do mundo e, conseqüentemente, expandindo sua participação no comércio global (HANNON; JEONG, 2021).

Uma grande mudança sentida em 2020, como efeito da pandemia, foi no fluxo de investimento externo direto (IED). O IED global encerrou o ano com uma queda de 42% comparado ao ano anterior. Foram aproximadamente USD 859 bilhões frente os USD 1.5 trilhões investidos em 2019. O valor de 2020 ficou 30% abaixo da queda ocorrida durante a crise financeira mundial de 2008. Entretanto, o colapso do IED foi amplo, mas não totalmente abrangente, visto que alguns países apresentaram crescimento. Isso evidencia uma tendência histórica de seletividade de países como receptores. As maiores quedas se concentraram em países desenvolvidos, cujo percentual de queda chegou a 69%. Os países em desenvolvimento tiveram uma redução de 12%, o que fez com que estes concentrassem 72% do investimento global, o maior percentual desde o início dos registros, em 1980. Dentre as economias em desenvolvimento, a distribuição regional também foi desigual. A maior queda ocorreu na América Latina e Caribe, foram 37%, enquanto que na África foi de 18% e na Ásia 4%. O baixo percentual registrado no continente asiático, que recebeu um terço do IED realizado em 2020, foi consequência do aumento do IED realizado na Índia e na China, 13% e 4% respectivamente (UNCTAD, 2021).

A capacidade chinesa de atrair investimentos durante o ano de 2020 contrariou as previsões estabelecidas pela UNCTAD, a qual previu, no início da pandemia, em 2020, uma significativa queda no ingresso de IED na China e a manutenção dos fluxos para os Estados Unidos (EUA) (HANNON; JEONG, 2021). Entretanto, pela primeira vez o IED captado pela China superou o dos EUA, cuja queda foi de 49% comparado a 2019 (UNCTAD, 2021). Mesmo assim, o estoque de

investimento realizado nos Estados Unidos continua sendo superior ao chinês, porém as expectativas para a manutenção dos fluxos de IED para a China continuam favoráveis, uma vez que grandes empresas anunciaram a intenção de intensificar os investimentos no país asiático, como Adidas, Honeywell International Inc., Walmart Inc., Tesla Inc., AstraZeneca Inc. (HANNON; JEONG, 2021).

A partir dessa demonstração, evidencia-se a capacidade chinesa em atrair investimentos, fato que ocorre desde o final dos anos 1970, quando o país adotou uma série de reformas políticas e econômicas, que incorporavam a política de Portas Abertas e Quatro Modernizações. O fluxo inverso foi revelado, posteriormente, pelos chineses quando começou o processo de internacionalização de suas empresas, tendo eles grande habilidade como fonte de investimentos. Em ambos os processos, o papel do Estado foi fundamental, uma vez que buscou controlar e direcionar os investimentos, tanto de entrada, quanto de saída. Os setores considerados estratégicos foram fortemente incentivados, como foi o caso do setor petrolífero.

Neste sentido, observa-se que o petróleo foi uma fonte de preocupação para o país desde a constituição da República Popular da China. Da busca por reservas e a realização da autossuficiência, durante as décadas de 1950 e 1960, passando pela exportação do produto, durante o processo de modernização dos anos 1970 e 1980, até a dependência nas importações, nos anos 1990, e a internacionalização das empresas petrolíferas nos anos 2000, o governo chinês dedicou atenção e esforços em manter o país abastecido. O desenvolvimento econômico experienciado nas últimas décadas, resultou em um consumo energético cada vez maior. Tanto que, desde 2011, o país foi o maior consumidor mundial de energia (U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015) e a partir de 2017, o maior importador de petróleo bruto (U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2018). A importância do produto e a incapacidade de suprimento através da produção interna contribuíram para a internacionalização das empresas petrolíferas, que com o apoio estatal e o planejamento do país conseguiram atingir o estágio adiantado de internacionalização em que se encontram hoje.

Foi dentro dessa estratégia de internacionalização que as petrolíferas chinesas iniciaram seus investimentos e produção na América do Sul, ao mesmo tempo em que o comércio de petróleo foi gradativamente sendo ampliado. Conseqüentemente, a participação da região no total das importações do produto pela China passou de 0,92%, no ano 2003, para 13,42% em 2019 (UNITED

NATIONS, 2019). Esse aumento foi reflexo de uma alteração da estratégia de segurança energética chinesa, a qual visava uma diversificação de seus fornecedores, reduzindo a dependência de uma única região na composição de suas importações de petróleo. A região latino-americana, como fornecedora de petróleo, possui uma importância estratégica em relação ao transporte, propriedade e espaço para ampliação da produção, uma vez que uma rota pelo Oceano Pacífico permite desviar pontos sensíveis de trânsito, como o Estreito de Hormuz e Malaca, por onde passam o petróleo oriundo do Oriente Médio e África (KOCH-WESER, 2015).

Desta forma, dentro do contexto apresentado sobre a China anteriormente, a pergunta de pesquisa que se pretende responder nesta dissertação é: os recursos petrolíferos localizados nos países da América do Sul foram determinantes na atração do investimento chinês?

O objetivo geral da pesquisa é analisar o IED realizado por empresas chinesas no setor petrolífero e a participação do país no total das exportações do produto dos países produtores da América do Sul. Entretanto, é necessário destacar que o petróleo exportado para a China não constitui a totalidade da produção das petrolíferas chinesas instaladas nesses países, uma vez que a maior parte do petróleo produzido por essas empresas são comercializados no mercado local. Os objetivos específicos relacionados com o objetivo geral incluem (i) apresentar as transformações ocorridas com a implementação da política de Portas Abertas e das Quatro Modernizações na China e seu reflexo no IED; (ii) analisar o desenvolvimento teórico sobre o IED com a emergência dos países em desenvolvimento como fonte de investimentos; (iii) demonstrar a evolução do setor petrolífero chinês e a centralidade estratégica para o governo; (iv) apresentar os dados do IED chinês e exportações de petróleo para a China pelos países da América do Sul; (v) identificar a participação do setor petrolífero no total do IED chinês realizado nos países sul-americanos, assim como as exportações de petróleo desses países para a China.

A hipótese geral desta pesquisa é que o petróleo foi um recurso determinante na atração do IED chinês nos países analisados, dado que o setor petrolífero abriga um alto percentual do estoque do IED chinês, aproximadamente 25% do total. A partir disso, trabalhamos com uma hipótese secundária, em que o IED chinês realizado nesses países ampliou o comércio de petróleo com a China, aumentando as exportações do produto para o país asiático.

O método de abordagem que irá nortear esta dissertação será o indutivo, entendido como sendo “um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas” (MARCONI; LAKATOS, 2003). Com isso buscamos, a partir da particularidade do IED chinês no setor petrolífero, inferir se o direcionamento do IED chinês para os países selecionados teve como motivação o acesso aos recursos petrolíferos.

Como técnicas de pesquisa, será utilizado, em sua maioria, documentação indireta devido a necessidade do levantamento de fontes variadas, realizando uma pesquisa documental e bibliográfica sobre o tema que servirão para uma contextualização histórica da trajetória chinesa, principalmente referente às transformações e mudanças ocorridas a partir da adoção de medidas que contribuíram para a abertura econômica e modernização do país, além de questões energéticas e das relações internacionais, sempre buscando destacar o impacto sobre o IED chinês e o setor petrolífero.

Na questão central da pesquisa, a abordagem será quantitativa uma vez que serão apresentados os dados do IED e contratos de construção chinês, além de dados referente as exportações de petróleo, via comércio, para a China e as reservas petrolíferas dos países analisados. Neste ponto destacamos que os dados de comércio de petróleo são apenas uma ferramenta escolhida para avaliar o reflexo do IED no setor petrolífero, e a partir dessa observação verificar o quantitativo de petróleo que está sendo enviado para a China.

A partir dessas informações estabelecemos o recorte geográfico da pesquisa. Visto o objeto de estudo desta investigação estar concentrado no petróleo, e a distribuição geográfica deste recurso dentre os países da América do Sul ser desigual, buscamos determinar quais países apresentaram um maior relacionamento no setor petrolífero com a China. Para tal, estabelecemos cinco variáveis para análise. A primeira delas foi o total do IED e contratos de construção chinês realizados nos países da América do Sul. A segunda e a terceira foram derivadas da primeira, uma vez que os valores totais da primeira variável foram setorizados, evidenciando os dados alocados no setor energético e posteriormente no setor petrolífero. A quarta variável consiste no petróleo exportado para China, em termos de valor, e por fim, reunimos os dados referentes as reservas de petróleo dos países sulamericanos. A partir dessa análise, elencamos os cinco principais países da

América do Sul em cada uma das variáveis. Como consequência, constatamos que quatro países estavam entre os cinco principais em todas as variáveis. Sendo eles Argentina, Brasil, Equador e Venezuela. Assim justifica-se o recorte geográfico¹.

A teoria utilizada para explicar os fenômenos elencados nesta pesquisa terá como base as expansões teóricas desenvolvidas a partir do paradigma eclético ou OLI proposto por Dunning (1973, 1980, 1988, 2000), conforme proposições desenvolvidas pelo mesmo autor em parceria com Lundan (2008), os quais destacaram o papel das instituições, como também Yadong Luo e Rosalie Tung (2007) com a estratégia trampolim e Mathews (2006) com a estrutura LLL. No caso das petrolíferas, cabe destacar a confluência de interesses entre empresas e governo, uma vez que o acesso aos recursos naturais constitui uma dimensão comum, o que justifica o incentivo e apoio do Estado Chinês (CHENG; MA, 2007; HOUSER, 2008; ZWEIG, 2006).

Esta dissertação está composta por cinco capítulos, além deste capítulo introdutório, somam-se outros três e a conclusão. No segundo capítulo abordaremos o processo de abertura econômica realizada na China a partir dos anos 1970, destacando as medidas e estratégias adotadas pelo governo a fim de criar um ambiente propício para a atração do IED e o posterior incentivo para a internacionalização de suas empresas, fato que ocorreu com maior intensidade após o ingresso do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), o que ampliou o processo de globalização da economia chinesa. Essa intensificação foi resultado de políticas de incentivo por parte do governo, que incluíam apoio financeiro e remoção de ferramentas de controle que impossibilitavam determinadas empresas de investir no exterior. Nesse processo as empresas estatais consideradas estratégias foram reformadas e alavancadas pelo governo, tornando-as “campeãs nacionais”.

Em seguida, no terceiro capítulo, discutiremos o desenvolvimento teórico do IED e o desafio apresentado com a emergência de empresas originárias de países em desenvolvimento, como fonte do IED. Neste mesmo capítulo abordamos a importância do setor energético para o Estado chinês e o papel das petrolíferas como mecanismo de contribuir para a segurança energética do país. Neste contexto introduzimos a América Latina na análise, evidenciando os países com maior participação no IED chinês e nas exportações de petróleo para a China.

¹ A classificação dos países e as variáveis estabelecidas estão demonstrados na Tabela 4.

Por fim, no quarto capítulo, os países selecionados para o estudo são analisados detalhadamente, partindo das relações bilaterais e culminando na análise dos dados do IED e do comércio de petróleo com a China.

Encerrando a pesquisa, expomos as conclusões.

2 A ABERTURA ECONÔMICA CHINESA E O INVESTIMENTO DIRETO

Na atualidade a importância da China para a economia mundial é amplamente evidenciada. O país asiático se tornou proeminente em diversos aspectos, principalmente no econômico. Essa projeção provocou um efeito em cadeia que afetou de forma desigual todos os países. O desenvolvimento econômico da China e sua inserção no sistema mundial podem ser datados, porém a definição de marcos históricos apenas nos auxilia na compreensão de tais fenômenos, já que ocorreram dentro de um processo histórico no qual sempre é possível retornar em busca de suas bases.

Após a constituição da República Popular da China, em 1949, o país enfrentou um processo de isolamento internacional que fez com que o governo buscasse internamente os recursos necessários para o seu desenvolvimento. No final dos anos 1970 mudanças internas e externas possibilitaram a ampliação dos contatos internacionais e a gradual inserção do país no sistema mundial. Nesse processo de transição, rupturas e continuidades, em relação ao modelo vigente desde 1949, foram evidenciados. De um governo isolado internacionalmente a um país inserido na globalização do final do século XX e início do XXI, este foi o caminho percorrido pela República Popular da China desde sua fundação até os dias atuais.

É nesse processo de transição que iremos focar a seguir, na abertura econômica chinesa a partir da década de 1970, sua busca em atrair investimentos estrangeiros e posteriormente a internacionalização de suas empresas. Dedicamos especial atenção ao setor petrolífero, fundamental no fornecimento da energia necessária para o desenvolvimento econômico.

2.1 ABERTURA ECONÔMICA

A modernização foi uma ideia presente no pensamento chinês durante todo o século XX, cujos principais propósitos eram: recuperar a soberania do país frente as interferências externas sofridas ao longo do século XIX, período no qual os chineses se referem como o “Século das Humilhações”, e construir um Estado moderno e industrializado. Esse foi o pensamento dos líderes revolucionários chineses da

primeira metade do século XX, tanto os nacionalistas quanto os comunistas (CHANG, 1988). Entretanto, as alternativas para a modernização se diferenciavam conforme o grupo social e/ou político. Essas divergências permaneceram, gerando acirradas disputas políticas após a constituição da República Popular da China, em 1949, tendo seu ápice ao longo da década de 1970.

Nos anos 1970, a modernização ainda estava na pauta do projeto político. No pós-1949, a economia era baseada na autoconfiança e na autossuficiência. Neste sentido, o foco principal estava nas questões rurais, como a coletivização da propriedade e dos meios de produção, no controle centralizado da acumulação e do investimento de capital e nas restrições do capital estrangeiro e dos fatores econômicos externos. Na época, um grupo do partido, liderado por Deng Xiaoping, defendia maior ênfase no desenvolvimento econômico, na agricultura familiar, na inserção de regras de mercado na economia, na ampliação do comércio internacional e dos investimentos externos oriundos dos países ocidentais e do Japão. A defesa por essas mudanças foi chamada de reformas econômicas, e segundo seus defensores, eram necessárias para superar os problemas criados durante o período de Mao Zedong (CANNON, 1990).

As mudanças econômicas propostas não se deram sem resistência. Ainda que a China fosse governada por um único partido, isso não significava uma concordância irrestrita de todos os membros. Apenas as divergências, embates e disputas políticas não eram tão visíveis como em outras formas de governo. A morte de Mao Zedong em 1976, e os problemas oriundos de seu governo, permitiram uma revisão da estratégia maoísta adotada nas décadas anteriores. Esse processo de revisão, em que deficiências e realizações foram apontadas, permitiu aglutinar membros do partido em um grupo chamado de “pragmáticos”, em favor das reformas, da abertura econômica e das modernizações estabelecidas pós-1978 (CANNON, 1990).

O projeto de abertura e modernização foi ganhando apoio gradualmente, conforme era implementado ao longo dos anos 1980. Oficiais chineses, líderes do setor industrial e acadêmicos argumentavam que o objetivo das reformas em médio prazo deveria ser: estabelecer uma economia de mercado liderada pelo governo, semelhante ao que o Japão e outros países do leste asiático adotaram após a Segunda Guerra Mundial (JINGLIAN; SHITAO, 2015). Ao mesmo tempo, crescia o reconhecimento das limitações existentes nas políticas adotadas anteriormente,

inclusive sendo admitido por muitos dos antigos líderes responsáveis por sua execução (CANNON, 1990). O crescimento econômico tornou-se um pré-requisito para que as reformas continuassem avançando. Da mesma forma, possibilitou a construção de uma base de apoio, tanto no partido quanto na sociedade (CHOW, 2004).

As políticas implementadas nas décadas anteriores foram fundamentais para a adoção da política das Quatro Modernizações² e da Abertura Econômica. Chan (1988) aponta para a drástica mudança de atitude exigida com relação as avaliações do passado, tanto no campo político quanto ideológico. Para a abertura do país à ciência e tecnologia externa, a novos métodos de gerenciamento e principalmente em relação ao capital externo, era necessário romper com a ideologia da Revolução Cultural adotada por Mao Zedong. No processo de reavaliação, erros e acertos foram apontados sempre indicando as mudanças consideradas necessárias e reconhecendo o papel desempenhado pelas lideranças anteriores. Assim como na área econômica, as mudanças ideológicas dentro do partido foram ocorrendo de forma gradual, evitando qualquer ruptura abrupta. Isso fez com que Deng Xiaoping adquirisse apoio em muitos quadros do partido e até mesmo de antigos maoístas que ocupavam cargos de alto nível no governo e nas forças armadas.

Ao se falar nas mudanças necessárias para a implantação das reformas, não se deve pensar em uma completa ruptura com o passado, visão possível a um observador desatento da realidade chinesa. Kueh (2008) apresenta a importância das realizações do período Mao para o estabelecimento das medidas adotadas a partir de 1978, assim como a permanência e continuidade de muitas das políticas do passado. O autor argumenta que sem a base material sólida construída por Mao Zedong seria muito difícil para Deng Xiaoping implementar sua política econômica. Foi justamente a estratégia gradualista adotada na execução dessas reformas, sem desmontar abruptamente as políticas e instituições já estabelecidas, que fez com que tais medidas lograssem êxito (KUEH, 2008).

Com a estratégia gradualista, os traços do passado ainda eram evidentes. O processo de abertura econômica mantinha semelhanças com o caminho percorrido durante a reorientação feita em 1962 com relação ao comércio exterior, quando a

² As Quatro Modernizações foi uma política adotada na China a partir de 1978 que visava modernizar quatro áreas (agricultura, ciência e tecnologia, forças armadas e indústria) consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país.

União Soviética retirou toda ajuda econômica e tecnológica da China e o país buscou estabelecer contatos comerciais com o Japão e países europeus. A atitude soviética foi resultado da degradação do relacionamento com a China, o qual culminou em um conflito na região do rio Amur³, fronteira desses países, contribuindo para a reaproximação com os Estados Unidos, a partir de 1972, o que ficou conhecido como a diplomacia do Ping Pong (KUEH, 2008). Essa atitude de reconciliação com os Estados Unidos foi adotada por Mao Zedong e apoiada por Zhou Enlai e Deng Xiaoping, causando surpresa tanto para chineses como para o restante do mundo (CHANG, 1988). Ainda que a normalização oficial das relações entre os dois países só fosse oficializada em 1978, os benefícios já puderam ser sentidos no início dos anos 1970, com o ingresso do país na Organização das Nações Unidas (ONU), com a suspensão de sanções por parte dos Estados Unidos, as quais permitiram a transferência tecnológica incorporada em plantas de fertilizantes químicos e a remessa de dólares por chineses residentes nos Estados Unidos para a China, fato com grande contribuição no processo de modernização (KUEH, 2008). Sendo assim, durante a primeira metade da década 1970 o comércio entre China e Estados Unidos cresceu rapidamente devido a remoção de restrições por parte do governo estadunidense (CANNON, 1990).

Outro ponto a ser destacado é a importância dada ao comércio exterior, tanto por Mao Zedong quanto por Deng Xiaoping. Na concepção de ambos os líderes, o comércio exterior seria o principal mecanismo a ser utilizado como suporte no processo de industrialização, pois através dele obteria-se o acesso a tecnologia estrangeira, primordial para a modernização do país. Por fim, a forma de lidar com a entrada de investimento externo direto, que parecia ser a principal diferença da doutrina maoísta, se manteve altamente restrito e controlado. O capital externo direcionado à substituição de importações, principalmente a indústria pesada intensiva em capital, foi estritamente restringido em favor do investimento orientado para a exportação, com foco na indústria leve intensiva em mão de obra. Enfim, a orientação do comércio herdada do período Mao se manteve largamente intacta, assim como a busca por tecnologia externa para apoiar o processo de industrialização (KUEH, 2008).

³ A fronteira entre China e União Soviética na região do rio Amur não estavam claramente definidas, fato que provocou alguns conflitos entre os exércitos de ambos os países ao longo do ano de 1969 (MAXWELL, 1975, p. 118). A resolução das questões fronteiriças só foram solucionadas com um pacto assinado no ano de 2008 (EDER, 2014, p. 28).

É importante destacar que, a proeminência de líderes como Mao Zedong e Deng Xiaoping ofuscam o governo que dirigiu a China entre a morte de Mao Zedong, 1976, e a ascensão de Deng Xiaoping em 1978. Hua Guofeng foi um herdeiro do governo de Mao Zedong que chegou ao poder após a morte do grande líder. Seguindo com a mesma estratégia do antigo chefe quanto ao controle burocrático, Hua aproveitou a reaproximação com os Estados Unidos e a abertura propiciada no início da década para executar uma massiva campanha de importação de tecnologia do ocidente. Somente no ano de 1978, o valor total dos contratos de importação foi de USD 7,7 bilhões, quase o dobro do acumulado para o período 1973-1977, que foi de USD 3,9 bilhões. Assim como Deng Xiaoping, Hua Guofeng reconhecia que a tecnologia estrangeira era crucial para a modernização do país, isso justificou a intensificação das importações em 1978. O principal objetivo não era apenas a modernização, mas também tentar reverter a tendência de declínio da produtividade industrial, devido aos constantes reinvestimentos em tecnologias industriais intensivas de capital obsoletas. Entretanto este foi o único ponto em comum entre estes líderes (KUEH, 2008).

O programa de importação tecnológica executado por Hua Guofeng deixou marcas profundas na balança comercial do país. Assim que Deng Xiaoping assumiu a liderança, no final de 1978, a preocupação mais imediata foi reduzir o déficit comercial herdado de seu antecessor e impedir que os custos dessas importações fossem incorporados às crescentes dificuldades de equilíbrio das contas internas, devido ao aumento dos preços nos produtos agrícolas e dos salários urbanos (KUEH, 2008). Entre os anos de 1965 e 1980 a média de crescimento anual das exportações foi de 5,5% e 8% para as importações, já para os primeiros cinco anos da década de 1980 a média foi de 8,8% para as exportações e 17,6% para as importações. Este aumento nas importações causou problemas severos, reduzindo fortemente as reservas de ouro e de moeda estrangeira do país (CANNON, 1990). O primeiro passo adotado foi reduzir drasticamente as importações e dedicar esforços em prol da ampliação das exportações, isso incluía inserir na pauta exportadora todo e qualquer recurso disponível em seu território.

Na véspera da abertura econômica, em 1978, a maior parte das exportações eram compostas por basicamente três produtos: os chamados produtos do petróleo, produtos têxteis e gêneros alimentícios, entretanto os produtos industriais já correspondiam a 46,5% no total das exportações do país. Com um déficit comercial

de USD 906 milhões em 1979, as medidas adotadas conseguiram reverter o desequilíbrio comercial, passando a ser superavitário em USD 6,8 bilhões em 1982. Ainda que o resultado líquido da balança comercial para o setor de alimentos tenha apresentado déficit nesse período, o setor de manufaturados e semi-manufaturados contribuíram com 49% do aumento das exportações, seguido pelo setor mineral, principalmente o petróleo, representando 35% do acréscimo. Esses dados refletem o aumento das exportações chinesas e também evidenciam a importância do petróleo na balança comercial do país, tanto que a indústria voltada ao mercado doméstico trabalhou abaixo de sua capacidade, devido a escassez de combustíveis diante do direcionamento do mesmo para o mercado externo (KUEH, 2008). Essa escassez energética despertou muitas críticas políticas, especificamente em relação as massivas exportações de petróleo para o Japão, usadas como moeda para a importação de tecnologia. Mesmo com críticas internas, o aumento no comércio exterior fez com que muitos líderes reconhecessem a sua importância e benefícios, mesmo que as vantagens fossem desigualmente distribuídas, contribuindo para um desprendimento cada vez maior das políticas ineficientes do passado (CANNON, 1990).

A possibilidade de romper com os modelos do passado só foi possível devido a transformações da ideologia por parte de Deng Xiaoping e seu projeto. Entretanto, isso não significou a negação ou a ausência completa de um ideal a ser seguido. Através da prática e de uma interpretação mais flexível e realista do Marxismo e do Pensamento de Mao Zedong é que as ações políticas dos líderes levariam à concretização do processo de reconstrução do país (CHANG, 1988). Então, a transição chinesa, de uma economia planificada e centralizada para uma economia com maior participação do mercado, trilhou um caminho no qual as reformas foram graduais e baseadas nas experiências adquiridas durante o processo, sem ter uma forte agenda ideológica. Enquanto muitas políticas do período Mao eram conduzidas com o intuito de reformar o comportamento humano através de um sistema centralizado, porém sem instituições suficientes, o sistema de transição pós-1978 pode ser reconhecido como um momento de reformas institucionais (CHEN, 2009). Assim, as reformas econômicas consistiram em mudanças nas instituições em direção aquelas de uma economia de mercado, sendo essas adotadas gradualmente, conforme os resultados e experiências anteriores. Entretanto, para Chow (2004) as instituições sozinhas não seriam suficientes para propiciar o

desenvolvimento econômico, a quantidade e a qualidade do capital humano foram determinantes. O autor aponta para características, como a tradição do trabalho, do empreendedorismo e a alta consideração pela educação como contributos fundamentais.

No processo de transição, a execução das reformas e a política de portas abertas tinham como objetivo possibilitar a realização das Quatro Modernizações. O plano inicial de modernização foi proposto por Mao Zedong em 1955, porém nada se concretizou naquele momento. Em 1964, Zhou Enlai, juntamente com Mao Zedong, articularam novamente a ideia, focando no objetivo de alcançar uma ampla modernização até o final daquele século em áreas como: indústria, agricultura, defesa nacional e ciência e tecnologia. Mais tarde, em 1975, foi apresentado oficialmente durante o primeiro encontro do 4º Parlamento Nacional, pelo então primeiro ministro Zhou Enlai. O objetivo principal com a realização de tal projeto era desenvolver as quatro áreas elencadas nas ideias de 1964, e com isso colocar a China em uma posição de destaque internacional. O desenvolvimento econômico do país seria programado para ser desenvolvido em duas etapas, sendo a primeira entre 1966 a 1980 e a segunda de 1980 a 2000. Novamente, não houve efetivação de nenhuma atitude concreta em relação a esses planos, pelo menos até 1978 (CHEN, 2009; GOODMAN, 1994). Segundo a opinião de um antigo funcionário do alto escalão do governo, as reformas adotadas a partir de 1978, consistiam na retomada do projeto de desenvolvimento econômico do Partido Comunista, anunciado em 1964 por Zhou Enlai, o qual havia sido interrompido devido a Revolução Cultural (CHOW, 2004).

As reformas iniciadas em 1978 são consideradas como o terceiro ponto de virada na história da China no século XX, depois de 1911, ano que foi derrubada a Dinastia Qing e fundada a República da China, e de 1949 com a proclamação da República Popular da China pelo Partido Comunista (GOODMAN, 1994). Foi em dezembro de 1978, durante a Terceira Sessão Plenária do Décimo Primeiro Comitê Central do Partido Comunista da China que a decisão de abandonar certas políticas adotadas por Mao Zedong foi tomada, também foi anunciado que a partir de então o foco mudaria para o desenvolvimento e reformas do sistema econômico (JINGLIAN; SHITAO, 2015). A nova política determinava que os esforços deveriam ser redirecionados, o foco na política e na luta de classes deveria ceder espaço para a economia e a modernização do país. Isso envolvia reduzir a predominância do

planejamento central estatal e permitir maior participação do mercado com uma política de portas abertas, o que incluía uma abertura para o mercado mundial e para os investimentos estrangeiros (CANNON, 1990).

Ainda que os objetivos a serem alcançados estivessem claros, não havia uma ideia estabelecida de qual seria a estratégia mais adequada. O primeiro passo adotado pelo governo, sob a liderança de Deng Xiaoping, foi enviar comissões para o exterior a fim de conhecerem e aprenderem com as experiências de outros países. Segundo declaração de Deng, durante uma visita à Coreia do Norte, essas viagens contribuiriam para ampliar a percepção de muitos líderes com relação ao atraso chinês frente a outros países (JINGLIAN; SHITAO, 2015). Somente no ano de 1978 foram vinte viagens para visitar mais de cinquenta países. No campo político, essas viagens permitiram que líderes do partido, que eram reticentes à política de abertura e modernização, pudessem comprovar o atraso chinês e a importância de avançar com as novas políticas. Ao contrário dos anos 1950, quando as lideranças do partido estavam unidas em prol de um mesmo objetivo, os anos de 1970, evidenciaram a ausência dessa unidade. Isso ocorreu devido as diversas e diferentes interpretações das políticas anteriores, como os resultados da Revolução Cultural, da abordagem de desenvolvimento focada nas mobilizações em massa e das disputas acerca da sucessão de Mao Zedong (GOODMAN, 1994). Apesar das discordâncias internas, é possível evidenciar alterações no cenário interno e externo que contribuíram para ampliar a base de apoio para a execução das reformas.

Neste sentido, no cenário interno podemos apontar para as seguintes transformações no país: a Revolução Cultural, o sistema planejado, a influência das economias vizinhas e o desejo de mudanças de parte da população. No que se refere a Revolução Cultural, a mesma foi perdendo força e tornando-se cada vez mais impopular, contribuindo para a mudança de direção do partido, em prol de manter o apoio popular. O sistema planejado foi sendo percebido por muitas lideranças como economicamente ineficiente e difícil de gerenciar, que associado ao desenvolvimento e crescimento econômico de vizinhos, como Hong Kong, Taiwan, Singapura e Coreia do Sul despertou a atenção da população chinesa para a importância das reformas (CHOW, 2004).

No cenário externo, a ruptura com a União Soviética nos anos 1960, a reaproximação comercial com o Japão e, logo em seguida, com os Estados Unidos, desencadeou o restabelecimento de relações comerciais com países não

comunistas, acelerado ainda mais durante a política de portas abertas (CANNON, 1990). Assim sendo, Deng Xiaoping conseguiu implementar as reformas necessárias, principalmente a modernização via transferência de tecnologia em um ambiente favorável (KUEH, 2008), tanto interno quanto externo, o que seria praticamente impossível em décadas anteriores.

A grande experiência em assuntos externos adquirida ao longo de sua carreira no partido, possibilitou que Deng Xiaoping construísse uma política externa independente, ao mesmo tempo que ampliava a interdependência com outros países. Economicamente, o país estava cada vez mais integrado com o leste e sudeste asiático, gradualmente se expandindo para outros países e regiões (GOODMAN, 1994). Assim a política de reformas foi adquirindo características particulares, composta por um mosaico de experiências bastante distintas.

Ao contrário das reformas adotadas na União Soviética e nos países do leste europeu, os chineses buscaram implementar um processo de reformas conforme suas necessidades. O slogan “construir um sistema econômico com características chinesas”, adotado no início dos anos 1980, nunca foi abandonado pelas lideranças do país e expressa a recusa pela adoção de qualquer modelo até então estabelecido nos manuais de economia. As reformas chinesas tiveram características que possibilitaram distinguí-las de outros países, principalmente o soviético. Para Chow (2004), a primeira delas foi a capacidade chinesa de manter a estabilidade política, com a ausência de qualquer mudança no sistema político. A segunda, refere-se à inexistência de um plano definido, cada passo foi tomado baseado na experiência do anterior, assim gradualmente foi possível verificar os resultados conforme as necessidades chinesas. Na economia isso é chamado de gradualismo, oposto a ideia de terapia do choque, em que medidas são implementadas de forma rápida e rompendo bruscamente com as políticas vigentes.

Cada passo era dado em direção à construção de um sistema econômico orientado para o mercado. As reformas e a política de portas abertas tiveram como base a reforma das áreas rurais e agrícolas, na transição de regiões econômicas urbanas e nas empresas estatais, além de um sistema de abertura direcionado para o mercado internacional (CHEN, 2009). Com isso o governo chinês estava adotando uma nova atitude em relação ao comércio, investimento e tecnologia externa (CANNON, 1990).

A expansão do comércio e do investimento estrangeiro foram dois componentes centrais da política de portas abertas e da estratégia de modernização de Deng Xiaoping. Quando observado a posição adotada pelo governo da China quanto ao papel do investimento externo, percebe-se uma ruptura após 1978. De uma visão que considerava o capital externo como uma forma de exploração capitalista, para uma importante ferramenta a ser utilizada em prol do desenvolvimento econômico (CHOW, 2004). Além da posição adotada para com o investimento externo, o período de reformas também rompeu com um dos aspectos da política maoísta, os empréstimos. A fim de impulsionar o processo de modernização, os líderes recorreram a governos e a instituições internacionais em busca de empréstimos. No início dos anos 1980, o país juntou-se ao Banco Mundial e a outras instituições, antes consideradas ferramentas do sistema imperialista. Essa visão é originária de uma perspectiva marxista (AMIN, 1976; FRANK, 1966; WALLERSTEIN, 1983), a qual analisa essas instituições desde o seu estabelecimento, em um ambiente mundial de disputa ideológica entre dois sistemas, o capitalista e o socialista, até a sua atuação como um instrumento facilitador do desenvolvimento econômico e impeditivo do avanço do comunismo. Entretanto, o acesso a esses capitais implicava a adoção de reformas econômicas e políticas por parte dos países contratantes, que em última análise favorecia os detentores do capital.

O acesso chinês a essas instituições foi facilitado a partir da reaproximação com os Estados Unidos e o afrouxamento das exigências por parte das instituições. As razões para romper com as políticas socialistas anteriores estavam baseadas no anseio de concretizar a modernização do país, uma vez que a tecnologia estrangeira era fundamental (CANNON, 1990). Da mesma forma que a tecnologia era primordial para a modernização, o investimento de capital estrangeiro no país tinha como propósito impulsionar o desenvolvimento econômico. Esses fatores estimularam as lideranças chinesas em manter o país aberto para o mundo exterior (CHANG, 1988).

Para que o desenvolvimento econômico continuasse avançando, o governo tomou medidas com o intuito de gerenciar e direcionar o investimento. Em determinadas áreas foi encorajado, ao passo que em outras houve limitações e até mesmo proibições. Um dos setores que recebeu especial atenção do governo foi o comércio externo, principalmente as exportações. Para facilitar o ingresso da tecnologia estrangeira, as importações foram facilitadas e incentivadas, ainda que

estritamente controladas. Da mesma forma, as exportações foram fortemente incentivadas através do direcionamento do investimento para o setor, já que este era uma importante fonte de acúmulo de moeda estrangeira, necessária para a importação de novas tecnologias. Em consequência desses incentivos, o comércio externo passou a ter uma participação cada vez maior na composição do produto interno bruto (PIB) da China. Em 1978 o volume total do comércio externo, ou seja, a soma das importações e exportações correspondeu a 7% do PIB chinês. Uma década mais tarde, em 1987, o percentual passou para 25%, atingindo 37% em 1998 (CHOW, 2004).

O incentivo dado ao setor de exportações contou com a adoção de políticas públicas que visavam direcionar os investimentos. A atração de capitais externos para auxiliar o desenvolvimento econômico era um dos objetivos das reformas e abertura. Entretanto não bastavam apenas mudanças políticas que permitissem o ingresso de capitais de outros países na China, foi preciso alterações na estrutura operacional da economia para ampliar as expectativas de lucro por parte dos investidores. Com isso, o próximo passo será analisarmos as medidas adotadas em busca de atrair os recursos financeiros estrangeiros para dentro da China.

2.2 EXPERIÊNCIA COM O INVESTIMENTO EXTERNO

Ainda que seja possível traçar uma continuidade entre o período do governo de Mao Zedong e o de Deng Xiaoping, evidenciando as realizações que se tornaram a base para as políticas subsequentes, rupturas foram evidentes e possibilitaram uma clara distinção entre os dois governos. Uma dessas rupturas foi o abandono de ideias que consideravam o investimento externo como uma ferramenta de exploração e a adoção de medidas que concentravam esforços na atração destes investimentos para o país como uma das formas de ampliar o acesso à maquinário, equipamentos e avançada tecnologia. O primeiro passo dado nessa direção foi a promulgação, em 1979, da Lei de Empreendimentos Conjuntos Sino-Estrangeiro⁴, assim como vários outros mecanismos, incluindo a criação de áreas territoriais delimitadas, com uma legislação específica para receber os investimentos, denominadas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) (KUEH, 2008). Estas ações foram identificadas por Kueh (2008) como o programa de desenvolvimento

⁴ Sino-Foreign Joint Venture Law.

internacional conjunto dos recursos chineses, idealizado por Sun Yat-sen no início do século XX.

O estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais constituiu-se em uma experiência limitada e controlada do sistema orientado para o mercado, na qual os resultados obtidos possibilitariam decidir os próximos passos. A intenção com essa política gradualista era reduzir as desvantagens do sistema econômico tradicional, para isso a escolha do local de implantação das ZEEs deveriam ser regiões que apresentassem vantagens econômicas e geográficas, buscando destacar os elementos positivos para o capital externo (CHEN, 2009).

Juntamente com as reformas nas áreas rurais, que desarticulavam a propriedade coletiva e estabeleciam um sistema de contrato familiar, cujo intuito era recuperar a propriedade e a produção familiar. A permissão para o desenvolvimento de empresas privadas, ao mesmo tempo em que era mantido o controle das empresas estatais, e o estabelecimento de Zonas Econômicas Especiais, foram as principais alterações institucionais estabelecidas no início do período de reformas, cujo objetivo era possibilitar canais de ligação com o mercado global (JINGLIAN; SHITAO, 2015).

Desta forma, logo após o anúncio oficial da política de Portas Abertas, em dezembro de 1978, foram implementadas as Zonas Econômicas Especiais, que representavam uma nova ordem econômica na China. A criação dessas áreas, como um ambiente econômico e fiscal especial, foi proposta durante a Conferência Central de Trabalho, convocada em abril de 1979, para pensar a construção de um cenário favorável à atração de investidores estrangeiros, juntamente com sua tecnologia e capital (GOODMAN, 1994). Esperava-se que o processo de reformas contribuísse para melhorar o ambiente interno, possibilitando o mesmo tratamento para empresas domésticas e estrangeiras (CHEN, 2009). No mesmo ano, duas províncias foram selecionadas para a implantação de quatro ZEEs, Shenzhen, Zhuhai e Shantou, na província de Guangdong (Cantão) e Xiamen na província de Fujian (CANNON, 1990; JINGLIAN; SHITAO, 2015). Nota-se a proximidade dessas regiões com Macau, Hong Kong e Taiwan, regiões com maior integração internacional, o que poderia facilitar o fluxo de negócios das ZEEs.

Observa-se que a política de portas abertas e o estabelecimento das ZEEs tiveram um forte impacto no padrão e no volume do comércio externo e dos investimentos, alterando geograficamente a estrutura econômica da China e

influenciando o ritmo de desenvolvimento de diferentes províncias e regiões (CANNON, 1990). O sucesso da experiência com as ZEEs, especialmente Shenzhen, foi comprovado em um breve espaço de tempo, demonstrando a eficácia das políticas adotadas pelo governo e reforçando a estratégia de expansão do comércio e do investimento externo (KUEH, 2008). Assim, em 1984, catorze cidades localizadas na costa marítima, nas margens de importantes rios e nas fronteiras, foram gradualmente transformadas em um sistema de zonas abertas (JINGLIAN; SHITAO, 2015). Era o início da concretização do projeto de levar a China para o mundo, ao mesmo tempo que o mundo era trazido para a China, ou seja, inserir o país na economia global e ampliar a interdependência entre países e regiões (GOODMAN, 1994).

Trazer o mundo para a China era atrair investimentos, tecnologia e a experiência externa. Os empreendimentos estrangeiros nas ZEEs foram encorajados pelo governo, tanto independentes quanto em parcerias com empresas chinesas. A industrialização dessas áreas tinha como objetivo levar a China para o mundo, via exportações. Essas empresas foram beneficiadas com a isenção de impostos sobre o processamento de produtos, tanto locais quanto importados, destinados à exportação. Conseqüentemente, a ampliação das exportações, via capital e conhecimento tecnológico de investidores estrangeiros, ampliava a capacidade de acúmulo de moeda externa, ampliava o acesso a novas tecnologias e absorvia a mão de obra excedente disponível no país (CHOW, 2004).

Os resultados quantitativos já foram observados em 1983, quatro anos após a implementação da política de portas abertas e modernização. O investimento externo direto contabilizado nesse ano foi de USD 910 milhões, o que correspondia a 13% do superavit comercial de 1982. Na época, o investimento externo já estava amplamente difundido, englobando um variado espectro de indústrias. Esse foi um dos motivadores para ampliação do processo de abertura para mais catorze cidades em 1984 (Dalian, Qinhuangdao, Tianjin, Yantai, Qingdao, Lianyungang, Nantong, Shanghai, Ningbo, Wenzhou, Fuzhou, Guangzhou, Zhanjiang and Beihai), as quais usufruíram de vantagens similares as concedidas para as ZEEs (KUEH, 2008).

Mesmo que os resultados iniciais alcançados tenham sido expressivos, a atração de investimentos não foi uma tarefa fácil. Muitos investidores viam a burocracia do sistema chinês como um empecilho ao investimento. Além da burocracia, o desconhecimento da cultura e do método de condução dos negócios

pelos chineses, era outra barreira que se erguia frente ao interesse de ingressar na China. Na cultura chinesa, as relações pessoais, denominada por eles como *guanxi* (关系), muitas vezes é considerado mais importante do que contratos assinados. Na visão dos investidores ocidentais, o sistema chinês ainda era muito deficitário, não fornecendo as garantias consideradas essenciais na cultura e na legislação ocidental. Entretanto, para os vizinhos asiáticos de Hong Kong, Taiwan e Japão, o sistema legal e social chinês era mais familiar, o que favorecia o ambiente de negócios entre investidores desses países (CHOW, 2004). Outro fator que teve forte impacto no volume de investimentos direcionados para China foi a participação de chineses residentes no exterior, os quais passaram a investir no país (CHEN, 2009).

O investimento externo não teve como único destino as ZEEs. Assim como esta não foi a única reforma executada através da política de portas abertas e modernização. Como apresentado anteriormente, as empresas estatais também foram alvo das reformas e constituíram-se como elemento importante nesse processo de reestruturação econômica (ZHAOXI, 2009). As estatais passaram a ter maior autonomia de decisão quanto a produção, propaganda e investimentos, assim como independência financeira, não sendo mais obrigatório o envio da totalidade de receitas para o Estado. Da mesma forma adotada na implantação das ZEEs, as mudanças propostas para as estatais passaram por um período de experiência. Com o objetivo de ampliar a autonomia dessas empresas, um projeto piloto foi estabelecido em seis estatais da província de Sichuan, no final dos anos 1970. Logo em seguida, em 1980, o projeto foi ampliado e passou a incorporar mais de 6.600 empresas estatais, as quais eram responsáveis por 60% da produção industrial do orçamento nacional e 70% do lucro das empresas industriais do país (JINGLIAN; SHITAO, 2015).

A ampliação da autonomia das empresas estatais gerou forte entusiasmo em líderes e colaboradores para aumentar a produção, e conseqüentemente, o lucro, o que refletiria nos ganhos de todos. Porém essa empolgação e retirada de restrições no orçamento aumentou os gastos, os deficits fiscais e a pressão inflacionária, prejudicando os objetivos do projeto de reformulação das empresas. A resposta do governo diante desses problemas foi retomar o controle sobre o planejamento dessas organizações (JINGLIAN; SHITAO, 2015).

O desempenho dessas estatais ao longo dos anos 1980 apresentou uma performance abaixo da expectativa governamental. Em busca de atingir melhores

resultados, uma nova fase de reformas foi implementada a partir da metade dos anos 1990, cujo foco foi alterado para a reestruturação de propriedade e a governança corporativa. Assim, o governo lançou uma nova campanha de reestruturação das empresas sob seu comando e implementou a política “segure as grandes, solte as pequenas”. Essa política consistia em alterar a configuração de muitas empresas estatais, passando para a iniciativa privada, enquanto reorganizava e reagrupava outras, em áreas consideradas estratégicas e fundamentais para o Estado, centralizando a autoridade nestes setores (TAYLOR, 2014). Na medida em que o governo mantivesse o controle de empresas estratégicas e economicamente preponderantes, deixando o restante para a iniciativa privada, facilitaria o controle econômico, prevenindo a dominação estrangeira e ampliando a proteção da segurança nacional (NAUGHTON, 2010). Devido a esse controle em setores chaves da economia, Jinglian e Shitao (2015) caracterizaram as reformas chinesas como um sistema de semi-comando e semi-mercado.

Com todas estas mudanças ocorrendo, um setor que despertou especial atenção nas lideranças do país, foi o setor energético, especialmente o petrolífero. Este setor desempenhou um papel fundamental na economia doméstica e, conseqüentemente, na estabilidade social, especialmente durante o estágio de transição para uma economia de mercado. Diante da importância desse setor, o governo chinês relutou em permitir o controle da iniciativa privada e manteve o controle nessa esfera (TAYLOR, 2014). Ao mesmo tempo buscou, durante o período de reformas, estabelecer uma distinção entre o governo e a administração das empresas petrolíferas, transformando gradualmente as estatais em empresas conforme as regras de mercado. Taylor (2014), define esse processo como “governança corporativa com características chinesas”, pois o estilo ocidental jurídico e de governança foram adaptados ao contexto de negócios e político chinês. Nesta direção, Yergin (2012) sugere que as petrolíferas chinesas deveriam ser consideradas “companhias petrolíferas nacionais internacionais”, uma vez que apresentam características tanto das companhias petrolíferas internacionais, como também das companhias petrolíferas nacionais.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, as empresas estatais passaram por um constante processo de reformas, ocasionando a criação, reformulação e até mesmo a extinção de empresas. A reestruturação buscava efetuar uma aproximação ao modelo internacional, chamado de “sistema empresarial moderno”. Isso facilitava a

aproximação com o ambiente externo, favorecendo tanto o ambiente de negócios quanto os investimentos. No final dos anos 1990, a maioria das grandes e médias estatais já tinham implementado essa nova configuração legal. De acordo com uma investigação realizado por Zhaoxi (2009), com informações disponibilizadas pelo Bureau de Estatísticas Nacional da China⁵, das 2.473 estatais que aderiram ao programa de reformas iniciado em 1994, 81,5% haviam se convertido em companhias de acordo com as novas regras, no início dos anos 2000.

Como já descrito, além do investimento externo o governo chinês contratou empréstimo de organismos internacionais com a finalidade de melhorar a gestão, produtividade e competitividade das empresas chinesas. Com essas medidas, o setor de exportação poderia ser ampliado, aumentando o ganho de divisas externas e do emprego para população chinesa. Os investimentos e os empréstimos foram utilizados em diversos setores da economia. Nos anos 1980, enquanto os empréstimos se concentraram na exploração mineral, transporte e no desenvolvimento da indústria pesada, o investimento externo direto teve quase metade da participação no total investido no setor petrolífero offshore⁶ e no turismo. A origem, tanto dos empréstimos quanto dos investimentos foi bastante concentrada. No ano de 1985, três quartos dos empréstimos foram oriundos do Banco Mundial e do Japão e aproximadamente metade do investimento externo foi realizado por Hong Kong e Macau e um terço teve origem dos Estados Unidos e do Japão. O investimento de multinacionais foi relativamente menor, porém concentrado e mais visível no setor petrolífero de exploração offshore (CANNON, 1990).

O estabelecimento de joint ventures no setor petrolífero de exploração offshore fez com que os investimentos nesse setor tivessem grande destaque, por atrair muitas empresas multinacionais. Em 1981 ingressaram a japonesa Japan National Oil Corporation e as francesas Total e Elf-Aquitaine, em março de 1983 foi a vez da British Petroleum e Associados assinarem um contrato de exploração no Mar do Sul da China, seguido pelo contrato assinado em novembro do mesmo ano com empresas dos Estados Unidos, Austrália e Espanha (KUEH, 2008). A atração de empresas estrangeiras para o setor offshore visava atrair, além dos investimentos, a tecnologia de exploração, pois as petrolíferas chinesas não as possuíam. Por outro lado, o investimento e a tecnologia possibilitariam um aumento na produção de

⁵ China's National Bureau of Statistics.

⁶ Offshore representa o petróleo extraído no mar e/ou oceanos.

petróleo, conseqüentemente, sua exportação e o acúmulo de reservas, fundamentais para o processo de modernização. Para acelerar esse movimento, o governo da China construiu, em curto espaço de tempo, um aparato legal e organizacional para melhor administrar os contratos de joint ventures com as multinacionais.

Em âmbito geral, com a intenção de criar uma estrutura legal para o investimento externo direto, foi promulgada, em 1979, a Lei de Capital para Empreendimento Conjuntos⁷, seguida pela Lei das Empresas de Propriedade Integralmente Estrangeira⁸, em 1986, a Lei de Empreendimento Conjunto Cooperativo Sino-Estrangeiro⁹, em 1988, e o Catálogo de Orientação Industrial para o Investimento Estrangeiro¹⁰, com a primeira edição em 1995. Especificamente para o setor da indústria petrolífera, foi estabelecido, em 1982, a Regulação para Exploração dos Recursos Petrolíferos Offshore da República Popular da China com Partes Estrangeiras¹¹ e em 1993, a Regulação para Exploração dos Recursos Petrolíferos Onshore da República Popular da China com Partes Estrangeiras¹², além de diversas medidas e regulações sobre royalties e importações. Institucionalmente também houve mudanças, em 1982 foi formado o Ministério do Comércio e Relações Econômicas Estrangeiras¹³ para regular as atividades econômicas estrangeiras, posteriormente esse Ministério foi renomeado para Ministério do Comércio Econômico Estrangeiro e Cooperação¹⁴. No início dos anos 2000 a regulação do comércio externo e doméstico foi agrupado no Ministério do Comércio¹⁵. Através desses mecanismos o governo buscou controlar a participação estrangeira no setor energético, demonstrando uma posição de cautela (ARRUDA; LI, 2003). As reformas e a estratégia chinesa conseguiu atrair USD 1.7 bilhões em investimentos para o setor no período 1979-1985 (LIEBERTHAL; OKSENBERG, 1988).

Essas mudanças estruturais, que refletiram no setor petrolífero, estavam inseridas no processo de transformação mais amplo, orientado em direção a uma

⁷ Equity Joint Venture Law.

⁸ Wholly Foreign-owned Enterprises Law.

⁹ Sino-foreign Cooperative Joint Venture Law.

¹⁰ Foreign Investment Industrial Guidance Catalogue.

¹¹ PRC Exploitation of Offshore Oil Resources in Cooperation with Foreign Parties Regulations.

¹² PRC Exploitation of Onshore Oil Resources in Cooperation with Foreign Parties Regulations.

¹³ Ministry of Foreign Economic Relations and Trade (MOFERT).

¹⁴ Ministry of Foreign Economic Trade and Cooperation (MOFTEC).

¹⁵ Ministry of Commerce

economia de mercado. Na metade dos anos 1980, o fraco resultado apresentado no setor e a queda internacional do preço do petróleo desincentivaram as petrolíferas multinacionais a ampliar os investimentos no país. Ainda assim, a participação estrangeira e os contatos internacionais provaram ser elementos do processo de reorientação da China, que contribuíram para o desenvolvimento da indústria petrolífera, possibilitando alcançar os níveis tecnológicos e gerenciais internacionais além de propiciar, via exportações, as reservas internacionais necessárias para sustentar as importações do projeto de modernização. Por outro lado, o processo de reestruturação, a criação das empresas estatais de petróleo, no início dos anos 1980, e as reformas para torná-las empresas conforme o padrão internacional, eram exigências de investidores e companhias internacionais, que demandavam a existência de uma entidade corporativa única (TAYLOR, 2014).

Apesar do desenvolvimento e a especial atenção dedicada ao setor petrolífero offshore, a extração de petróleo nesse setor representava apenas 3% da produção chinesa na metade da década de 1980. Isso demonstra a enorme dependência na tecnologia externa para o desenvolvimento do setor, e os problemas enfrentados na exploração e extração de petróleo em águas profundas. Revela-se a importância e a dependência do setor na política de portas abertas, assim como para o processo de modernização. Ao mesmo tempo em que essas políticas auxiliavam na modernização da indústria petrolífera, o aumento na exploração, produção e exportação do petróleo impulsionava a modernização, pois o petróleo era um dos recursos responsáveis pelo pagamento da tecnologia importada (CANNON, 1990).

Entende-se desta forma, que o caminho do crescimento econômico da China passou pelo desenvolvimento das companhias petrolíferas. Ou seja, a expansão e a evolução dessas empresas foram diretamente influenciadas pelas reformas econômicas, ao mesmo tempo, muitas medidas adotadas foram respostas para atender exigências do setor. Devido a relevância dos recursos energéticos, especialmente o petróleo, para o desenvolvimento econômico, o governo central da China buscou reafirmar o controle central do Estado sobre este setor, buscando aprimorar seu desempenho. Em consequência disso, qualquer abordagem relacionada ao desenvolvimento do setor petrolífero necessita ser considerado dentro de um contexto da transição gradualista de mercado, tanto que, muitas das reformas institucionais tinham como objetivo dar suporte à introdução e expansão de regras de mercado, sem desconsiderar a manutenção do controle central, que se

dava através de uma série de instrumentos políticos, organizacionais e financeiros (TAYLOR, 2014).

As reformas institucionais introduzidas também afetaram outros níveis de governo, como o provincial e local. As províncias passaram a usufruir de maior autonomia na promoção de exportações. Este setor era nevrálgico, porque no longo prazo a política comercial iria dar suporte ao processo de internacionalização da economia chinesa. Sendo que essas medidas permitiram a criação de empresas comerciais, em parceria com os ministérios da indústria, dedicada à exportação, facilitando a descentralização das atividades comerciais (CHOW, 2004). Uma das empresas estatais que obteve esta permissão foi a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), que passou a envolver-se diretamente nos negócios e nos contratos de exploração de petróleo offshore (KUEH, 2008).

Cabe ressaltar que a descentralização das exportações foi um passo importante em direção a facilitação e intensificação das atividades exportadoras. Ainda que as mudanças no setor rompessem com algumas características pregressas, o setor de importações se manteve fortemente restrito e centralizado, como no passado. Quanto ao investimento externo direto na China, as alterações implementadas objetivavam atender duas demandas. Por um lado, visava fortalecer os canais de geração de moeda externa com o investimento orientado para exportação, por outro, buscava atrair a transferência tecnológica via investimento de substituição de importações (KUEH, 2008).

Em resumo, as mudanças econômicas estruturais da China, durante os anos 1980, em um primeiro momento, tiveram como foco os ajustes de curto prazo e a dissolução de práticas ineficientes das décadas anteriores, no longo prazo. Em seguida buscou-se efetuar uma reestruturação para descentralizar o poder de decisão do sistema socialista, dando maior autonomia para as unidades produtivas e concentrando a responsabilidade do governo central no gerenciamento da economia em nível macro (CHANG, 1988). A primeira metade da década foi marcada pela empolgação e entusiasmo em relação as reformas, mas quanto mais se aproximava o final dos anos 1980, maior era a apreensão e o desânimo, tanto em setores políticos quanto sociais (CANNON, 1990). Um desses reflexos foram os protestos na Praça da Paz Celestial, em junho de 1989. Observa-se, no entanto, que o volume de investimentos na substituição de importações eram bastante inferiores aqueles direcionados para a exportação, entretanto, após os eventos de 1989 e as

sanções impostas à China, foram praticamente extintos. Mais uma vez a liderança chinesa, representada pelo seu maior articulador, Deng Xiaoping, buscou reverter as ações impostas, intensificando o processo de reformas anterior (KUEH, 2008).

Nesse contexto, durante os primeiros anos da década de 1990, emergiu um debate político pautado na dualidade entre socialismo versus capitalismo. Na opinião de muitos políticos, líderes e intelectuais chineses, a adoção de medidas de acordo com políticas de mercado seria a evolução pacífica para o capitalismo (JINGLIAN; SHITAO, 2015). As resistências internas somaram-se às externas e o ambiente era desfavorável para a continuidade das reformas, transpor essas barreiras era o novo desafio para os seus defensores. Era necessário angariar apoio interno e eliminar as resistências para fazer o comércio e o investimento voltarem a desempenhar o papel que os líderes chineses atribuíram a ele. Em fevereiro de 1992, Deng Xiaoping partiu para uma série de visitas ao sul da China. Em seus discursos ele insistiu na ideia das reformas e da abertura, inclusive afirmando a necessidade de maior aprofundamento. Em suas palavras, afirmava que em uma economia comercial planejada, a diferença entre socialismo e capitalismo não estava na ênfase ser maior no planejamento ou no mercado. Para ele, um sistema planejado não era igual ao socialismo, porque no capitalismo também há um plano. Da mesma forma, o mercado não significava capitalismo, porque o socialismo também inclui um mercado. Assim, tanto mercado quanto planejamento eram apenas medidas econômicas (CHEN, 2009).

Mais uma vez, Deng Xiaoping conseguiu congregiar apoio suficiente para vencer as resistências internas e manter o projeto de portas abertas. Em junho de 1992, Jiang Zemin, que viria a ser o próximo líder chinês, apresentou, na Escola do Partido, a proposta para um sistema econômico socialista de mercado e ainda criticou aqueles que não consideravam o papel do mercado positivo para a promoção do desenvolvimento econômico. Essa proposta foi ratificada pelo Décimo Quarto Congresso Nacional do Partido, em outubro do mesmo ano (JINGLIAN; SHITAO, 2015). Segundo a proposta, a estrutura política fundamental de uma econômica socialista de mercado seria:

- (1) a construção de um sistema empresarial moderno;
- (2) reforma do sistema de distribuição de alimentos assim como a liberalização dos preços;
- (3) reforma do sistema financeiro;
- (4) unificação do sistema tributário corporativo e
- (5) reforma do sistema de seguridade social. (CHEN, 2009, p. 70 tradução nossa)

Para voltar a atrair o capital estrangeiro o governo ampliou a política de portas abertas expandindo para o interior do país. O motivador para a interiorização foi a permissão dada às empresas estrangeiras para participar do desenvolvimento dos recursos e a abertura do comércio local. Essas medidas despertaram considerável atenção das empresas estrangeiras, dado que a China concentrava aproximadamente 20% da população mundial e o ingresso nesse mercado poderia representar lucros elevados. Um exemplo da intensificação dessa nova etapa de abertura foi a permissão para empresas estrangeiras participarem do desenvolvimento de campos petrolíferos no interior do país, até então a concessão aplicava-se apenas para o setor offshore (CHEN, 2009).

Assim como o ambiente internacional favoreceu as políticas chinesas no final dos anos 1970, durante a década de 1990 o governo chinês conseguiu canalizar as oportunidades externas para ampliar a sua inserção internacional. A globalização e o debate político sobre unipolaridade versus multipolaridade tiveram consequências políticas. A aceleração do processo de livre comércio, o desenvolvimento de blocos regionais, a crescente influência das empresas multinacionais no comércio mundial e na política industrial, os ajustes nas estruturas econômicas, a importância da ciência e tecnologia e a intensificação da competição mundial desencadearam um aumento na dependência mútua entre países, elevando a competição industrial ao nível global. Nessas condições, o governo da China buscou aproveitar-se das vantagens de ser um país relativamente atrasado frente a comunidade internacional e desenvolver sua economia (ZHAOXI, 2009).

Desde a adoção da política de portas abertas, a China foi gradualmente construindo as condições necessárias para atrair o investimento estrangeiro e direcioná-lo para setores determinados pelo seu projeto de desenvolvimento. A economia do país caminhava em direção a ampliação das medidas de liberalização, porém controladas pelo governo. Essas medidas levaram o país a gradualmente inserir-se e ampliar a sua participação na economia internacional. No decorrer de 30 anos, a China deixou de ser país isolado internacionalmente para fazer parte dos organismos multilaterais, símbolos da globalização.

2.3 BUSCA POR OPORTUNIDADES EXTERNAS

No processo de transformação recente da China, a partir da década de 1970, podemos indicar três momentos que foram determinantes para a concretização das políticas projetadas pelo governo central:

(1) adoção da política de reformas e abertura; (2) o estabelecimento dos princípios do sistema socialista de economia de mercado e (3) o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio que estabeleceu o ponto de partida para a globalização da China (ZHAOXI, 2009, p. 36 tradução nossa).

O desenvolvimento econômico da China ocorreu via uma reaproximação com a economia internacional em que o governo utilizou desses recursos para alterar as condições econômicas do país. O ingresso na OMC, em dezembro de 2001, foi o marco oficial do reconhecimento da China como parte do sistema econômico internacional, entrelaçando ainda mais a economia mundial. Da mesma forma que o desenvolvimento chinês dependia do desenvolvimento mundial, a economia mundial passou a depender do desenvolvimento econômico da China (CHEN, 2009). Essa dependência mútua traria novas oportunidades econômicas.

O ingresso da China na OMC remonta ao início da década de 1980, ou seja, nos primeiros anos da política de reformas e abertura. O pedido formal para participar da organização foi feito em 1986. A aplicação ocorreu dentro do contexto das reformas, a promulgação da Resolução de Outubro de 1984 estabelecia a substituição gradual do planejamento obrigatório por um planejamento orientado e regulado pelo mercado. Na sequência, em 1985, foi implementada a primeira fase de liberalização dos preços no mercado doméstico. Ou seja, a China já estava propondo medidas em acordo com as exigências da OMC. Como pode ser constatado, o ingresso da China na OMC exigiu 14 anos de difíceis negociações, e por vezes até frustrantes, com os principais parceiros comerciais, principalmente os Estados Unidos. O ponto que gerou maior resistência e debate foi o enquadramento da China como um membro industrializado ou como país em desenvolvimento. Os Estados Unidos defendiam a posição de que a China deveria ser enquadrada como um país industrializado, enquanto os chineses insistiam em ser um país em desenvolvimento. As implicações desse enquadramento estavam relacionadas à tarifas de importações, Enquanto os membros industrializados da OMC adotavam uma tarifa de importação média de 3 a 4%, os membros classificados como “em

desenvolvimento” usufruíam de uma tarifa muito mais protetiva, em torno de 13 a 14% (KUEH, 2008).

No investimento externo direto, a posição chinesa não permitia muito espaço de manobra, que possibilitasse concordar e implementar a liberalização do investimento, conforme as exigências da OMC. Os dois principais acordos globais vigentes, o Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio¹⁶ e o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio¹⁷ proibiam que os países receptores de investimento impusessem qualquer requisito de saldo cambial, taxa mínima de exportação, restrição ao mercado interno e a exigência de transferência de tecnologia. Para os chineses parecia ser uma questão de pegar ou largar. Porém, até 1992, quando Deng Xiaoping intensificou as reformas, o investimento externo direto permaneceu fortemente restrito e controlado, exigindo a transferência tecnológica e uma taxa de exportação mínima, que variava em torno de 70%. Regras que se aplicaram até mesmo a grandes multinacionais que se instalaram no país, interessadas no comércio local, como foi o caso da Volkswagen. O ingresso da China na OMC integrou o país no sistema global de comércio e de fluxos de investimentos sem colocar o país em uma posição de completa submissão a supremacia Ocidental (KUEH, 2008). A estratégia chinesa conseguiu gerenciar os interesses nacionais e internacionais em prol do seu projeto, testando os limites e reações no processo de implementação de suas políticas.

A participação na OMC acelerou a expansão comercial chinesa. O crescimento anual nos anos 1980 foi de 12%, passando para 15% durante os anos 1990 e entre 2001 a 2008, quando da crise econômica mundial, a taxa de expansão foi de 26% em termos nominais. Isso levou o país a ocupar a posição de maior exportador mundial, com uma participação de 9,6% do total, e o segundo maior importador, com 7,9% do total, no ano de 2009. Os investimentos externos contribuíram para essa expansão do comércio chinês. Na metade dos anos 2000 aproximadamente 60% das exportações chinesas foram conduzidas por empresas com capital externo, em 1995 esse percentual era de 30% e em 2011 em torno de 50% (FUNG; TONG, 2015).

¹⁶ Trade-Related Investment Measures (TRIM)

¹⁷ Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIP)

Temos abordado até aqui a importância dos investimentos e a sua contribuição para o comércio. Segundo Lardy (1995), a rápida expansão do comércio externo chinês, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, foi um dos resultados da expansão dos investimentos externos no país. Outro reflexo, a nível interno, foi o desencadeamento de uma severa competição no mercado chinês, lembrando que a estratégia de Deng Xiaoping era levar a China para o mundo e trazer o mundo para a China. A necessidade de buscar por novos mercados e ampliar a participação, a nível mundial, fez com que muitas empresas adotassem a estratégia de internacionalização, a qual contou com o apoio e incentivo do governo, principalmente após o acesso do país a OMC. O apoio governamental para a internacionalização das empresas tinha como objetivo principal: “(1) assegurar recursos naturais; (2) contribuir para o ajuste econômico da China e (3) aprimorar a competitividade internacional das empresas chinesas.” (ZHAOXI, 2009, p. 31) Essa estratégia chinesa não apresentou nenhuma excepcionalidade, pois a medida que a globalização avançou, outros países utilizaram este caminho para garantir os recursos naturais, principalmente energia e matérias primas, necessários para o desenvolvimento econômico (ZHAOXI, 2009).

Sendo assim, a estratégia chinesa seguiu o padrão adotado por outros países ao longo da ampliação do processo de globalização. O diferencial do sistema chinês esteve na velocidade dessa expansão, uma vez que, para um país que iniciou a internacionalizar sua economia há aproximadamente quatro décadas atrás, foi responsável por 6,26% do investimento externo direto mundial no ano de 2018. O valor foi próximo do investido por países como França, Alemanha e Reunido Unido, porém, abaixo dos Países Baixos, responsável por 7,84% e bem abaixo da participação mundial dos Estados Unidos, que foi de 20,90% (UNCTAD, 2019). O que desperta atenção no investimento externo chinês é a sua expansão em um curto espaço de tempo. A participação chinesa no total mundial do investimento externo direto foi de 1,56% em 2010, 0,37% em 2000 e 0,21% em 1990 (UNCTAD, 2011, 2019).

Huang (2015) aponta para alguns questionamentos que nos auxiliam a compreender os motivos dessa rápida expansão do investimento externo direto chinês. O autor indica a predominância do setor de serviços, que em 2004 representou 74,8% e em 2010 foi de 79,4%. Uma possível razão seria a utilização do investimento como um caminho para adquirir experiência no exterior e abrir canais

de distribuição de seus produtos e serviços uma vez que a experiência chinesa estava concentrada no setor de manufatura tradicional, faltando experiência no setor comercial. A predominância do setor de serviços também pode estar relacionada, segundo o autor, com o envio de grande volume de capital para regiões consideradas “paraísos fiscais”, como Hong Kong, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens Britânicas, devido a facilitação para a evasão fiscal, fuga de capitais e a triangulação do investimento. A prática de triangulação foi muito comum, pois uma vez que o capital chinês saísse do país e retornasse como investimento externo direto poderia usufruir de benefícios especiais que o capital interno não tinha.

A expansão do investimento externo também coincidiu com o período em que a China passava por uma alteração na sua posição de exportador para importador líquido de energia. O investimento externo no setor energético foi realizado pelas empresas estatais chinesas, que contavam com importante participação no total investido. No ano de 2010, essas empresas foram responsáveis por 66,6% do investimento (HUANG, 2015). O governo apoiava e incentivava a internacionalização das empresas estatais, mesmo antes do ingresso na OMC e limitava os investimentos privados. As limitações não eram apenas governamentais, a falta de experiência e a ausência de vantagens competitivas impediam que empresários chineses buscassem expandir suas atividades no exterior. Após 2001, o desenvolvimento econômico chinês havia atingido um estágio de competição interna que serviu de motivador para busca de oportunidades externas, mesmo enfrentando diversas dificuldades (ZHAOXI, 2009).

Observa-se que as ações do governo desempenharam um papel importante de patrocínio e apoio para a internacionalização, o qual pode ser traduzido como um empreendedorismo institucional que teve forte impacto nas empresas, principalmente as estatais. Os fatores institucionais que favoreceram a internacionalização foram uma característica peculiar do investimento externo direto chinês, configurando-se como um passo a frente, comparado as medidas adotadas por outros países, já que a maioria das medidas adotadas iam em direção ao incentivo à atração de capitais. Em consonância ao apoio institucional, o governo chinês decidiu reforçar o apoio às empresas estatais consideradas estratégicas, tornando-as “campeãs nacionais” e estimulando a busca por oportunidades externas (ALON *et al.*, 2014).

No início da década de 2000, o governo institucionalizou a sua política de apoio ao investimento externo de empresas chinesas através da política “tornar-se global¹⁸”. Oficialmente lançado no ano 2000 pelo premiê Zhu Rongji, em seu relatório para o Congresso Nacional do Povo e no Décimo Quinto Plano Quinquenal (2001-05) o investimento externo realizado por empresas chinesas era considerado como um dos quatro impulsionadores da economia do país, cuja finalidade era se ajustar à tendência da globalização. Em março de 2004, o então premiê Wen Jiabao advogou pela aceleração da política “tornar-se global”, inclusive defendendo maior coordenação e orientação (OECD, 2008a). O investimento como uma das atividades externas, deveria continuar mantendo o objetivo de atender as necessidades e interesses domésticos (TAYLOR, 2014).

Entretanto, a internacionalização e a busca por oportunidades externas não era uma novidade no alvorecer do século XXI. Na metade dos anos 1990 muitas estatais já possuíam atividades em outros países, ainda que em menor escala. No setor petrolífero, por exemplo, a incapacidade de suprir o mercado doméstico combinado com oportunidades externas e um ambiente internacional favorável, fez com que essas empresas desenvolvessem uma estratégia de internacionalização. A China National Petroleum Corporation (CNPC) desenvolveu uma estratégia operacional internacional em 1991 que envolvia a busca por ativos no exterior. A partir de 2001, essa estratégia passou a ter o apoio oficial do governo, intensificando ainda mais as aquisições por parte das empresas estatais (TAYLOR, 2014). Em 2011 as petrolíferas chinesas estavam presentes em 31 países, sendo que em 20 deles já havia produção (JIANG; SINTON, 2011). Esse apoio teve início durante o Nono Plano Quinquenal (1996-2000) quando o governo executou a política “segure as grandes, solte as pequenas”, e implementou a decisão de transformar essas empresas em campeãs nacionais. O principal executor dessas medidas foi a Comissão de Administração e Supervisão dos Ativos Estatais¹⁹, órgão que ficou responsável pela administração das estatais chinesas após o período de reformas. A preocupação do governo central com os investimentos realizados por essas empresas é expressa através de medidas adotadas através dessa instituição. Em 2011, novas leis foram promulgadas para regular o investimento externo com o objetivo de garantir a segurança desses ativos, demonstrando a preocupação em

¹⁸ Em inglês “go global” ou “going global” e em chinês “走出去” (zouchuqu).

¹⁹ State Asset Supervision and Administration Commission (SASAC)

proteger, apoiar e encorajar os investimentos estratégicos para a manutenção do crescimento econômico do país (TAYLOR, 2014).

A internacionalização das empresas chinesas teve como principais atores grandes grupos e companhias diversificadas, como a China National Petroleum Corporation, maior produtora e fornecedora de petróleo cru e gás natural, a China National Petrochemical Corporation (Sinopec), empresa também do ramo petrolífero e petroquímico, a China Worldbest Group, do ramo de biotecnologia, farmacêutico e assistência médica e a Haier Group, fabricante de eletrodomésticos. As empresas privadas seguiram o processo de internacionalização das empresas estatais, porém em uma escala muito menor, tanto em tamanho quanto em valores (ZHAOXI, 2009). Enquanto as estatais foram as principais executoras do projeto de internacionalização, o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Exportação e Importação da China tiveram papel fundamental no financiamento de muitos desses projetos, principalmente aqueles ligados a energia e recursos naturais (TAYLOR, 2014).

O desenvolvimento das multinacionais chinesas teve suas origens no processo de modernização e desenvolvimento econômico do país, assim como na busca pelos objetivos estabelecidos pelo governo central. Muitos problemas apareceram, muitas empresas não alcançaram sucesso e muitas outras foram alvo de constantes críticas e empecilhos durante o ingresso em determinados países. A falta de sustentabilidade no desenvolvimento, a pouca transparência da estrutura de propriedade e a baixa capacidade de competir internacionalmente foram alguns dos desafios enfrentados (ZHAOXI, 2009).

Teoricamente, é esperado que um país gradualmente ganhe competitividade a nível de empresa. Porém o desenvolvimento do investimento externo chinês em um curto espaço de tempo fez com que, segundo a opinião de Huang (2015), as políticas governamentais fossem o principal impulsionador do investimento, mais importante que as características a nível de empresa. Discutir as teorias do investimento externo direto a luz da experiência chinesa é o tema do próximo capítulo.

3 CARACTERÍSTICAS DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS

O investimento direto foi, por algum tempo, considerado apenas um fluxo de capital, cujo principal motivador era a diferença da taxa de juros vigente em cada país. Entretanto, essa perspectiva de análise perde de vista as particularidades dos investimentos realizados fora do país de origem do investidor, uma vez que não faz diferenciação entre o investimento de portfólio, que são aqueles realizados em mercados de capitais e que não implicam em controle, e o investimento externo direto, o qual visa a administração do mesmo (NAYAK; CHOUDHURY, 2014).

A distinção entre esses tipos de investimentos passou a ser analisada com maior acuidade após a Segunda Guerra Mundial. A emergência de um processo de globalização ampliou a presença de multinacionais, expandindo o investimento externo direto, especialmente durante as décadas de 1950 e 1960, quando o fluxo de capitais oriundos dos Estados Unidos foi direcionado à Europa no processo de reconstrução do pós-guerra. Tais eventos passaram a despertar a atenção de pesquisadores para o papel das multinacionais e a existência da produção internacional (NAYAK; CHOUDHURY, 2014).

Ao passo que as empresas multinacionais ampliavam suas capacidades de realizar investimentos externos e também de transferir plantas de produção para outros países, teorias foram sendo desenvolvidas a fim de explicar esses fluxos de capitais. Diante de uma multiplicidade de paradigmas competindo entre si, não houve um consenso sobre qual era o mais adequado. No momento em que essas teorias passavam por um rápido processo de desenvolvimento conceitual, o investimento externo direto era uma atividade quase exclusiva de companhias cujas sedes estavam localizadas em países de economias desenvolvidas (KNOERICH, 2019), sendo então uma atividade largamente experienciada por empresas europeias, estadunidenses e japonesas (WU; CHEN, 2001). Assim sendo, até os anos 1970 praticamente 100% dos fluxos de saída do investimento externo direto tiveram como origem países de economias avançadas. Foi a partir da observação desse cenário que as teorias do IED foram formuladas e conceitualizadas (KNOERICH, 2019).

Entretanto, a exclusividade dos países desenvolvidos na execução do investimento externo direto foi interrompida a partir dos anos 1970, quando

empresas oriundas de países de economias em desenvolvimento adquiriram condições de expandir suas atividades para outros países. Neste contexto, criavam-se as primeiras multinacionais nos países em desenvolvimento (KUMAR, 1982). A internacionalização dessas companhias despertou atenção no mercado internacional. Entretanto, no campo teórico foram ignoradas ou então utilizaram-se as mesmas teorias já existentes para buscar explicar a atuação dessas novas empresas, até que Lecraw (1977) passou a analisar características distintas comparada às multinacionais já existentes. Este estudo foi, segundo Alon *et al.* (2018), um dos primeiros a serem publicados, o qual tinha como objeto as empresas multinacionais oriundas dos países em desenvolvimento.

Essa distinção entre países extrapolou o carácter econômico, sendo possível distinguí-los geograficamente, uma vez que esses países desenvolvidos estavam localizados no hemisfério ocidental do globo terrestre. Ainda que a realização de investimentos externos por países orientais fosse uma realidade, a ampla maioria dos fluxos de capitais eram oriundos de países ocidentais. Caminho semelhante pode ser evidenciado no desenvolvimento teórico, conforme estudo realizado por Alon *et al.* (2018), no qual ressalta a perspectiva ocidental para a internacionalização de empresas e para o investimento externo direto, como sendo amplamente dominante. Embora o mesmo estudo tenha apontado para a recente participação de instituições chinesas, tanto em quantidade como em qualidade, na literatura sobre o tema.

Como já descrito, a recente participação no campo teórico não é condizente com o período inicial dos investimentos por partes de países em desenvolvimento, o que demonstra não ser um novo fenômeno, porém a transformação qualitativa nos padrões de investimentos realizado por estes países é uma atividade relativamente recente, em especial por parte da China (ATHREYE; KAPUR, 2009). Ainda que o investimento externo direto chinês tenha iniciado assim que as reformas econômicas foram implementadas, em 1978. A falta de experiência das empresas, a limitação e controle do capital e o domínio das empresas estatais foram as principais características dos investimentos nesse momento inicial. Mesmo com essas dificuldades, os investimentos chineses foram avançando e ganhando volume a ponto da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico e Comercial, em 1995, incluir a China como um dos países em desenvolvimento que

iniciava a execução de investimento externo direto em larga escala (WU; CHEN, 2001).

O investimento externo direto chinês teve um rápido desenvolvimento. Antes de 1978 as empresas chinesas não tinham permissão para realizar este tipo de atividade (ALON *et al.*, 2018), porém com a adoção da políticas de portas abertas e de modernização houve uma mudança de atitude durante a década de 1980, tanto em relação a atração de investimentos para a China quanto na busca de oportunidades externas por empresas chinesas. O investimento externo passou a fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento econômico, resultando em incentivos para sua realização, ainda que bastante controlado pelo Estado na fase inicial (WU; CHEN, 2001). O ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 e a subsequente adoção da estratégia “tornar-se global” serviu como um forte impulsionador para a aplicação de recursos chineses no exterior, alterando o cenário mundial nos anos seguintes nesse segmento. Em 2009 a China passou a ocupar a primeira posição dentre os países em desenvolvimento na realização de investimento externo direto e ficou entre os cinco primeiros em nível mundial (YAO; WANG, 2014).

O impulso evidenciado, após o ingresso na OMC, foi resultante de um processo que vinha sendo desenvolvido e apoiado ao longo das décadas anteriores. No início da década de 1990 o governo chinês adotou medidas com o intuito de ampliar o processo de abertura econômica do país atraindo capital externo para a China. Entretanto cada vez mais grupos de negócios regionais e nacionais começaram a buscar oportunidades de investimentos no exterior, cujas principais motivações estavam relacionadas ao comércio, no desenvolvimento de novos mercados, no aumento das exportações, na exploração de condições locais vantajosas, na obtenção de recursos ou benefícios comerciais, dentre outros. Dessa forma, na medida que o desenvolvimento econômico ocorria, o investimento externo se intensificava em volume e na diversidade de setores, assim como aumentavam as iniciativas das empresas (WU; CHEN, 2001).

Ao mesmo tempo em que capitais chineses eram direcionados ao exterior via investimento direto, esse mesmo capital era fundamental para o crescimento econômico do país. Isso auxiliou na compreensão da importância do controle dos fluxos de capitais por parte do governo central, uma vez que poderia refletir diretamente nos resultados das políticas implementadas. Esse controle consistia em

buscar por áreas eficientes que contribuíssem para o desenvolvimento do país, sendo assim, empresas e indústrias com capacidade de suprir as carências internas foram incentivadas a realizar investimentos externos, tanto no setor de recursos naturais como naqueles em que o país já possuía domínio tecnológico com capacidade de auxiliar no crescimento das exportações. Além do controle exercido pelo governo, a maior parte dos investimentos eram realizados por empresas cuja propriedade e controle pertenciam ao Estado, isso ampliava o controle do governo para além do direcionamento dos investimentos, garantindo o controle total das atividades. Essa participação direta do Estado constituiu-se como um elemento importante na diferenciação dos investimentos chineses comparados com outros países (WU; CHEN, 2001).

Ao contrário de muitas empresas multinacionais originárias de países ocidentais, as companhias chinesas puderam contar com a estratégia de globalização adotada pelo governo. Essa estratégia dava suporte as restrições orçamentárias de muitas empresas, assim como oferecia uma proteção adicional em suas atividades além fronteira nacional. Esses benefícios possibilitaram o ingresso em investimentos com uma margem de risco mais elevada, assim conseguindo atingir o nível ou até mesmo ultrapassar suas concorrentes internacionais (YAO; WANG, 2014). Alguns setores tiveram destaque, como o petrolífero (China National Petroleum Corporation and China National Offshore Oil Corporation), construção (China State Construction Corporation), transportes (China Shipping), telecomunicações (China Mobile and China Telecom) e mineração (Shanghai Baosteel), todos controlados pelo Estado (ATHREYE; KAPUR, 2009).

A quase exclusividade estatal foi resultado das medidas adotadas pelo governo, as quais consistiam no controle e limitação do investimento externo pelo setor privado, fato esse que só veio a sofrer alteração após o ano de 2003. Assim que as empresas privadas receberam a permissão para realizar investimentos no exterior evidenciou-se um crescimento dessas na participação, entretanto as empresas estatais ainda representavam uma grande contribuição, tanto no fluxo quanto no estoque dos investimentos realizados. As 113 empresas sob o comando da Comissão de Administração e Supervisão dos Ativos Estatais, instituição do governo responsável pelo controle das estatais, foram responsáveis por 66% do fluxo de investimento dentre empresas não-financeiras e 76% do estoque total realizado no ano de 2011 (SAUVANT; NOLAN, 2015).

A importância das empresas estatais no volume de investimentos externos se devia ao fato de que muitas delas possuíam o monopólio da atividade, além de determinados setores exigirem grandes volumes de capitais, como o caso dos recursos energéticos e naturais. O aumento no consumo de recursos naturais e a expectativa no aumento dos preços, provocados em parte devido o próprio desenvolvimento econômico do país, levaram a um forte engajamento em negócios e em cooperações bilaterais em nível de governo. Dentre os anos 2003 e 2009 a taxa de crescimento anual média do investimento externo direto foi de 71%, enquanto a taxa média mundial ficou em torno de um quarto do valor chinês, levando o país a ocupar as primeiras posições em escala mundial (YAO; WANG, 2014).

Essa substancial ampliação dos investimentos refletiu a estratégia nacional do governo chinês em buscar assegurar o suprimento de recursos naturais em longo prazo. A estrutura burocrática do governo incentivava investimentos que contribuíssem diretamente para o desenvolvimento do país, especialmente aqueles relacionados a matérias primas, promoção das exportações e o fortalecimento da base tecnológica (SAUVANT; NOLAN, 2015). Assim sendo, as empresas estatais receberam subsídios e incentivos para executar a estratégia estabelecida, o que caracterizava-se como uma importante característica do investimento externo direto chinês (YAO; WANG, 2014).

A massiva presença das empresas estatais chinesas e o posterior ingresso de companhias privadas na realização de investimentos externos despertou a atenção de pesquisadores para as diferenças de motivações entre elas. Nos estudos de Ramasamy, Yeung e Laforet (2012) e Duanmu (2012) são apresentadas as diferenças dos determinantes para a internacionalização baseado no tipo de propriedade, os quais apontam os recursos naturais como um forte motivador para as estatais chinesas, enquanto que as empresas privadas buscam principalmente acesso a novos mercados. Entretanto, a análise desses investimentos também permite uma diferenciação no padrão do investimento realizado em países de economias desenvolvidas e naqueles de economias em desenvolvimento. Segundo os resultados encontrados por Cheung e Qian (2009), ficou evidenciado a busca por mercados em regiões desenvolvidas e por recursos naquelas em desenvolvimento. Da mesma forma, as exportações chinesas para os territórios em desenvolvimento

tendem a induzir o investimento externo direto e o acúmulo de reservas cambiais promovem investimentos nos desenvolvidos.

A emergência de empresas multinacionais oriundas dos países em desenvolvimento, dentre estes a China, passou a evidenciar características distintas daquelas cujas origens eram países desenvolvidos. O estágio de internacionalização dessas companhias apresentava uma grande divergência, enquanto o primeiro grupo estava em estágios iniciais, o outro tendia a ter um grau mais elevado. Essa diferença fez com que a prática e o modo de proceder dessas firmas fossem diferentes (CUERVO-CAZURRA, 2012). O recente surgimento de multinacionais de países de economias em desenvolvimento, fez com que essas empresas iniciassem o processo de internacionalização com uma experiência e capacidade competitiva menor, além do tamanho da empresa. Essas particularidades influenciaram a forma de atuação, as quais apresentavam um comportamento com maior aceitação a riscos, uma forte orientação de rede, uma intensa relação com o Estado, além de restrições institucionais em seus países de origem (KNOERICH, 2019).

As características e o modo de atuação dessas companhias apresentaram divergências com as teorias do investimento externo direto vigentes. Estas discordâncias possibilitaram um questionamento teórico, e com isso a reemergência da discussão sobre a necessidade da concepção de novas abordagens, de expandir as existentes ou utilizar as já estabelecidas. Os principais motivadores que despertaram esses questionamentos teóricos foram as atuações das multinacionais oriundas de economias em desenvolvimento, especialmente as chinesas. Essas empresas passaram a realizar investimentos em países de economias desenvolvidas, contrariando um dos pilares das teorias mais aceitas até então, qual seja, “vantagem específica da empresa”, (KNOERICH, 2019).

Diante das especificidades dos investimentos e da atuação das multinacionais provenientes de economias em desenvolvimento, cabe analisarmos as teorias econômicas de internacionalização com intuito de ampliarmos o entendimento e as motivações dessas empresas na realização do investimento externo direto.

3.1 AS TEORIAS DO IED

Os investimentos internacionais podem ser caracterizados como investimento de portfólio e investimento direto. Ainda que, em ambos os casos, a origem do

capital seja externa, ou seja, de um país diferente daquele onde está sendo aplicado, é necessário detalhar as suas especificidades. Os investimentos de portfólio, ou de carteira, são definidos como “transações e posições transfronteiriças que envolvem títulos de dívida ou de patrimônio que não aquelas incluídas no investimento direto ou em ativos de reserva” (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2013, p. 110 tradução nossa). Já o investimento direto são investimentos transfronteiriços, o qual visa o controle ou significativa influência na administração e gerenciamento do empreendimento onde o capital é aplicado (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2013; OECD, 2008b). No intuito de garantir uma padronização metodológica na caracterização do investimento e possibilitar uma uniformidade entre países, a OECD (2008b) recomenda a aplicação de uma diretriz numérica para definir se um investimento pode ser considerado direto ou não. Segundo essa recomendação, é considerado investimento direto aquele em que o investidor adquire, direta ou indiretamente, ao menos 10% do poder de voto da empresa.

Da mesma forma que a OECD estabelece uma diretriz para classificação de um investimento como direto, as bases de dados que monitoram esses investimentos apresentam características distintas. As fontes oficiais, principalmente as chinesas, ainda que apliquem diretrizes internacionais em sua metodologia, apresentam lacunas quanto aos dados desagregados, uma vez que relatam apenas o primeiro destino do capital, não considerando o destino final (KUPFER; FREITAS, 2018). Sendo assim, as bases governamentais de diferentes países compartilham informações ou então utilizam-se de origens de informação semelhantes, caracterizando-se como um limitador para a pesquisa. No argumento de Sutherland e Anderson (2015), as estatísticas oficiais do IED chinês não são confiáveis devido a utilização de paraísos fiscais pelas multinacionais. A utilização de paraísos fiscais, como Hong Kong, Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas, Luxemburgo e Panamá dificultam a verificação do IED distribuído por setores e regiões geográficas, dado que, segundo Sauvant e Nolan (2015), dois terços do fluxo do IED do setor não financeiro realizado são através de paraísos fiscais. As alternativas são as fontes de dados não-oficiais disponíveis, como Thomson-Reuters, Dealogic, Bloomberg, FDIMarkets, Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China y Monitor de la OFDI en América Latina y el Caribe (RedALC), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), China Global Investment Tracker (CGIT), dentre outros. Essas bases de dados apresentam metodologias próprias, as quais tem

como objetivo monitorar diversos outros meios (mídia especializada, entrevistas, empresas, órgãos de governo, registros financeiros, etc) a fim de detectar e registrar o investimento direto (KUPFER; FREITAS, 2018).

Além do monitoramento dos investimentos, se faz necessário compreender os motivos para investir no exterior. Assim buscamos evidenciar a evolução teórica do investimento externo direto, o seu desenvolvimento e as consequências da participação da China como grande investidor mundial. Para tal, retomamos o contexto pós-Segunda Mundial para elucidar as abordagens utilizadas, avançando até a atualidade, ressaltando a ausência de consenso na literatura.

Iniciamos a análise a partir da reestruturação econômica resultante da Segunda Guerra Mundial. A mesma provocou mudanças tecnológicas nos processos de integração dos mercados, nas quais as empresas multinacionais tiveram participação ativa. Se até aquele momento os modelos tradicionais que buscavam explicar o investimento afirmavam que o mesmo se dava devido a diferença da taxa de retorno entre países, a partir de então, novas teorias se propuseram deslindar a internacionalização da produção (SEABRA, 2007).

Essas teorias questionavam o tratamento puramente econômico e a aceitação de condições de mercados perfeitos (KNOERICH, 2019). J. Dunning, S. Hymer e R. Vernon foram os principais expoentes teóricos que buscaram expandir a compreensão dos motivadores do investimento externo a partir dos modelos tradicionais (DENISIA, 2010). Hymer (1960) identificou duas causas principais para a internacionalização, (1) remover a competição entre empresas e ultrapassar as imperfeições do mercado e (2) aproveitar-se de habilidades específicas. Vernon (1966) desenvolveu a teoria do ciclo produtivo, identificando quatro fases: inovação, crescimento, maturidade e declínio. Dessa forma, uma firma usufrui de vantagens no momento da inovação devido o acesso e a posse das tecnologias que as permitem inovar. Na medida em que a produção é ampliada a companhia irá buscar expandir as oportunidades de comércio, caminhando em direção à maturidade do produto, fazendo com que os benefícios tecnológicos iniciais passem a ser conhecidos, com isso buscam por locais de produção mais intensivos em mão-de-obra e com menor custo. Em meados dos anos 1970, nenhuma teoria havia sido desenvolvida a ponto de receber a ampla aceitação da comunidade acadêmica (KNOERICH, 2019), até que, John Dunning, um economista britânico, conseguiu aglutinar os conceitos de localização e internalização, acrescentando as vantagens de propriedade, em uma

única estrutura teórica (BUCKLEY; CASSON, 1991) denominada de teoria eclética ou OLI. Segundo esse paradigma a internacionalização de um negócio é determinada por: (1) vantagens de propriedade (Ownership), oriunda dos conceitos de poder de mercado e de vantagens competitivas, refere-se a ativos intangíveis que geram benefícios e vantagens no processo de implementação em outros mercados, facilitando o aumento da lucratividade ou outros ganhos frente os competidores. O monopólio sobre algum produto ou atividade, o conhecimento tecnológico e o acesso a capitais são alguns dos exemplos de vantagens de propriedade. (2) Localização (Location), refere-se a um privilégio específico de um país em atrair investimentos. Para uma corporação que adquire vantagens de propriedade, torna-se mais lucrativo instalar-se em outros países do que transferir conhecimento para possíveis parceiros, seja através da venda ou de parcerias tecnológicas. Benefícios econômicos, políticos e sociais são algumas das características dos países receptores que facilitam o investimento. (3) Internalização (Internalization), refere-se ao processo de integração na economia local, ou seja, a combinação dos ativos específicos da empresa com os do país receptor do investimento (DUNNING, 1973, 1980, 1988, 2000).

Posteriormente, a emergência de empresas multinacionais oriundas de países em desenvolvimento, especialmente asiáticos, constituiu-se em um desafio às abordagens vigentes. A nova realidade despertou um intenso debate acerca da aplicabilidade das mesmas, principalmente em relação a limitação de um dos aspectos da teoria eclética ou OLI de Dunning, qual seja, as vantagens de propriedade. Essas limitações são reconhecidas por Dunning (2001), o qual argumentou que o paradigma eclético é mais adequado como uma estrutura de análise para os determinantes da produção internacional, mais que uma teoria para explicar as multinacionais. Ao mesmo tempo, reconheceu a incapacidade de uma única teoria atender a realidade dos diversos tipos de empresas. Frente a esse incitamento, Dunning e Lundan (2008) propuseram uma ampliação à teoria eclética ou OLI. Os autores destacaram a necessidade de estudo das instituições e o papel desempenhado por estas nos determinantes do investimento, assim como a influência mútua entre instituições e companhias, tanto nos países de origem como nos receptores do investimento.

Ainda que Dunning reconhecesse as limitações de sua teoria diante da emergência de multinacionais originárias de países em desenvolvimento, esse fato

fez com que as teorias estabelecidas passassem novamente por um escrutínio. Hwy-Chang Moon e Thomas W. Roehl (2001) apontaram o aumento na variedade dos investimentos externos sendo um desafio às teorias vigentes, principalmente àqueles baseados no princípio de vantagem específica de propriedade, defendido no paradigma OLI. Estes autores afirmaram que as teorias existentes explicam um comportamento convencional dos investimentos de empresas com vantagens de propriedade em determinada indústria, porém para casos não convencionais, como investimentos estratégicos e investimentos reversos, apresentam uma abordagem insuficiente. Alternativamente, esses autores sugerem uma abordagem de desequilíbrio, oposto a ideia de vantagens de propriedade, como um motivador para o investimento, pois é devido ao desequilíbrio que uma empresa busca, através do investimento direto externo, atingir os ativos e recursos necessários. Seguindo na mesma direção, porém com especial atenção para o caso chinês, John Child e Suzana Rodrigues (2005) examinaram o processo de internacionalização de empresas chinesas em busca de mercados, as quais tinham como objetivo diminuir as desvantagens competitivas e assim aproximar-se de competidores internacionais.

John Mathews (2006) também defendeu a ampliação das teorias existentes como forma de melhor explicar o ingresso retardatário e recente de empresas no processo de globalização. O autor propôs uma estrutura complementar ao paradigma OLI baseada em três pontos: ligação (Linkage), alavancagem (Leverage) e aprendizagem (Learning), denominado estrutura LLL. Nessa estrutura, ligação significa que as empresas buscam, através de parcerias e associações, expandir suas capacidades, sendo o processo de globalização uma oportunidade de inserção no mercado mundial. Atingido o primeiro ponto, as ligações irão potencializar a alavancagem da empresa, facilitando a obtenção dos recursos desejados. Em seguida, a aprendizagem será um dos resultados adquiridos com a realização dos dois pontos anteriores, possibilitando a empresa as condições necessárias para sua atuação individual.

Para Buckley *et al.* (2007) o caso das multinacionais de países emergentes, especialmente as empresas chinesas, requerem uma aplicação especial das teorias. Para isso ele defendeu a necessidade de agrupar as teorias vigentes com três argumentos adicionais: as imperfeições dos mercados de capitais, as vantagens especiais de propriedade de empresas chinesas e fatores institucionais. As imperfeições dos mercados de capitais em países emergentes, especialmente a

China, possibilitaram o acesso ao capital com uma taxa de juros inferior as praticadas no mercado, geralmente devido o suporte do Estado, impulsionando os investimentos externos e transformando-se em uma vantagem de propriedade especial, enquanto que a configuração institucional refere-se a influência exercida sobre os investimentos por parte das instituições governamentais, seja através de incentivos ou restrições.

A perspectiva econômica das teorias tradicionais que relacionam as vantagens de propriedade específicas de uma empresa com sua expansão internacional são questionadas por Daphne Yiu, ChungMing Lau e Garry Bruton (2007). Segundo os autores, o contexto institucional dos países emergentes, com uma baixa capacidade de provimento de recursos e políticas econômicas liberalizantes exigem uma expansão teórica. Para tal, os autores introduzem novos parâmetros que buscam focar nas vantagens de propriedade específicas e nas ações estratégicas que as empresas necessitam desenvolver em resposta as características institucionais de seu país, no momento em que decidem adotar a expansão internacional.

No contexto global, em que as empresas multinacionais dos países com economias avançadas se desenvolveram, foi muito diferente do experienciado pelas multinacionais dos países em desenvolvimento. A partir das experiências das multinacionais indianas, Ramamurti (2009) constatou que essa diferença de contexto também refletiu em uma diferença nas vantagens competitivas. Enquanto o paradigma tradicional OLI buscou responder de forma vertical questões como “por que, onde e como” o investimento era realizado, Ramamurti (2009) defendeu a necessidade de responder essas questões de forma horizontal, ligando as estratégias de internacionalização das empresas com o ambiente interno de seus países. Da mesma forma, destacou a importância de conectar distintas realidades do investimento. Enquanto a maioria dos acadêmicos buscam uma explicação para o investimento baseado em informações para explicar o passado, os líderes empresariais, utilizando-se dessas mesmas informações, estão preocupados em criar um futuro mais lucrativo para suas empresas.

As vantagens específicas de propriedade, presente no paradigma OLI, foi o ponto contraditório frente a realidade evidenciada a partir da observação do processo de internacionalização de empresas dos países em desenvolvimento. A falta de experiência internacional, a menor capacidade competitiva e o tamanho

inferior, comparado as concorrentes mundiais, eram as principais características dessas empresas (CONTRACTOR, 2013; CUERVO-CAZURRA; GENC, 2008; LUO; TUNG, 2007).

Entretanto, essas desvantagens, em comparação as multinacionais de países desenvolvidos, poderiam tornar-se vantagens quando operando em países cujas condições de governabilidade se assemelhavam aos seus países de origem. Esse é o argumento defendido por Alvaro Cuervo-Cazzura e Mehmet Genc (2008) a partir de uma análise empírica, na qual os autores estabeleceram variáveis para investigação no intuito de demonstrar a relação entre as características do país de origem de uma multinacional e os países onde estas realizaram investimentos. A participação dos cidadãos no processo político, a estabilidade política, a eficácia do governo, a qualidade regulatória, o estado de direito e o controle da corrupção foram algumas das variáveis utilizadas no estudo, o qual concluiu que, empresas de países em desenvolvimento enfrentaram menores dificuldades que suas concorrentes originárias de países desenvolvidos, na realização de investimentos em outros países de economia em desenvolvimento. Yadong Luo e Rosalie Tung (2007), buscaram explicar essas desvantagens através de uma perspectiva chamada de trampolim, na qual as empresas superam as desvantagens globais através de medidas agressivas e com grande risco, via aquisição de ativos críticos em busca de compensar sua falta de competitividade. Dessa forma, a internacionalização funciona como um trampolim para que possam atingir os recursos estratégicos almejados e superar as restrições presentes em seu país.

Essas restrições dizem respeito a configuração e operacionalização das instituições nos países, tanto de origem quanto de destino do investimento. Entretanto, o papel das instituições não está limitado apenas ao carácter restritivo. O caso chinês ilustra a importância das instituições e das políticas estatais no impulsionamento internacional de suas empresas, conforme observado por Dunning e Lundan (2008) na busca pela ampliação do paradigma OLI. A análise do papel das instituições, no caso chinês, é evidenciado no estudo de Bing Ren, Hao Liang, e Ying Zheng (2012). Segundo o argumento desses autores, instituições formais e informais desempenharam forte influência no processo de internacionalização do investimento chinês. As políticas governamentais, o sistema administrativo e o regime de propriedade do governo foram caracterizados pelos autores como instituições formais. O destaque do estudo repousa nas instituições informais que,

segundo eles, seriam a ideologia de Estado e o orgulho nacional. Evidencia-se assim, o envolvimento do Estado como uma das principais forças motivadoras do investimento, seja através da influência exercida através das instituições, tanto formais como informais, seja pelas empresas estatais, uma vez que estas foram as propulsoras e pioneiras na realização do investimento direto externo.

As empresas estatais, especialmente aquelas que exerciam atividades no setor de recursos naturais, eram consideradas estratégicas para o governo chinês, uma vez que o crescimento econômico do país exigia o suprimento cada vez maior desses recursos, dentre eles o petróleo, cuja necessidade precisava ser sanada via comércio internacional. Sendo assim, os recursos naturais constituíram um dos elementos importantes no direcionamento do investimento externo chinês (BUCKLEY *et al.*, 2008; CHEUNG; QIAN, 2009; RAMASAMY; YEUNG; LAFORET, 2012; YAO; WANG, 2014). No setor petrolífero, não apenas o suprimento foi um fator determinante, segundo Shujie Yao e Pan Wang (2014), a volatilidade e a alta no preço também tiveram forte impacto.

Tendo as empresas estatais ocupado uma posição estratégica no processo econômico do país, naturalmente despertou a atenção do governo, contribuindo para a expansão dos investimentos dessas empresas, tornando o Estado um dos principais motivadores do investimento externo (LUO; XUE; HAN, 2010). Sendo assim, a ação estatal configurou-se como uma ação política que buscou compensar as desvantagens competitivas e as deficiências organizacionais de suas empresas para que estas pudessem competir com empresas internacionais que contavam com uma vasta experiência (LUO; XUE; HAN, 2010). No setor petrolífero, o descompasso entre a produção e o consumo tornou o país um importador líquido de petróleo em 1993 (DAOJIONG, 2010). Este foi o momento que marcou o início das atividades externas das petrolíferas chinesas, com a realização do primeiro investimento externo no Peru (CHINA NATIONAL PETROLEUM CORPORATION, 2009). A posição estratégica ocupada pelas petrolíferas e sua característica de propriedade, ou seja, ser uma estatal, fizeram com que estas fossem utilizadas pelo governo a fim de atingir os interesses nacionais de longo de prazo, o que justificou a importância dada pelo governo chinês em facilitar e incentivar os investimentos dessas empresas (CHENG; MA, 2007; HOUSER, 2008).

Demonstrou-se, até o momento, a importância e a necessidade de consideração de diferentes abordagens teóricas para melhor compreensão do

investimento externo direto chinês. A partir disso, a análise das empresas estatais chinesas e seu papel na questão energética da China contribuirão para expandir a compreensão acerca dos motivadores para o investimento externo.

3.2 A QUESTÃO ENERGÉTICA E O PAPEL DAS PETROLÍFERAS

O setor energético chinês foi alvo de constante preocupação do governo, pelo menos desde a constituição da República Popular da China, em 1949. Deste então, a indústria petrolífera chinesa passou por constantes adaptações em busca de melhorar seu posicionamento no mercado. Essas estatais constituíram-se em uma das ferramentas mais importantes disponíveis ao governo chinês para garantir o abastecimento, refletindo diretamente na segurança energética do país. Assim sendo, buscamos a seguir analisar o desenvolvimento do setor petrolífero chinês, com enfoque especial na formação das empresas estatais do setor e a posterior expansão no mercado internacional, sempre considerando o papel dessas companhias na segurança energética do país. O aprofundamento da análise contribui na compreensão do investimento externo direto realizado neste setor e o papel dos países produtores de petróleo na América do Sul como fornecedores de matérias primas para China via IED.

Como já exposto, a questão energética não é uma preocupação recente dos líderes chineses, apesar do enfoque dado ao assunto nas últimas décadas. Os dirigentes chineses da década de 1950 reconheciam as limitações estruturais do setor petrolífero do país e a urgência do seu desenvolvimento, extremamente importante para o processo de industrialização. Quando proclamada a República Popular da China, existiam três campos petrolíferos em atividade, Yumen, Yanchang e Dushanzi, todos localizados na região noroeste do país e desenvolvidos no período da Segunda Guerra Mundial e da invasão japonesa (TAYLOR, 2014), cuja produção diária era inferior a 2.000 barris (MA, 1980).

Neste sentido, para o desenvolvimento do setor era necessário recursos financeiros e tecnológicos. Durante a década de 1950, a União Soviética foi o parceiro disposto a fornecer o capital e a tecnologia que o país precisava, chegando atingir dois bilhões de dólares para o período (CHEN, 2009). Já em 1952 a produção anual de petróleo bruto atingiu 4,35 milhões de toneladas, porém essa quantidade representava apenas 25% das necessidades do país, ou seja, era preciso contar

com as importações para suprir a demanda interna (FENG *et al.*, 2013, p. 5). O acesso chinês ao mercado petrolífero internacional era bastante limitado devido os bloqueios impostos pelos países ocidentais em razão de questões políticas e ideológicas. Sendo assim, o país foi o maior importador de petróleo bruto e seus derivados da União Soviética durante os anos 1950 (TAYLOR, 2014).

O grau de dependência da União Soviética despertava preocupação nos líderes do governo, principalmente em Mao Zedong que defendia a necessidade de se encontrar um caminho próprio para a industrialização do país, que fosse adequado as condições chinesas (FANGJUN, 2009). Essa dependência era uma fonte de insegurança para o país, e para buscar reduzi-la, o método utilizado foi intensificar a ampliação e o desenvolvimento dos recursos internos, isto é, a busca pela autossuficiência. Essa estratégia foi ainda mais impulsionada no final da década de 1950 após a crise e subsequente rompimento das relações com a União Soviética. Sob o comando do Governo Central, e seguindo uma tática bastante comum do período Mao, campanhas de massas foram lançadas em busca por petróleo (MEIDAN, 2016). As campanhas de massas consistiam na mobilização social, via propaganda e slogans, em busca dos objetivos definidos pelo governo. No caso do petróleo, os recursos humanos utilizados foram oriundos do Exército de Libertação do Povo. Em 1952, Mao Zedong determinou uma reorganização no exército a fim de criar a “1ª Divisão do Petróleo”, responsável pela prospecção. O principal resultado foi o descobrimento de petróleo em Daqing, região nordeste do país, em 1959. Após quatro anos, em 1963, as instalações necessárias para exploração já estavam desenvolvidas, gerando uma produção total de 6 milhões de toneladas anuais, o que deixava o país muito próximo de atingir o objetivo da autossuficiência, o qual foi alcançado em 1965 (ZHANG, 2004).

O Ministério da Indústria Petrolífera era o responsável por toda a cadeia produtiva do petróleo, desde a prospecção até a comercialização. O alcance da autossuficiência deu proeminência política aos integrantes desse Ministério, a ponto de seus membros receberem a denominação de “grupo do petróleo”, o qual era liderado por Yu Qiuli e outros indivíduos que ajudaram no desenvolvimento dos campos petrolíferos de Daqing. Sendo responsáveis pelo setor, esse grupo percebeu, em breve espaço de tempo, os limites tecnológicos para a expansão das atividades de extração. As tentativas de importação de novas tecnologias da Europa Ocidental e do Japão fracassaram devido ao contexto político interno do país nos

anos 1960, com o advento da Revolução Cultural, apenas algumas compras pontuais foram concretizadas (TAYLOR, 2014).

A Revolução Cultural apresentou um duplo desafio para os membros do Ministério da Indústria Petrolífera, uma vez que precisavam lidar com as barreiras ideológicas, as quais impossibilitavam a aquisição de tecnologia externa e a exigência imposta pelos altos dirigentes do governo em atingir metas de produção. A única forma de ampliar ainda mais a capacidade produtiva era estender a exploração para o mar chinês, entretanto, a concretização desse projeto precisava contar com tecnologia estadunidense, líder mundial no setor de exploração offshore (SPENCE, 1995). Esse cenário foi alterado no início dos anos 1970, a partir da reaproximação com os Estados Unidos, ocasionando a extinção de diversos bloqueios à China.

A remoção de barreiras externas associada a mudanças políticas internas despertou, em parte da liderança chinesa, a importância da tecnologia externa para o avanço do processo de industrialização do país, refletindo no desenvolvimento do setor petrolífero, especialmente o offshore (LIEBERTHAL; OKSENBERG, 1988). Uma vez liberado o acesso ao mercado internacional de tecnologia, os recursos financeiros para a aquisição passaram a ser um fator fundamental. No processo de industrialização em curso, dispor de todos os recursos disponíveis na geração de receitas em moeda estrangeira para aquisição de novas tecnologias, incluiu a exportação de petróleo. A autossuficiência conquistada na metade dos anos 1960, aliado aos eventos internacionais do início dos anos 1970, como a Guerra do Yom Kippur e o embargo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), elevaram os preços do petróleo, configurando-se em um momento oportuno para o início das exportações de petróleo pela China (TAYLOR, 2014). Na visão de Michal Meidan (2016) e Lianyong Feng (2013) esse foi o encerramento de uma fase da indústria petrolífera chinesa, marcado pelo controle central do Ministério da Indústria Petrolífera, o qual era responsável pela estratégia, planejamento, produção, transporte e comercialização (ZHANG, 2004).

Impulsionada pelas exportações, a produção de petróleo saltou de 30,6 milhões de toneladas em 1970, para 106,1 milhões de toneladas em 1979 (ZHANG, 2004). Conseqüentemente, a participação do petróleo no total das exportações, que representava 0,6% do total exportado em 1973, passou para 16,3% em 1979 (HONG, 1993). O aumento da produção não foi acompanhado por novas

descobertas de reservas, da mesma forma que os recursos financeiros eram insuficientes para expandir as áreas de prospecção. As reservas e a extração estavam concentradas no setor onshore²⁰, enquanto que as expectativas eram direcionadas para a exploração marítima, o qual exigia grandes investimentos e maior risco (FENG *et al.*, 2013).

O desenvolvimento do setor petrolífero offshore exigia do governo chinês grandes investimentos, tanto na exploração como na aquisição de tecnologia estrangeira. A solução encontrada pelos dirigentes foi buscar atrair capital externo para o setor. Essa estratégia foi adotada no momento em que a China acabava de concluir o processo de transição política, quando então a política de Portas Abertas fora implementada. Um dos objetivos dessa política era aproximar-se de empresas estrangeiras e estabelecer parcerias na exploração marítima de petróleo (TAYLOR, 2014).

A configuração do setor petrolífero chinês, com a administração centralizada no Ministério da Indústria Petrolífera, gerava resistência na atração de empresas estrangeiras, que viam na intervenção estatal um elemento desfavorável. No transcorrer dos anos 1980, o governo fez reformas institucionais com o objetivo de ampliar a autonomia do setor e reduzir a interferência do Estado, elevando o interesse de companhias estrangeiras. Foi nesse contexto que as três principais petrolíferas chinesas foram criadas, a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), em 1982, com responsabilidades exclusivas no setor offshore, a China National Petrochemical Corporation (Sinopec), em 1983, ficaria responsável pelo processamento e distribuição dos produtos do petróleo, e por fim a China National Petroleum Corporation (CNPC), estabelecida em 1988, estando a cargo do setor onshore (FRANCISCO, 2013; LIEBERTHAL; OKSENBERG, 1988).

A divisão do setor através da criação dessas empresas cumpriu com o objetivo de transformar a indústria petrolífera chinesa em direção a corporações modernas conforme o padrão ocidental, voltadas a atender determinadas exigências de uma economia de mercado. Segundo Lianyong Feng *et al.* (2013) essas empresas promoveram o desenvolvimento da indústria petrolífera chinesa garantindo maior autonomia em relação ao governo chinês. Entretanto, cabe

²⁰ Onshore representa o petróleo extraído em terra firme, ao contrário de offshore.

ressaltar que essa autonomia não significou a completa ausência da interferência do Governo Central.

A natureza estratégica do setor não permitia a desvinculação completa das atividades com os objetivos do Estado. Com isso, era necessário garantir que essas empresas cumprissem com sua tarefa de garantir a segurança petrolífera do país e ao mesmo tempo preservar a valorização de seus ativos (KONG, 2010). Mesmo assim, a reforma no setor atraiu investimentos, possibilitando o acesso a novas tecnologias e a ampliação das exportações. Na década de 1980, o setor petrolífero, juntamente com o do turismo, acumularam aproximadamente 60% dos investimentos (CANNON, 1990) e o petróleo atingiu 24,7% (relative shares) do total das exportações no ano de 1985 (HONG, 1993). Os contatos e investimentos externos possibilitaram às empresas do setor acesso a tecnologia e acúmulo de experiência, contribuindo para a sua modernização. Por outro lado, o setor teve importante participação no processo de industrialização e modernização do país, fornecendo o capital necessário para o financiamento desses projetos. Porém, a queda do preço internacional do petróleo associado as limitadas descobertas de novas reservas provocaram mudanças no setor ao longo dos anos de 1990.

A queda no preço do petróleo no final dos anos de 1980 fez com os produtos refinados do petróleo na China tivessem um preço mais elevado quando comparado com o mercado internacional. Essa diferença no valor impulsionou as importações e tornou o país um importador líquido de refinados a partir de 1989 (WANG, 1999). Após vinte anos do início das exportações de petróleo, a queda no preço somado ao aumento do consumo interno, devido ao processo de industrialização e modernização, afetou as exportações e a capacidade de autossuficiência em petróleo do país. Em 1996, a quantidade de petróleo importado ultrapassou a produção interna, transformando o país em importador líquido de petróleo bruto (DAOJIONG, 2010). A questão energética voltou a ser uma preocupação para os líderes chineses, visto que, a dependência nas importações de petróleo tinha um potencial fragilizador na economia interna (ALVES, 2011). A afirmação feita pelo então Premier Li Peng, em 1993, de que a China precisaria assegurar um fornecimento estável e seguro a longo prazo, elucida tal preocupação (CHANG, 2001).

Sendo assim, o relatório de 1992, do 14º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, já deixava claro uma das estratégias que seria utilizada para

obtenção dos recursos petrolíferos necessários. As empresas chinesas deveriam realizar investimentos externos e operações transnacionais (PEI; ZHENG, 2015). Foi a partir desse momento que as petrolíferas chinesas iniciaram a busca por recursos em território estrangeiro. Até o final da década estariam extraíndo petróleo em diversos países, como: Peru, Canadá, Papua-Nova Guiné, Indonésia, Cazaquistão, Venezuela, Iraque e Sudão (DOWNS, 2006). O Bloco 7 do campo petrolífero peruano Talara, marcou o início das operações internacionais das petrolíferas chinesas, momento em que a CNPC assinou o seu primeiro contrato, em 23 de outubro de 1993 (CHINA NATIONAL PETROLEUM CORPORATION, 2009).

Paralelamente as primeiras atividades no âmbito internacional ocorridas no transcorrer dos anos 1990, as empresas petrolíferas chinesas passaram por um novo processo de transformação. Se na década anterior a setorização das atividades petrolíferas e a criação das estatais marcaram o setor, a década de 1990 teve como ponto importante a corporatização e internacionalização dessas empresas através de um processo de verticalização e privatização parcial, culminando na inserção destas no mercado internacional de ações no início dos anos 2000 (TAYLOR, 2014). Segundo Meidan (2016), este foi um momento de confluência de: conhecimento técnico adquirido pelas petrolíferas com os projetos conjuntos desenvolvidos com empresas internacionais, experiências acumuladas com o sucesso do investimento externo direto realizados em outros setores e a crescente necessidade por petróleo associado a percepção da escassez como vulnerabilidade. Esses elementos também contribuíram para ampliar o apoio governamental na internacionalização dessas empresas.

Desta forma, a política “tornar-se global”, adotada pelo governo chinês no início dos anos 2000, começou a incentivar as empresas chinesas a investirem no exterior, impulsionando a internacionalização das petrolíferas iniciada na década anterior. A prioridade de apoio à internacionalização estava relacionada a capacidade das empresas em atender as necessidades internas do país, fato que colocou as empresas do setor petrolífero em uma posição de destaque. Enquanto essas empresas passaram a ocupar proeminência na política de internacionalização, os bancos estatais chineses desempenharam um importante papel como financiadores dos projetos de energia e recursos naturais, fornecendo empréstimos com taxas de juros abaixo dos valores praticados no mercado (TAYLOR, 2014). Dessa forma, as três principais petrolíferas chinesas buscaram por oportunidades

em diversos países. Em 2019 a CNPC estava presente em 33 países (CNPC, 2020), enquanto a CNOOC desempenhava atividades em 21 (CNOOC, 2020) e a Sinopec em 25 (SINOPEC, 2020). Entretanto essa presença em território estrangeiro não foi suficiente para suprir o país com a quantidade de petróleo necessário, sendo então indispensável manter as importações via comércio internacional para garantir a segurança energética do país.

Devido a importância e a preocupação chinesa com a sua segurança energética, cabe neste momento trazer uma definição para este conceito, para definir a abordagem utilizada neste trabalho. O conceito de segurança energética possui uma variedade de definições. No estudo de Lu *et al* (2014) é apresentada a definição mais utilizada como sendo a proposta pela International Energy Agency (IEA), o qual define segurança energética como sendo a capacidade que cada país tem em garantir a disponibilidade física ininterrupta de recursos a um preço acessível. Sendo assim, o acesso e o controle de reservas petrolíferas configuram-se como ponto determinante na segurança energética, fato este que apresenta grandes desequilíbrios entre países. Por esse motivo, os recursos energéticos apresentam um potencial conflitivo, mesmo que de forma velada nas disputas geopolíticas do mundo atual, levando a uma corrida pelo que resta (KLARE, 2012).

A importância dada a este setor e a segurança energética se justifica pelo consumo mundial de petróleo, que corrobora essa busca constante por recursos. Entre os anos 1990 e 2010 a taxa média de crescimento do consumo mundial foi de 1,3% ao ano, enquanto a demanda chinesa apresentou crescimento de 5,7% (WU, 2015). No período 2008-2018, a taxa média de crescimento do consumo mundial se manteve em 1,3% e o crescimento chinês ficou em 5,4%. Em 2019 a demanda chinesa cresceu em 5,1%, o que desperta atenção, uma vez que o maior consumidor mundial de petróleo, os Estados Unidos, apresentou declínio de 0,1%. As reservas chinesas representam apenas 1,5% do total mundial, dividindo a 12ª posição de maiores reservas com o Qatar e sua produção representou 4,3%, o que faz do país o 6º maior produtor (BP, 2020). Ainda que as reservas petrolíferas chinesas não sejam as maiores, o país possui a maior reserva hídrica do mundo e a terceira maior em carvão. Porém a grande população do país faz com que este possua uma reserva energética per capita muito inferior a média mundial, o que é ainda mais reduzido para o petróleo (WEI, 2019) e o consumo energético per capita (SONG; ZHANG; SUN, 2019).

O descompasso entre reservas energéticas e o consumo faz com que a composição da matriz energética de um país se dê conforme a disponibilidade de recursos, tanto em seu território como no mercado internacional. No caso chinês, o carvão ainda é a principal fonte energética, representando 57,64% do total, já o petróleo representa 19,70%, seguido pela hidroeletricidade com 7,99%, o gás natural com 7,81%, energias renováveis com 6,63% e nuclear com 2,19% (BP, 2020). A grande quantidade energética necessária para suprir a demanda chinesa faz do país o maior consumidor energético mundial, posição que ocupa desde 2011 (U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015). Para o petróleo, é o segundo maior consumidor, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (BP, 2020). Porém, a dependência das importações do produto, já que 69% do petróleo consumido em 2018 foi originário de outros países (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2018), faz do país o maior importador mundial do produto desde 2017 (U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2018).

A relevância da energia, o petróleo em específico, e a manutenção do fornecimento contínuo é compreendido pelos dirigentes chineses como um dever do Estado, sendo assim, as questões relacionadas a segurança energética dependem das ações tomadas pelo governo (BRIDGE, 2015). Com isso, o petróleo passa a ser um componente da segurança nacional devido sua importância no desenvolvimento econômico e em questões militares, uma vez que o produto é um importante combustível, o que o torna vital para o funcionamento do Estado (NYMAN, 2014; WEI, 2019; ZIEGLER, 2006).

Particularmente na China, a preocupação energética, devido a dependência nas importações e o perigo associado ao fornecimento, teve efeitos na política de segurança nacional, refletindo na elaboração de estratégias políticas e diplomáticas em âmbito internacional, o que influenciou a política externa chinesa (WEI, 2019; ZIEGLER, 2006). Cabe destacar que, das ferramentas utilizadas pelo governo chinês em busca de ampliar sua segurança energética, o uso militar e a violência nunca foram empregados. No âmbito da política externa, a questão energética exerce papel determinante. Na pesquisa realizada por Lee (2019), foi analisada a relação entre a política externa chinesa com os países produtores de petróleo através de três ferramentas: parceria estratégica, visitas de líderes chineses e ajuda externa. Neste sentido, foi demonstrado que os países dotados de petróleo têm probabilidade maior de estabelecer parcerias estratégicas, as visitas de líderes chineses

ocorreram em maior quantidade e houve uma relação com a ajuda externa, ainda que este último recurso tenha sido utilizado com maior frequência em países africanos. Assim, a estratégia chinesa de segurança energética passou a incorporar a manutenção estável dos preços, a garantia de um fluxo externo contínuo, o aperfeiçoamento da produção e do conhecimento científico doméstico, a diversificação dos fornecedores e a ampliação dos oleodutos transnacionais (MUYZENBERG; ISSOVA; JUMATAI, 2018; NUNES, 2018; ZHENG, 2017).

A preocupação com a segurança energética fez com que as ações do Estado e as atividades das petrolíferas estivessem imbricadas, ainda que essas empresas tenham passado por um processo de maior autonomia ao longo do tempo. Dessa forma, a atuação das petrolíferas incorporaram estratégias estabelecidas pelo governo. Apesar de impulsionar a participação das petrolíferas em atividades no exterior, a participação dessas empresas na segurança energética do país ainda é limitada, o que faz com que neste momento não tenham condições de fornecer todo o petróleo necessário para atender a demanda do país. Por outro lado, o acesso direto a reservas petrolíferas é limitado devido grande parte dessas estarem localizadas em países que não permitem a participação de capitais estrangeiros no setor produtivo petrolífero (MOURA, 2018). Além disso, a produção das companhias petrolíferas chinesas além mar não é totalmente enviada para a China, a maior parte é comercializada no mercado internacional, evidenciando que a estratégia chinesa não está restrita apenas a posse de reservas, mas também ampliar sua participação no mercado internacional, o que possibilita ampliar a capacidade de influência no preço (HOGENBOOM, 2014).

Dentre as estratégias utilizadas em busca de aprimorar a sua segurança energética, os líderes chineses ampliaram a diversificação de seus fornecedores, efetuando uma melhor distribuição das quantidades importadas. Em 1993, o petróleo importado pela China teve como origem 24 países, os três principais representaram 62% do total importado, já em 2018 o número de países que forneceram petróleo para a China passou para 46 e os três maiores exportadores representaram 38% do total (UNITED NATIONS, 2019). Foi neste contexto de diversificação das origens das importações que os países produtores de petróleo da América do Sul passaram a fazer parte do portfólio de fornecedores chinês, seja via comércio, investimento direto ou empréstimos em troca de petróleo.

3.3 INVESTIMENTO, COMÉRCIO E PETRÓLEO

Os países da América do Sul apresentam distintas características, tanto em aspectos culturais, quanto na sua geografia e disponibilidade de recursos naturais. Sendo assim, é natural que a distribuição das reservas petrolíferas se dê de forma diversa. Por este motivo apresentamos a seguir os elementos que condicionaram o recorte geográfico da análise, em países específicos da América do Sul, para esta pesquisa. Para tal utilizamos os dados do comércio de petróleo, do IED chinês e das reservas petrolíferas para os países da América do Sul, conforme demonstrados a seguir.

O relacionamento da China com a América Latina não é algo novo, porém foi a intensificação das relações comerciais e de investimentos que despertaram a atenção no limiar do século XXI. Até o início dos anos de 1990 o petróleo estava na cesta de produtos exportados pela China. O fim da autossuficiência e a dependência na importação passou a incluir, pouco a pouco, os países produtores de petróleo da América Latina na lista de fornecedores do produto. Porém, essa inclusão se deu de forma significativa após o início dos anos 2000, até então, a Argentina era o único país da região que exportava petróleo para a China, ainda que em pequenas quantidades e de forma esporádica. Na tabela 1 podemos acompanhar a evolução da participação da China nas exportações de petróleo dos países da América do Sul.

A análise da tabela abaixo apresenta a participação da China no total de petróleo exportado pelos sete principais exportadores do produto da América do Sul. Os campos em branco indicam que não houve exportação para a China naquele ano. Evidencia-se a ausência da participação chinesa anterior ao ano 2000, sendo a Argentina a única exceção. Entretanto constata-se uma gradativa ampliação do país asiático no total exportado, com maior intensidade após o ano de 2008.

Tabela 1 - Participação (%) da China no total de petróleo exportado pelos países da América do Sul

	Argentina	Bolívia	Brasil	Colômbia	Equador	Peru	Venezuela
1993	1,24%						
1994							
1995	0,14%						
1996	0,31%						
1997	4,57%						
1998	3,95%						
1999							
2000			23,62%				
2001	0,91%		3,98%				0,08%
2002					0,31%		
2003			0,98%				0,50%
2004	7,58%		7,81%		0,97%		0,26%
2005	8,12%		12,99%			8,41%	0,25%
2006	37,88%		12,16%		2,26%	21,17%	0,51%
2007	37,33%		9,94%		0,21%	7,29%	3,10%
2008	47,33%	9,53%	12,84%	0,95%	2,96%	8,95%	3,90%
2009	9,16%		14,04%	4,87%	1,28%		2,60%
2010	26,81%		25,19%	7,02%	2,69%		4,50%
2011	19,47%		22,76%	5,09%			5,60%
2012	24,76%		22,73%	8,38%	1,41%		7,20%
2013	40,60%		30,10%	15,42%	2,32%		7,00%
2014	7,36%		20,61%	19,25%	0,59%		15,00%
2015	27,34%	44,56%	34,25%	14,91%	2,55%		18,00%
2016	48,64%		37,14%	11,28%	4,02%		22,00%
2017	84,63%		42,43%	14,69%	5,30%		26,00%
2018	41,03%		55,66%	24,90%	6,17%		25,87%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em COMTRADE (2019) e ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY (2020).

O Brasil foi o país que apresentou a maior participação da China, no total do petróleo exportado, seguido por Argentina, ainda que o país tenha apresentado uma forte oscilação entre os anos de 2013 e 2014. Entretanto, este posicionamento entre

os países é alterado, quando analisado as exportações em valores totais (milhões USD), percebemos uma alteração nessa configuração, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Exportações de petróleo para a China em valores (milhões USD)

	Argentina	Bolívia	Brasil	Colômbia	Equador	Peru	Venezuela
1993	7,04						
1994							
1995	1,90						
1996	6,25						
1997	83,82						
1998	53,84						
1999							
2000			36,12				
2001	21,90		39,85				10,32
2002					5,87		
2003			22,27				67,50
2004	158,94		210,13		37,60		62,92
2005	189,37		541,63			17,02	97,25
2006	894,03		835,85		174,71	99,77	295,80
2007	422,90		839,90		8,97	36,72	1.153,20
2008	678,90	37,38	1.702,46	61,01	342,20	57,54	3.198,00
2009	224,86		1.338,30	404,71	79,18		1.729,00
2010	665,97		4.053,45	899,58	230,99		3.132,00
2011	422,57		4.883,73	1.172,36			6.272,00
2012	650,54		4.834,74	2.221,31	180,10		9.000,00
2013	712,82		4.034,52	4.295,08	305,67		8.960,00
2014	128,01		3.472,94	5.198,85	57,79		7.290,00
2015	169,79	92,63	4.138,64	1.796,76	157,01		4.482,00
2016	384,81		3.908,16	871,12	230,91		4.004,00
2017	478,00		7.351,05	1.590,98	339,08		5.772,00
2018	610,36		14.334,41	3.406,51	479,69		5.580,00
TOTAL	6.966,60	130,00	56.578,13	21.918,27	2.629,76	211,05	61.105,99

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em COMTRADE (2019) e ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY (2020).

Ainda que em termos percentuais, a participação chinesa no total das exportações de petróleo do Brasil e Argentina seja maior, em termos de valores recebidos, a Venezuela foi o país que apresentou as maiores somas em milhões DE USD pelo petróleo exportado para a China, seguido do Brasil, Colômbia, Argentina e Equador.

Em relação ao investimento externo direto, Kupfer e Freitas (2018) apresentam uma análise detalhada das bases de dados sobre o IED chinês, destacando a ausência de informações detalhadas nas bases de dados oficiais. Para obtenção de dados desagregados é necessário consultar base de dados não oficiais para complementar os dados de análise. Por isso, na elaboração desta pesquisa, optou-se pela utilização, das bases de dados da China Global Investment Tracker (CGIT)²¹ e complementarmente a Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China (Red ALC-CHINA)²², devido estas disponibilizarem um detalhamento das informações necessárias para a identificação do IED realizado no setor petrolífero.

O investimento externo direto chinês na região foi, até a metade da década de 2000, realizado de forma bastante pontual. Os primeiros investimentos, assim como as exportações de petróleo, também se deram nos anos 1990. Em 1994 a China National Petroleum Corporation (CNPC) iniciou as atividades de perfuração no Bloco 7 do Campo Petrolífero de Talara no Peru, a assinatura do contrato, em 23 de outubro de 1993 marcou o início das atividades internacionais da empresa. Já em 1997, a empresa venceu uma licitação para exploração dos Campos Petrolíferos Intercampo e East Caracoles, na Venezuela (WU, 2019).

A tabela 3 apresenta os dados relativos ao IED chinês somado aos contratos de construção.

²¹ Disponível para acesso online em <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>

²² Disponível em: <http://www.redalc-china.org/monitor/informacion-por-pais/busqueda-por-pais/80-america-latina-y-el-caribe>

Tabela 3 - Total do IED chinês e contratos de construção em países selecionados da América do Sul (milhões de USD)

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Guiana	Peru	Venezuela
2005			670	550		1.790			1.190
2006			1.630		430				
2007								1.430	110
2008								2.160	140
2009			1.000				170	1.090	310
2010	9.050		13.490	1.910		4.480		2.710	3.410
2011	2.790		8.250		240	800	140		2.930
2012		170	2.600	190	980		610	900	2.650
2013	120	400	3.020			1.240		2.890	1.400
2014	350	930	3.370			2.420		6.990	2.820
2015	4.260	430	5.520		260	420			3.120
2016	790	1.910	14.080	350		720			1.590
2017	3.520	470	8.530					830	
2018	3.430	750	1.790	6.440	230	1.070	930	5.420	610
TOTAL	24.310	5.060	63.950	9.440	2.140	12.940	1.850	24.420	20.280

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020).

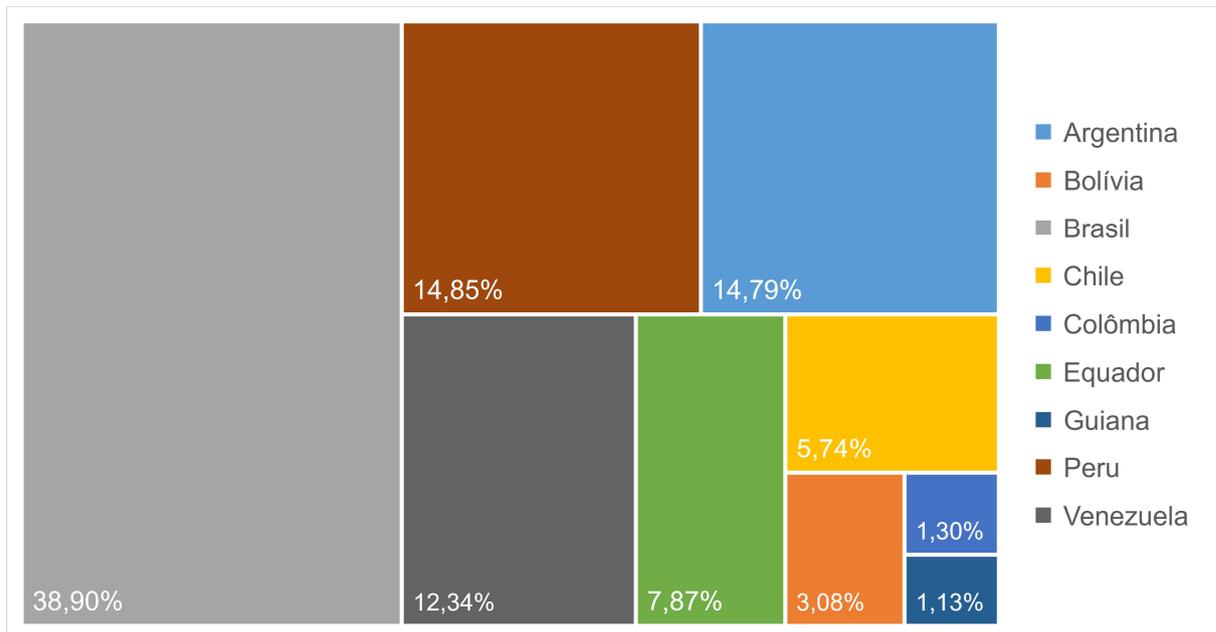
Neste sentido, é importante esclarecer que contratos de construção são acordos firmados com empresas chinesas para a construção de infraestrutura, dos quais podem ou não ser financiados por instituições financeiras chinesas, realizado em cada país da América Latina. É importante apontar aqui que a análise dos dados relativos ao IED requer atenção, uma vez que há informações divergentes entre as diversas bases de dados disponíveis. A ausência de Paraguai, Uruguai e Suriname na tabela acima é devido o investimento realizado serem inferiores a US\$ 100 milhões, valor mínimo da transação para ser contabilizado pelo China Global Investment Tracker (KUPFER; FREITAS, 2018). Segundo os dados disponibilizados pela Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China, o estoque total de IED chinês no Uruguai é de US\$ 171,90 milhões e no Suriname US\$ 20 milhões. Os dados referentes ao Paraguai não estão disponíveis em nível de detalhamento

setorizado, sendo informado apenas o valor total de US\$ 45,31 milhões (RED ALC-CHINA, 2020).

Os dados acima demonstram a concentração de capital em alguns países, ou seja, não há uma distribuição uniforme. O Brasil foi o país que recebeu a maior quantia em termos de valores, USD 63,95 bilhões, mais do dobro do recebido por Argentina, Peru e Venezuela. A quantia recebida por estes países foi de USD 24,31, USD 24,42 e USD 20,28 bilhões, respectivamente. Da mesma forma, evidencia-se uma maior constância dos fluxos a partir do ano de 2010 e a ampliação do número de países que receberam investimentos ou assinaram contratos de construção com empresas chinesas.

No gráfico 1 a seguir apresentamos a participação de cada país no total do IED chinês na região, evidenciando a desproporcionalidade dos valores recebidos por cada país.

Gráfico 1 - Participação dos países no total do IED chinês e contratos de construção em países selecionados da América do Sul (2005-2018), em percentual

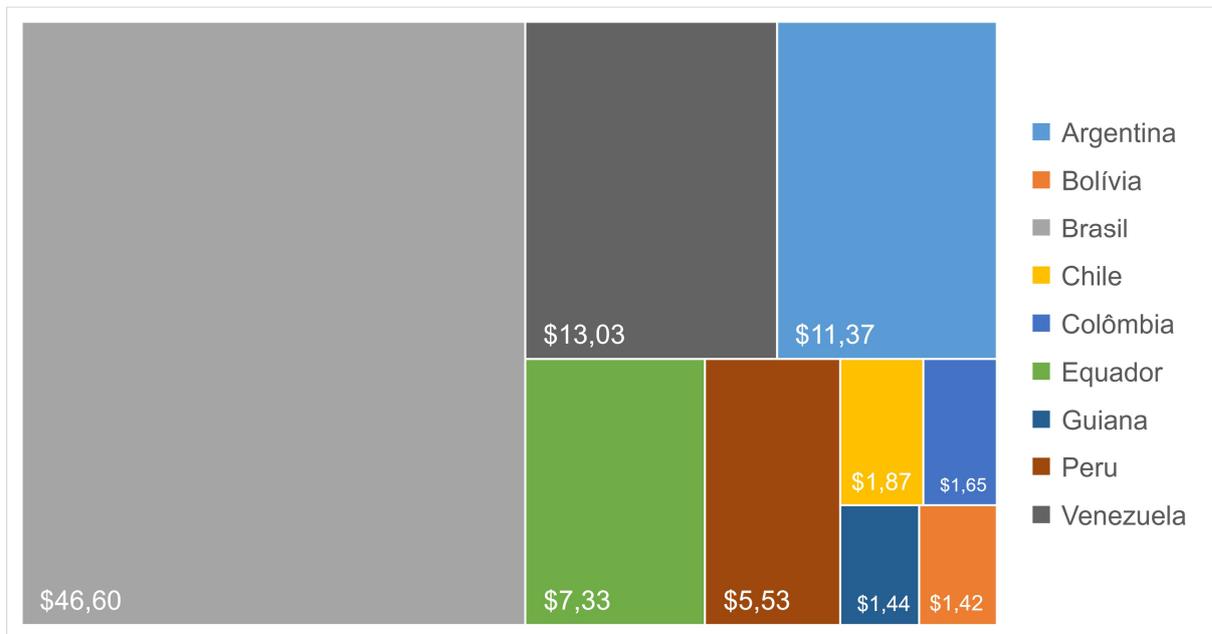


Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020).

Dentre países elencados, o Brasil representou 38,9% do total destes países, quase o mesmo percentual de Peru, Argentina e Venezuela juntos. Já a participação de Equador, Chile, Bolívia, Colômbia e Guiana somadas representou apenas 19,12%. A decomposição setorial do IED exibe uma significativa importância do setor energético, o que nos auxilia a compreender a distribuição desigual. Todos os

países listados na Tabela 2 receberam investimentos neste setor. No gráfico 2 é apresentado o IED chinês no setor energético, evidenciando a importância do setor na participação do IED total.

Gráfico 2 - IED e contratos de construção chinês no setor energético em países selecionados da América do Sul (2005-2018), em valor



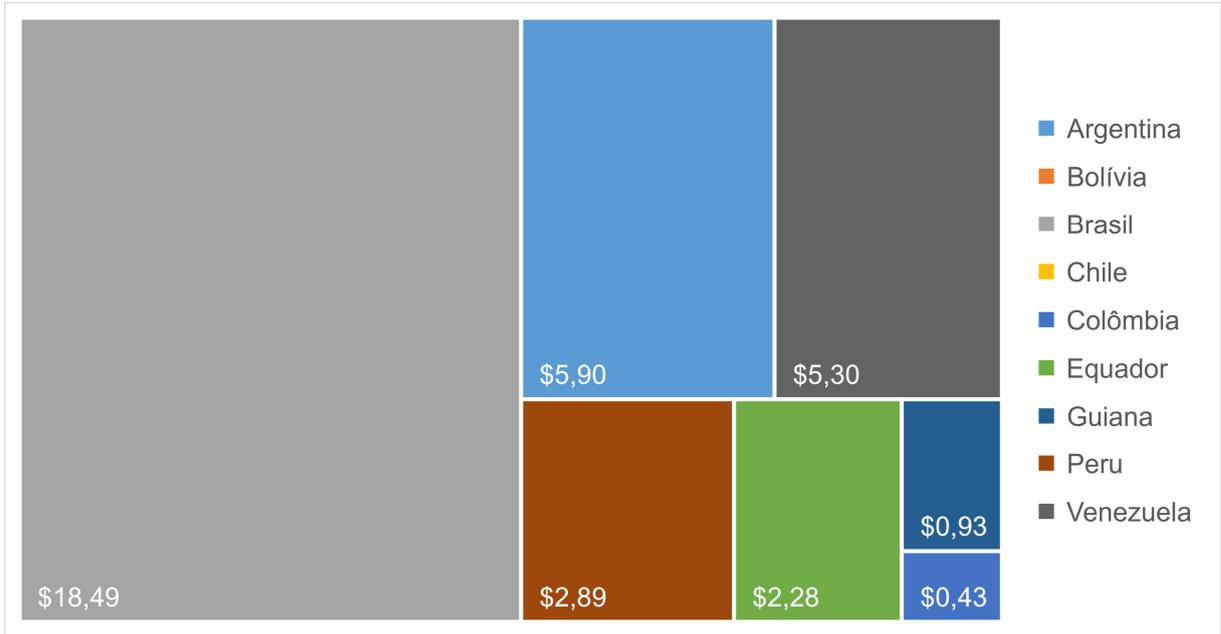
Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020)

O Brasil novamente aparece como o país com o maior valor alocado no setor energético, forma USD 46,6 bilhões, seguido pela Venezuela com USD 13,03 bilhões e Argentina com USD 11,37 bilhões. Os cinco primeiros países com maior estoque de IED total são os mesmos no setor energético, apenas com alteração na posição ocupada pelo Peru, que passa de segundo lugar no estoque do IED total para o quinto lugar no setor energético.

Aprofundando a análise, o petróleo é um dos componentes do setor energético que ocupa uma posição de destaque no o volume do investimento e contratos de construção, conforme se pode constatar no gráfico 3.

Novamente os principais países receptores dos maiores valores são os mesmos listados no IED total e no setor energético. Entretanto, percebe-se a ausência de, Bolívia e Chile, pois ambos não receberam investimentos chineses no setor petrolífero.

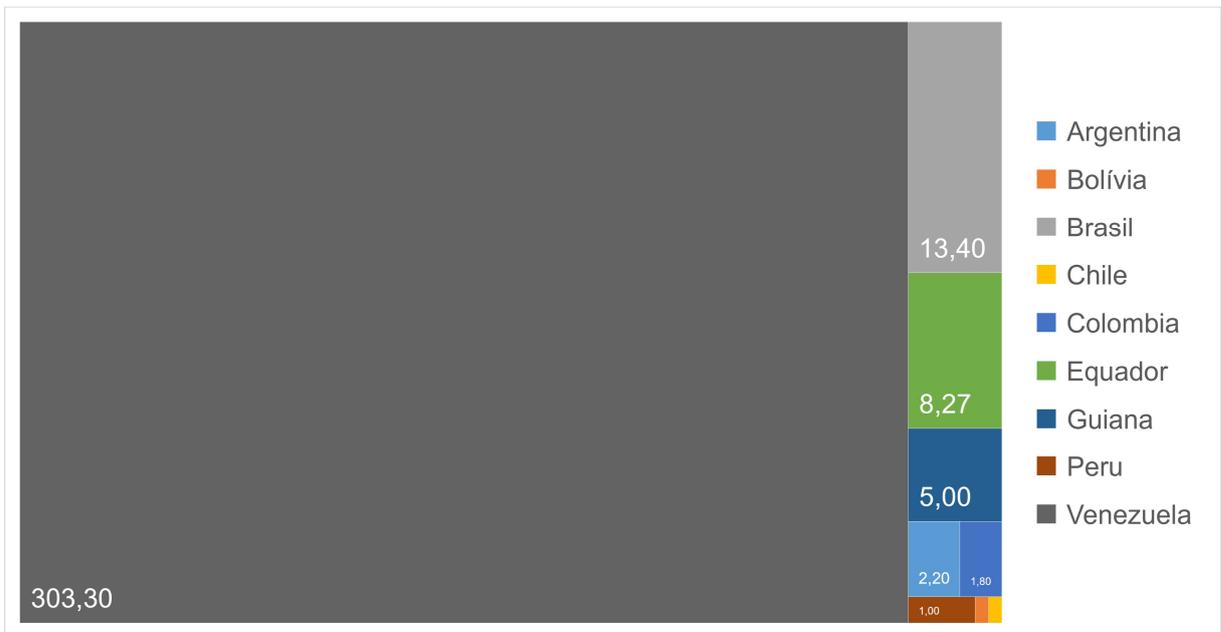
Gráfico 3 - IED e contratos de construção chinês no setor petrolífero em países selecionados da América do Sul (2005-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020).

A ausência de Bolívia e Chile se deve ao fato que as reservas provadas de petróleo nestes dois países são baixas, conforme podemos confirmar no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Reservas provadas de petróleo em bilhões de barris em países selecionados da América do Sul (2018)

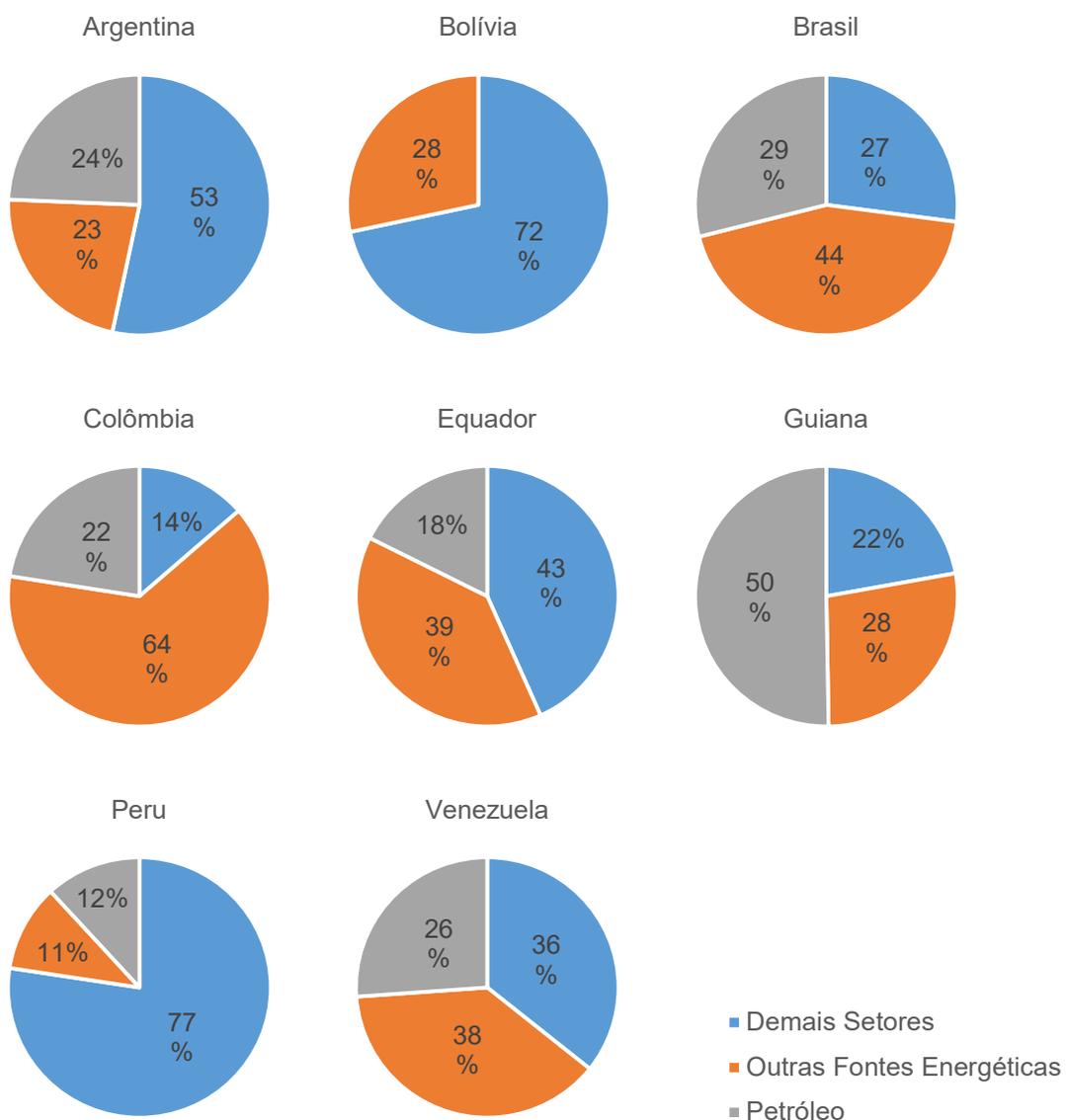


Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em EIA (2020); BP (2019) e ExxonMobil (2018).

Como anunciado anteriormente, as reservas petrolíferas na Bolívia e no Chile são as menores dentre os países analisados. O destaque está na quantidade das reservas venezuelanas, que está dentre as maiores do mundo.

O setor energético, especificamente o petrolífero, representa um importante destino para o investimento chinês nos países da América do Sul, no gráfico 5 é apresentada a participação desses setores na composição total do IED nos países em que estes capitais estão investidos.

Gráfico 5 - Participação do setor energético e petrolífero no total do IED (2005-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020).

A partir destes dados, comprova-se a predominância do setor energético nos investimentos e contratos de construção. Sendo este setor determinante para a atração e alocação dos capitais. Bolívia e Peru detem a menor participação, 28% e 23% respectivamente, isso devido a quantidade de suas reservas, como anunciado previamente. Já países com maiores reservas, a participação do setor passa a aumentar. O maior percentual é evidenciado na Colômbia, no qual 86% dos recursos foram destinados ao setor energético, seguido da Guiana, com 78%, Brasil, com 73%, Venezuela, com 64%, Equador, com 57% e Argentina com 47%.

Dentre os dados analisados até o momento, na tabela 4 a seguir, exibimos um uma síntese para determinar os cinco principais países em cada categoria.

Quadro 1 - Cinco maiores países no acumulado (2005-2018) - Cinco maiores países no acumulado (2005-2018)

	IED Total	IED em Energia	IED em Petróleo	Exportações em valor	Reservas
1.	Brasil	Brasil	Brasil	Venezuela	Venezuela
2.	Peru	Venezuela	Argentina	Brasil	Brasil
3.	Argentina	Argentina	Venezuela	Colômbia	Equador
4.	Venezuela	Equador	Peru	Argentina	Guiana
5.	Equador	Peru	Equador	Equador	Argentina

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados em ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY (2020); AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020); EIA (2020); BP (2019); COMTRADE (2019) e ExxonMobil (2018)

A partir da análise dos dados relativos ao IED total, IED no setor energético e petrolífero, exportações de petróleo para a China e reservas petrolíferas, Argentina, Brasil, Equador e Venezuela estão dentre os cinco principais países em todas as categorias.

Sendo assim, a presença do IED chinês da América Latina está concentrada nos países com maiores reservas petrolíferas. Ao longo da última década as exportações de petróleo destes países para a China se intensificaram, chegando a atingir, no caso do Brasil, mais de 50% do total exportado em 2018. Entretanto há algumas excepcionalidades que necessitam ser evidenciadas. No caso da Bolívia, não houve investimento no setor petrolífero e as exportações de petróleo para China ocorreram apenas nos anos de 2008 e 2015. O Chile, apesar de importante fornecer de minérios para a China, não exporta e nem possui investimentos no setor petrolífero, apesar de possuir reservas equivalentes às da Bolívia. A Colômbia vem

ampliando suas exportações de petróleo à China, não recebendo, até 2018, nenhum investimento chinês no setor, configurando-se uma exceção frente os outros países da região. Para a Guiana é necessário observar as atividades futuras, visto que as descobertas de petróleo são recentes. Por esse motivo o país não havia exportado petróleo até o ano de 2018, apesar dos investimentos chineses realizados no setor. No Peru a exportação ocorreu apenas em 2008 e houve apenas um investimento no setor em 2013.

Diante das observações elencadas até aqui, evidenciou-se a maior preponderância de países como a Argentina, Brasil, Equador e Venezuela quanto a constância e volume nas exportações de petróleo e investimentos recebidos. Por este motivo a delimitação geográfica deste trabalho se restringiu a esses países. Sendo assim, objetiva-se no próximo capítulo discutir os investimentos chineses nestes países.

4 A PRESENÇA CHINESA NA ARGENTINA, BRASIL, EQUADOR E VENEZUELA

O histórico das relações da China com o continente americano pode ser remetido a evidências de navegações de monges budistas no século V, quando estes teriam estabelecido contato com a região, onde atualmente está localizado o México (ZHENG; SUN; YUE, 2019). Entretanto, os vestígios arqueológicos encontrados não foram suficientes para confirmar tais hipóteses, permanecendo uma questão em aberto. Já no século XVI, uma rota comercial foi estabelecida pela Espanha, conhecida como a Nao de Acapulco ou Nao da China, inserindo o continente americano nos fluxos de comércio entre Europa e Ásia (PHILIP; FORNES, 2014).

No século XX, após a constituição da República Popular da China pelo partido comunista, em 1949, e as restrições impostas por países ocidentais, Taiwan passou a ser uma área de influência dos Estados Unidos, o qual desempenhou forte pressão nos países aliados para o reconhecimento e manutenção das relações diplomáticas com Taiwan, considerando a ilha como a “verdadeira China” (ERIKSON; CHEN, 2007). Neste momento, a diplomacia da República Popular defendeu, ainda que minimamente, os movimentos revolucionários da América Latina (BLANCHARD, 2016) e buscou estabelecer um diálogo com setores não governamentais, seguindo a orientação política sugerida por Zhou Enlai, que previa esforços para o estabelecimento de laços de amizade, o desenvolvimento de laços culturais e comerciais com o intuito de continuar avançando até atingir relações diplomáticas oficiais (ZHENG; SUN; YUE, 2019).

As dificuldades diplomáticas foram superadas a partir das décadas de 1970 e 1980. Impulsionado pela reaproximação com os Estados Unidos, o relacionamento com a América Latina passou por um processo de transformação, culminando no estabelecimento gradual das relações diplomáticas com a China. O ingresso chinês na Organização das Nações Unidas, o qual garantiu um acento permanente do Conselho de Segurança da instituição, ilustra esse processo de reinserção do país na comunidade internacional. Este evento ocorreu em 1971, durante a realização da 26ª Assembleia Geral e contou com o apoio de sete países latino-americanos, sendo eles: Chile, Peru, Equador, Guiana, México, Cuba e Trindade e Tobago. Na sequência, sucessivos países foram estabelecendo relações diplomáticas com a

China. Até o final de 1974, Argentina, Brasil, Chile, Mexico, Peru e Venezuela já haviam formalizado suas relações com o país asiático. Na década seguinte, Colombia, Equador, Bolívia, Uruguai, Antígua e Barbuda, Granada, Nicarágua e Belize reconheceram formalmente a República Popular da China e instituíram relações oficiais (ZHENG; SUN; YUE, 2019).

No processo de restabelecimento de suas relações diplomáticas oficiais, a América Latina foi a última região a reconhecer oficialmente a China (ZHENG; SUN; YUE, 2019). Nas décadas seguintes, o crescimento econômico gerado pelos chineses ampliou a demanda por recursos naturais, o comércio teve um forte incremento entre as regiões, especialmente com a América do Sul, devido as grandes reservas naturais. O relacionamento comercial contribuiu para a ampliação da exploração natural, conseqüentemente, expandiu as receitas desses países e gerou uma onda de crescimento econômico entre os anos de 2003 e 2008, período conhecido como “boom das *commodities*” (RODRIGUES, 2020; ZHENG; SUN; YUE, 2019).

A demanda chinesa por recursos naturais e as reservas dos países latino-americanos propiciou um relacionamento econômico de complementaridade. Garantir os fluxos de recursos para o país foi de extrema importância, pois somente tendo acesso às matérias primas seria possível sustentar o desenvolvimento econômico experienciado pela China. Estabelecer relações diplomáticas e estimular a aproximação entre os países foi uma das estratégias. Nesse sentido, a diplomacia chinesa instituiu mecanismos para expandir suas relações internacionais, sendo um deles as parcerias estratégicas. Segundo Quan Li (2019), a China é um dos poucos países que direciona considerável significância para essas parcerias, tanto que há uma nomenclatura específica para cada uma delas, chegando a um total de 24 diferentes tipos (Anexo A). Dos países latino-americanos, Brasil (1993), Venezuela (2001), México (2003), Argentina (2004), Peru (2008), Chile (2012), Costa Rica (2015) e Equador (2015) estabeleceram parcerias estratégicas com a China, ainda que em diferentes categorias (XU, 2017).

Além dessas parcerias estratégicas e a intensificação das relações, a importância econômica da região para a China é evidenciada através da publicação de dois “*Policy Paper*”, um em 2008 e outro em 2016. Para Rodrigues (2020), a construção desses dois documentos apresentam objetivos distintos. Enquanto o primeiro visava explicitar a estratégia geo-econômica para a região, o segundo

confirma o interesse de projeção futura através da Nova Rota da Seda. Entretanto, um dos pontos destacados em ambos os documentos é o interesse em aprofundar a participação nos setores de recursos naturais e energia, através de estruturas de cooperação bilateral (CHINA, 2008, 2016).

Evidencia-se uma ampliação da presença chinesa na América do Sul em um espaço de tempo relativamente curto, rebalanceando as relações econômicas e políticas da região. Na visão de Avendano, Melguizo e Miner (2017), a influência chinesa está relacionada com a ausência de engajamento dos Estados Unidos, o qual direcionou sua atenção para outras regiões. É a partir deste ponto que analisaremos a presença chinesa em quatro países da América do Sul, sendo eles: Argentina, Brasil, Equador e Venezuela. Para tal, iniciaremos abordando as relações bilaterais estabelecidas, na sequência analisaremos os investimentos chineses e os setores com maior alocação de recursos para então, encerrar este capítulo destacando a participação do setor petrolífero no total do IED chinês em cada um desses países, relacionando com as exportações de petróleo para a China.

4.1 AS RELAÇÕES BILATERAIS

Foi na 26ª Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em 1971, que a China conquistou o seu ingresso como membro de pleno direito na organização, inclusive garantindo um assento permanente no Conselho de Segurança. Dentre os países analisados no âmbito deste trabalho, apenas o Equador votou a favor do ingresso chinês (OVIEDO, 2010; REISS, 2000; SAMANAMUD, 2014; ZHENG; SUN; YUE, 2019). A Argentina se absteve da votação, embora tenha votado favorável a necessidade de considerar o caso chinês como importante, o que dava urgência no processo de votação. A posição argentina foi justificada pelas relações diplomáticas oficiais estabelecidas com Taiwan, até então considerado o representante oficial da China (OVIEDO, 2010; REISS, 2000). O voto brasileiro e venezuelano seguiu o estadunidense, os quais manifestaram contrariedade a inclusão do governo comunista como representante da China (DICK, 2006; GARCIA, 2018; MEDINA, 2018). O resultado final foi de 76 votos a favor da China, 35 contrários, 17 abstenções e 03 ausências (DICK, 2006).

O efeito pós-votação foi o reconhecimento do governo comunista chinês como representante da China e a exclusão imediata de Taiwan da organização.

Consequentemente, a República Popular da China passou a ser, sucessivamente, reconhecida por um número cada vez maior de países. Oviedo (2010) faz uma observação importante sobre as relações diplomáticas entre Argentina e China, a qual requer consideração para o caso de outros países. Segundo este autor, o relacionamento diplomático com a China, a partir dos anos 1970, não se constituiu em um novo estabelecimento de relações, pois considerando o ponto de vista do direito internacional, o que houve foi um reconhecimento do Partido Comunista Chinês como o representante do governo legal da China, e não o do Estado chinês, visto que até então este era representado pelo governo de Taiwan. Ou seja, o Estado chinês era representado pelo governo de Taiwan. Ao se referir “a China” na verdade estava se referindo a ilha de Taiwan. O estabelecimento de relações diplomáticas com o governo comunista destituiu o título de Taiwan como sendo “a China”, e então, toda referência a China passou a ser a parte continental do país, tal qual conhecemos hoje.

Nesse sentido, na esteira do crescente reajustamento das relações diplomáticas, a Argentina restabeleceu suas relações diplomáticas com Beijing no ano de 1972. O estabelecimento das relações se deu em 1º de junho de 1945, porém no período entre 1949 e 1972 as relações oficiais se deram com Taiwan, então reconhecida como a República da China. Neste período não houve relacionamento político com o governo comunista sediado na porção continental do país (OVIEDO, 2010). No caso equatoriano, o estabelecimento de relações assemelha-se a experiência argentina. Logo após a oficialização do ingresso dos novos representantes chineses na Organização das Nações Unidas, o governo do Equador rompeu as relações com Taiwan e iniciou o processo de negociações de acordos comerciais com a China. Entretanto, as relações oficiais entre os dois países só foram concretizadas em 1980 (SAMANAMUD, 2014). Assim como o caso Argentino, as relações haviam iniciado na segunda metade da década de 1940, mais precisamente no ano de 1949, para em seguida serem transferidas para Taiwan (DÍAZ-VÁZQUEZ, JULIO, 2006; SHICHENG, 2006).

No ano de 1974 foi a vez de Brasil e Venezuela restabelecerem suas relações diplomáticas oficiais com a República Popular da China. Os contatos entre Brasil e China remontam ao século XIX. Em 1879 uma missão brasileira foi enviada à China em busca de mão de obra, porém a emigração de trabalhadores chineses para o Brasil foi proibida pelo governo, na época a Dinastia Qing. Mesmo assim os contatos

continuaram e resultaram na assinatura de um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, em 1881, e na abertura de um consulado brasileiro em Shangai, em 1883, (OLIVEIRA, 2004). Com a derrubada da Dinastia Qing e a proclamação da República da China em 1911, Hermes da Fonseca, então presidente do Brasil, reconheceu o novo governo, em 1913, via carta enviada ao presidente chinês Yuan Shikai, e no ano seguinte instalou uma missão diplomática na capital chinesa (GARCIA, 2018; VILLELA, 2004). Em 1943, ambos os países assinaram um Tratado de Amizade, e a missão diplomática brasileira foi transformada em embaixada (GARCIA, 2018).

As relações diplomáticas foram afetadas após a vitória de Mao Zedong, em 1949. O Brasil transferiu todo o corpo diplomático para Taipei, capital de Taiwan e passou a reconhecer o governo nacionalista, aí instalado, como o representante da China (GARCIA, 2018; OLIVEIRA, 2004). Neste período, algumas missões comerciais ocorreram, inclusive uma delas, em 1961, foi chefiada por João Goulart, vice-presidente brasileiro. Porém, com o Golpe Militar de 1964, e o acirramento de questões ideológicas, funcionários do escritório comercial chinês no Brasil foram presos e expulsos do país sob a acusação de “atividades subversivas” (GARCIA, 2018; VILLELA, 2004).

O interesse comercial levou um grupo de empresários a reaproximar-se da China continental. Nos anos de 1971 e 1972 uma comitiva brasileira buscou oportunidades para abrir novos mercados no país asiático (DICK, 2006). Impulsionado pelos interesses comerciais e pela mudança do cenário internacional, o Brasil reconheceu a República Popular da China como o único governo legal da China em agosto de 1974 e o relacionamento entre países é expandido para além de questões meramente comerciais, sendo designado embaixadores em ambos os países no ano seguinte (DICK, 2006; GARCIA, 2018; VILLELA, 2004).

Assim como o Brasil, a Venezuela restabeleceu relações diplomáticas oficiais com Beijing no ano de 1974, ainda que relações anteriores tenham ocorrido. Em 1936 o governo venezuelano estabeleceu um consulado geral em Shangai, mesmo não tendo relações diplomáticas oficializadas, fato este que veio a ocorrer em 1943, quando então o governo chinês destinou um corpo diplomático para a Venezuela (MEDINA, 2018). Assim como os outros países aqui apresentados, no período entre 1949 e 1974, as relações diplomáticas da Venezuela com a China foram feitas através do governo de Taiwan.

Dessa forma, a década de 1970 pode ser caracterizada como um período de restabelecimento das relações diplomáticas oficiais com a República Popular da China, ainda que nem todos os países da América do Sul tivessem oficializado suas relações com Beijing. Na década seguinte, destacaram-se as visitas oficiais dos líderes desses países à China. Dos países analisados, o chefe do Estado argentino, Jorge Rafael Videla, foi o primeiro a visitar a China, em junho de 1980 (OVIEDO, 2010). O próximo líder a desembarcar em solo chinês foi o venezuelano Luis Herrera Campins, em novembro de 1981 (MEDINA, 2018). O presidente brasileiro João Baptista de Oliveira Figueiredo e o equatoriano Luis Osvaldo Hurtado Larrea realizaram visitas oficiais em maio de 1984 (DICK, 2006; HERRERA; LEE, 2017). Do lado chinês, a primeira visita à região foi realizada em 1981, por uma comitiva do governo chefiada pelo ministro das Relações Exteriores Huang Hua, a qual visitou o México, Colômbia e Venezuela. Em 1985 foi a vez do primeiro ministro chinês Zhao Ziyang visitar Colômbia, Brasil, Argentina e Venezuela. O Equador recebeu a primeira visita através de uma delegação cultural em 1997 (REISS, 2000) e a primeira visita oficial de um chefe de Estado chinês ocorreu em 2016, com a visita de Xi Jinping (HERRERA; LEE, 2017).

O posicionamento chinês referente a ampliação dos laços diplomáticos estava baseado na estratégia definida por Deng Xiaoping, qual seja, as relações diplomáticas estabelecidas pela República Popular da China deveriam transcender qualquer diferença ideológica e sistema social. A mesma deveria enfatizar a observância dos princípios básicos de coexistência pacífica, especialmente a independência, igualdade, mútuo respeito e não interferência em assuntos internos de outros países (ZHENG; SUN; YUE, 2019). Dessa forma, o relacionamento chinês foi se ampliando para outras áreas. Na década de 1980 vários acordos de transporte marítimo, cooperação econômica, comercial, tecnológica, cultural e no uso pacífico de energia nuclear foram assinados com os países sul-americanos (REISS, 2000). As relações econômicas e comerciais adquiriram um novo estágio.

Neste contexto, o relacionamento comercial com a China foi gradativamente sendo incrementado. A complementaridade econômica impulsionou as exportações desses países, ampliando o papel dos recursos naturais na pauta exportadora. A importância desses recursos para a manutenção do processo de desenvolvimento econômico chinês, ampliando os interesses chineses na região, tornando-a um fornecedor relevante. Prova disso são as parcerias estratégicas estabelecidas. O

primeiro país com o qual a China estabeleceu uma parceria desse tipo foi o Brasil, em 1993. Dos países aqui analisados, todos eles possuem parcerias estratégicas estabelecidas com a China. A Venezuela estabeleceu em 2001, Argentina, em 2004 e Equador, em 2015 (XU, 2017; ZHENG; SUN; YUE, 2019). Segundo Lee (2019), as parcerias estratégicas são um instrumento da política externa chinesa em prol de obter acesso e garantir o suprimento dos recursos necessários. De acordo com este autor, essas políticas não estão diretamente relacionadas com questões energéticas, mas buscam amplificar a cooperação e a proximidade entre os países. A partir dessa análise, podemos apreciar os dados disponíveis dos investimentos chineses nos países selecionados.

4.2 OS INVESTIMENTOS CHINESES

A reinserção da China na economia mundial, de forma mais intensa a partir da década de 1970, provocou alterações em diversos níveis, dentre eles o investimento externo, tanto na capacidade chinesa de atrair capitais, quanto na exportação destes para outros países. Os investimentos chineses contribuíram para a alteração da posição ocupada pelos países em desenvolvimento, que gradualmente passaram a ocupar maior proeminência no cenário mundial.

O investimento externo direto realizado globalmente durante o ano de 2018 apresentou uma queda de 13% comparado ao ano anterior. Entretanto, há uma distinção entre os países de economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Enquanto o fluxo no primeiro grupo atingiu o menor nível desde 2004, o segundo teve um acréscimo de 2%. Essa diferença ampliou a participação dos países em desenvolvimento como receptores de investimento externo direto, tendo estes comportado 54% do total global de 2018, o maior patamar já registrado. Com relação aos dados desagregados por região, evidencia-se a elevação dos capitais direcionados para o continente africano e asiático, à medida que na América do Sul houve uma redução de 6% (UNCTAD, 2019).

Neste contexto global, a China foi o país em desenvolvimento que mais recebeu investimentos em 2018, um acréscimo de 4% comparado à 2017 (UNCTAD, 2019). Essa posição de destaque também é evidenciada na escala mundial, o país asiático teve o segundo maior fluxo de ingresso de investimentos, posição ocupada nos anos de 2018 e 2017 (UNCTAD, 2018, 2019). Já os investimentos realizados

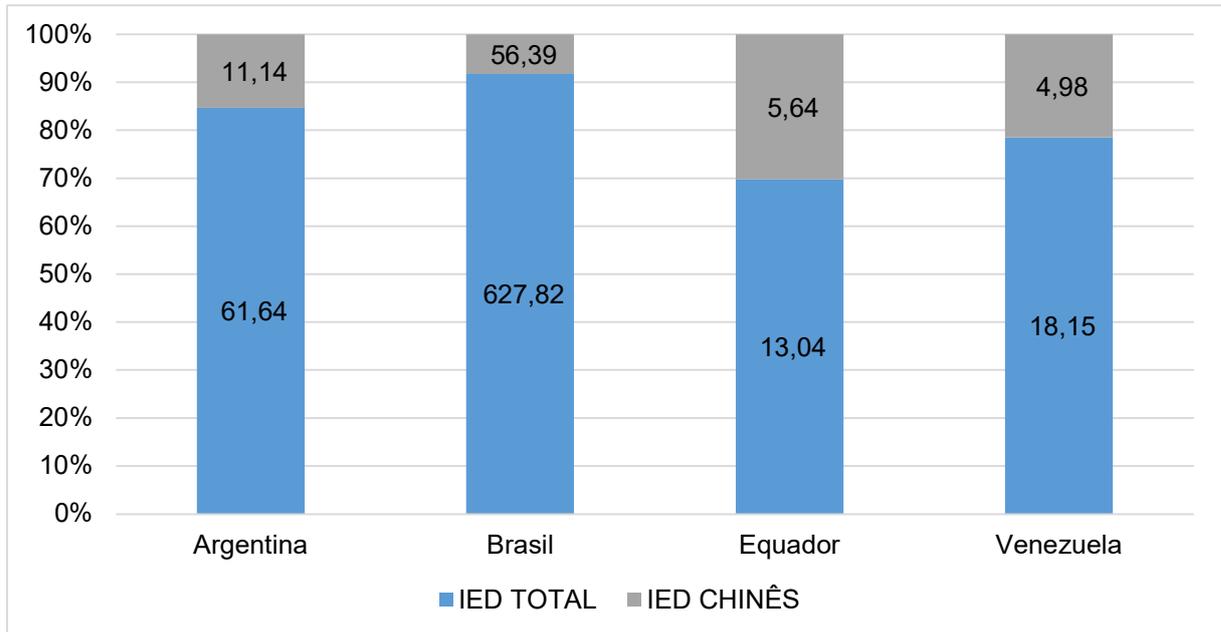
pelas empresas multinacionais chinesas, no ano de 2018, tiveram uma redução de 18% frente aos valores de 2017. Essa redução teve como principal motivador as alterações políticas internas que visavam refrear o investimento externo, possibilitando uma triagem detalhada dos empreendimentos realizados no exterior, principalmente nos Estados Unidos e Europa. Mesmo diante dessas modificações, o país foi o segundo maior realizador de investimento externo, com um total de USD 130 bilhões, ficando atrás apenas do Japão (UNCTAD, 2019).

Do total apresentado, o capital chinês direcionado para América do Sul em 2018 em forma de investimento externo direto e contratos de construção foi de USD 20,67 bilhões, representando 15,9% do total investido pelo país. Sendo USD 15,44 bilhões (11,88%) em investimentos e USD 5,23 bilhões (4,02%) em contratos de construção (AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION, 2020). Ao longo do ano de 2018, o ingresso total de investimentos recebido pela América do Sul foi de USD 101 bilhões (UNCTAD, 2019), tendo os chineses sido responsável por 15,29% desse valor. Quando analisamos os dados referente a participação da China no estoque total de investimento externo direto na América do Sul, constata-se que o país asiático é responsável por 7,99% do total, tendo investido aproximadamente USD 113 bilhões, enquanto o valor total alocado na região é de USD 1,4 trilhão (AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION, 2020; UNCTAD, 2019).

Diante desses investimentos, a presença da China como um grande realizador de investimentos no exterior é fonte de destaque, não apenas pelo volume de capital e abrangência, mas principalmente pelo rápido desenvolvimento, uma vez que os primeiros investimentos foram realizados na década de 1980, de forma muito pontual. Três décadas e meia depois, o país deixava de ser um receptor líquido de investimentos para tornar-se um exportador de capitais. Já em 2015, o total de investimentos realizados pela China foi superior ao volume recebido (SONG, 2019).

Após a explanação abrangente do posicionamento chinês frente os investimentos de capitais no estrangeiro, iremos refinar a análise para evidenciar a participação chinesa no estoque total do investimento recebido pelos países selecionados para avaliação nesta dissertação, conforme demonstrado no gráfico 6 a seguir.

Gráfico 6 - Participação chinesa no estoque total de IED nos países selecionados no ano de 2018
(valores em bilhões de USD)

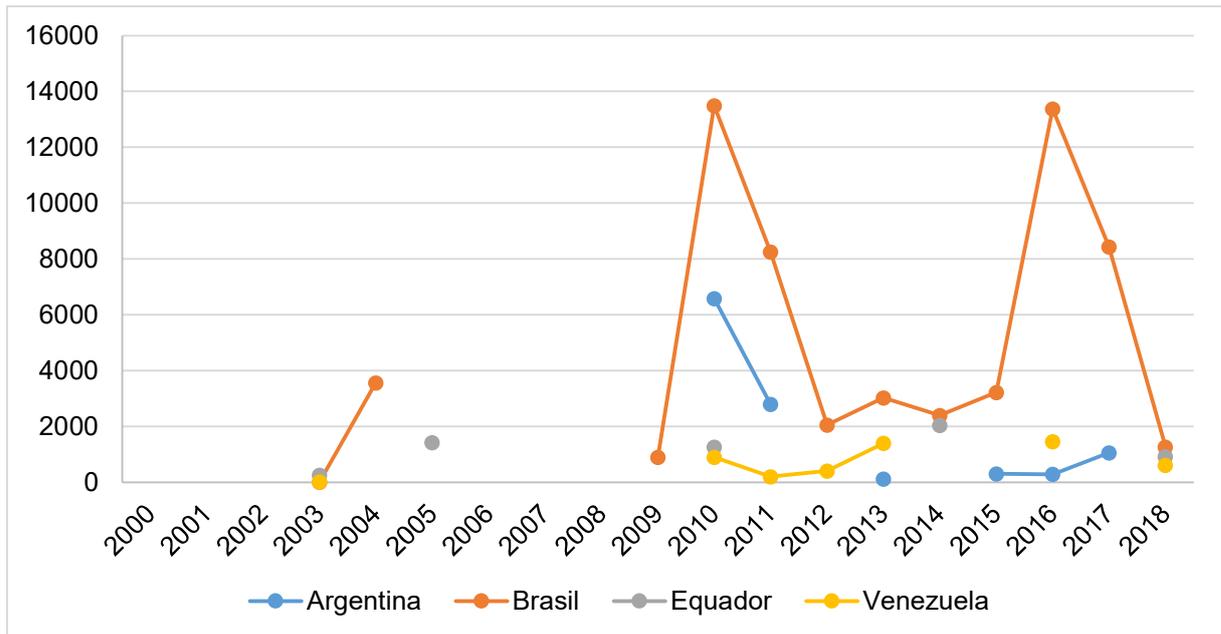


Fonte: elaboração própria a partir de dados da UNCTAD (2019) e AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020).

Segundo os dados do estoque de investimento externo direto de 2018, o Brasil foi o país da América do Sul que recebeu o maior volume da região, foram USD 684,21 milhões. Todavia, o percentual da participação chinesa no total do investimento externo direto foi de 8,24%, representando USD 56,39 milhões. Em termos percentuais, a participação chinesa no valor total brasileiro foi a menor dentre os países selecionados. Já a realidade equatoriana, representou o inverso da situação brasileira. O país acumulava o menor estoque de investimento, USD 18,68 bilhões, porém a participação da China no total representou o maior percentual dentre os quatro países, foram 30,20%. No caso da Venezuela, a tendência foi similar ao Equador, o estoque total do investimento atingiu USD 23,13 bilhões, sendo 21,53%, ou seja, USD 4,98 bilhões, realizado por empresas chinesas. Na Argentina, os investimentos chineses atingiram USD 11,14 bilhões, sendo responsável por 15,31% dos USD 72,78 bilhões do estoque total (AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION, 2020; UNCTAD, 2019).

Analisada a participação chinesa no total do investimento externo direto realizado nos países selecionados, a seguir apresentamos a evolução dos investimentos chineses nesses países.

Gráfico 7 - Investimentos chineses nos países selecionados-2000-2018 (milhões de USD)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020) e Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China (2020).

O gráfico permite evidenciar uma regularidade maior nos fluxos de investimentos chineses após 2008. Este fato está relacionado à crise financeira mundial, a qual configurou-se em uma oportunidade para aquisição de ativos disponibilizados por empresas afetadas pela crise. Dessa forma, a ocasião permitiu a expansão dos investimentos chineses no mercado global, contribuindo para a diversificação das fontes de reservas em moeda estrangeira detidas pelo país (JIAN, 2011).

Observa-se dois momentos de maior volume dos investimentos, nos anos de 2010 e 2016. Esses picos ocorreram devido a grandes aquisições realizadas na Argentina e no Brasil. Em 2010, três grandes operações foram responsáveis pelo incremento dos investimentos. A primeira foi a aquisição de 50% dos ativos argentinos, incluindo operações na Bolívia e Chile, da Bidas Corp pela estatal de petróleo chinesa CNOOC no valor de USD 3,1 bilhões (REUTERS, 2010a). A segunda foi a compra dos ativos argentinos da petrolífera estadunidense Occidental Petroleum pela Sinopec no valor de USD 2,47 bilhões (BAI; MASTER, 2010). Por fim, a terceira grande aquisição do ano foi a compra de 40% da participação da petrolífera norueguesa Statoil no campo petrolífero offshore brasileiro Peregrino pela Sinochem, no valor de USD 3,07 bilhões (SINOCEM, 2010).

O segundo momento de maior volume dos investimentos ocorreu no ano de 2016, impulsionado pela compra de 54,64% da participação na CPFL Energia pela State Grid. Nessa transação foram adquiridas as ações pertencentes à Camargo Corrêa e aos fundos de pensão Previ, Fundação Cesp, Sabesp, Sistel e Petros por aproximadamente USD 5 bilhões (AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION, 2020; CPFL ENERGIA, 2017). Também teve grande contribuição os investimentos realizados pela Three Gorges através de sua subsidiária no Brasil, a CTG Brasil, a qual venceu o leilão do Ministério de Minas e Energia e assumiu a concessão das usinas de Jupia (SP) e Ilha Solteira (SP), além da aquisição dos ativos da Duke Energy no Brasil que incluíram oito usinas hidrelétricas e duas pequenas centrais hidrelétricas (BRASIL, 2018).

Na sequência a esse pico de investimentos, o fluxo de capitais através desta modalidade sofreu uma drástica redução, mantendo a tendência em 2018. Essa contração esteve relacionada a queda nos preços internacionais das matérias primas e a recessão econômica que se iniciou em 2015 e 2016, principalmente no Brasil (DUSSEL PETERS, 2019a). Isso confirma a relevância do setor de matérias primas e recursos naturais desses países na composição dos investimentos chineses realizados.

Investimentos realizados nesses setores implicam, na maioria das vezes, a aplicação de valores bastante elevados, sendo consideradas transações intensivas em capital, isso explica a predominância das empresas estatais nesses setores. A relevância do setor de matérias primas na composição dos investimentos reflete em transações intensivas em capital. A partir disso, é possível caracterizar esses investimentos, destacando elementos como propriedade e tipo. Em relação a propriedade, as empresas estatais chinesas são responsáveis por grande parte desses investimentos, quando considerado a soma de valores investidos. Já quanto ao número de transações, houve uma alteração de padrão. Na fase inicial dos investimentos na região, esses eram quase exclusivamente realizados pelas empresas estatais, porém, ao longo das últimas décadas, a participação das empresas privadas foi se ampliando, ultrapassando as empresas estatais em número de transações, mesmo que o valor seja inferior (RED ALC-CHINA, 2020).

Referente ao tipo de investimento, fusões e aquisições foi o método de ingresso mais utilizado, 62,35% dos investimentos realizados na América Latina e Caribe no período 2000-2018 utilizaram-se desse formato (DUSSEL PETERS,

2019b). Embora esse percentual seja referido a região como um todo, a maioria dos países segue essa tendência, exceto a Venezuela. Os investimentos chineses realizados neste país através de fusões e aquisições são poucos, a maioria são projetos greenfields, ou seja, projetos novos que foram desenvolvidos sem o aproveitamento de uma estrutura empresarial já existente (PIÑA, 2019).

Para além das questões de propriedade e o tipo desses investimentos, houve um direcionamento destes para poucos setores da economia. Com a redução dos investimentos após 2016 e com a ampliação de empresas privadas na participação, ocorreram pequenas variações na composição setorial. Entretanto, se manteve a tendência de direcionamento dos investimentos chineses para o setor de recursos naturais e energético, ainda que outros setores da economia tenham ampliado sua participação, como o setor de serviços financeiros. Em uma visão geral da região, o período 2000-2018, demonstra uma concentração dos capitais investidos em três setores: matérias primas (60,02%), manufaturas (8,62%) e serviços (30,72%) (DUSSEL PETERS, 2019a).

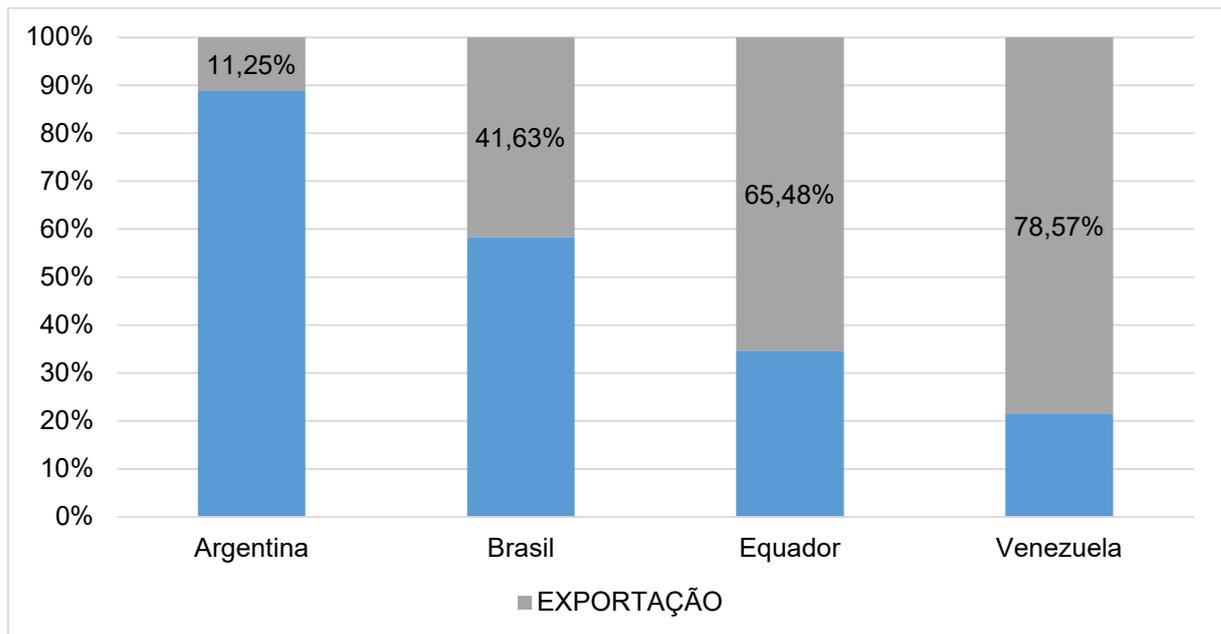
A concentração dos investimentos chineses em poucas atividades coincide com a pauta exportadora dos países analisados para a China. No período de 2008-2018 os três principais produtos exportados para China representaram, em média, aproximadamente 80% do total, no caso da Venezuela essa média foi ainda maior, ultrapassando 95% (ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2020). Dentre esses produtos, todos são recursos naturais, sendo um deles o petróleo, o qual analisaremos na próxima seção.

4.3 O PETRÓLEO

Na atualidade o petróleo é um importante recurso natural, tanto como matéria-prima, como fonte energética. Porém, as reservas desse recurso não apresentam uma distribuição uniforme, ao contrário, estão concentradas em poucas regiões. Assim sendo, a América do Sul é a região onde está localizada a segunda maior reserva petrolífera mundial, ficando atrás apenas do Oriente Médio (BP, 2019). Seguindo a tendência mundial, a região sul-americana apresenta uma centralização de suas reservas, estando situada em poucos países, conforme anteriormente demonstrado no gráfico 4.

A relação entre as reservas petrolíferas e a capacidade de produção desses países apresenta uma lacuna que ainda pode ser preenchida, ou seja, demonstra um potencial para a ampliação da produção. Para isso é necessário ter as condições materiais que permitam o acesso as novas tecnologias de exploração, produção e refino, principalmente aquelas para exploração de reservas não convencionais. Entretanto, para que esse desenvolvimento ocorra, as estratégias mais utilizadas pelos países são o incentivo a indústria nacional ou a atração de empresas multinacionais (REIS; MACHADO, 2014). Outro elemento importante a ser considerado é o consumo de petróleo, uma vez que a produção é superior a demanda na maioria desses países, o que possibilita a disponibilização do petróleo no mercado internacional (BP, 2019). No gráfico 8, podemos visualizar os dados de 2018, referente a produção e o percentual de petróleo exportado pelos países analisados.

Gráfico 8 - Percentagem de petróleo exportado em relação a produção no ano de 2018

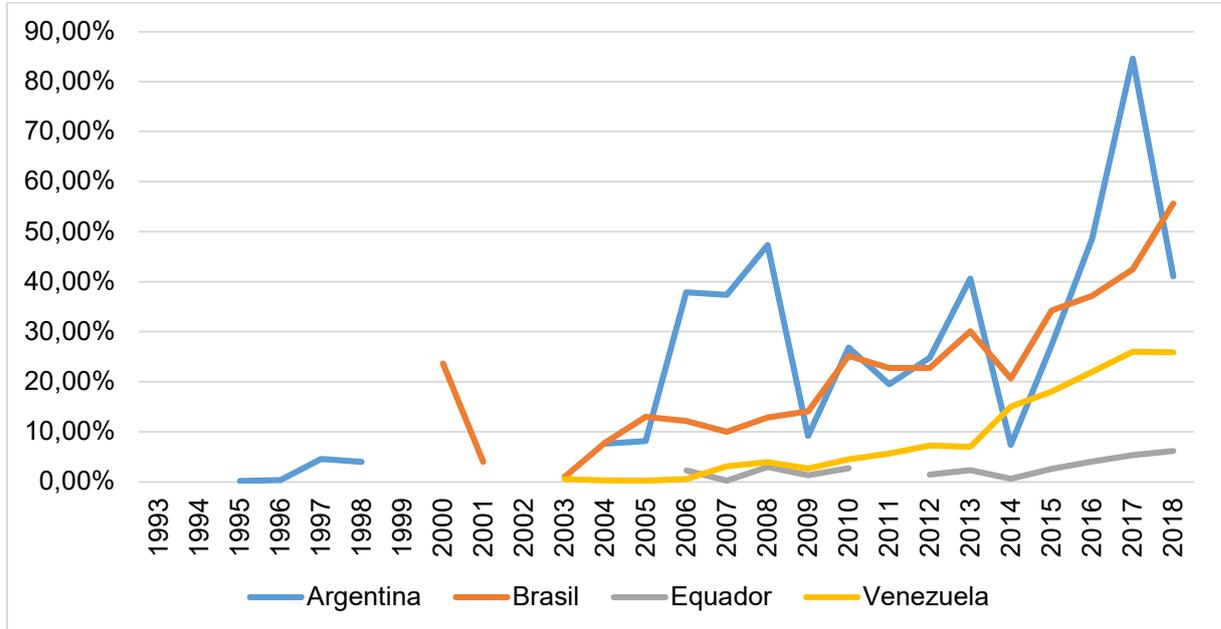


Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em BP (2019), EIA (2019) e COMTRADE (2019).

As exportações de petróleo da Argentina representaram a menor participação, comparado a produção dentro dos países analisados. Entretanto, a exportação do produto pelos outros países ocupou uma posição de destaque, atingindo 41,63% da produção brasileira, seguido por 65,48% do Equador e 78,57% da Venezuela. Dentre os variados destinos para o petróleo desses países, a China é um deles,

cuja participação cresceu consideravelmente a partir do início da década de 2000, conforme podemos constatar no gráfico 9.

Gráfico 9 - Participação chinesa no total de petróleo exportado 1993-2018



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em COMTRADE (2019) e ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY (2020)

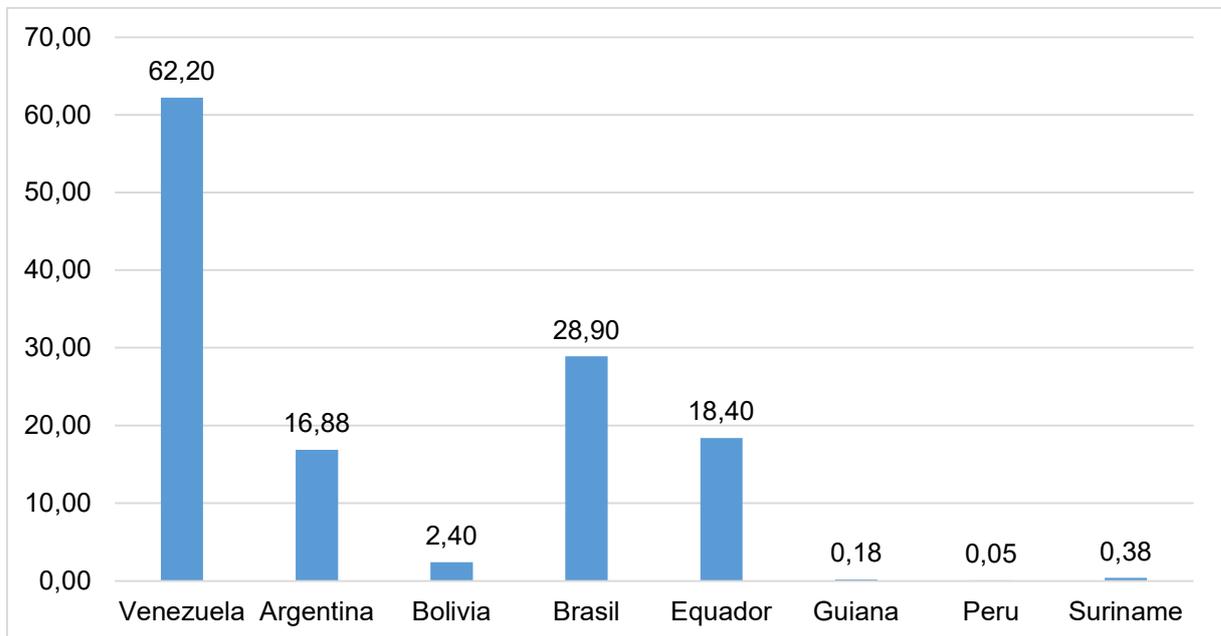
Durante a década de 1990, as exportações de petróleo para a China ocorreram ocasionalmente, entretanto, a partir do ano de 2003, o país asiático passou a ser um destino recorrente, ampliando a sua participação nos anos seguintes. Para as exportações do petróleo brasileiro, no ano de 2018, 55,66% foi enviado para a China, sendo o maior percentual dentre os países analisados. No caso argentino, o percentual foi de 41,03%, contudo, no ano anterior, 2017, atingiu 84,63%, evidenciando uma maior volatilidade das remessas de petróleo. Na Venezuela, a parcela exportada foi aumentando gradativamente até chegar em 25,87% em 2018. Por fim, com menor percentual exportado, está o Equador, com uma taxa de 6,17% no ano de 2018, sendo que nos anos anteriores este percentual foi ainda menor.

Os dados do comércio de petróleo entre o Equador e a China ocultam um fato relevante da realidade petrolífera equatoriana. Como visto, o percentual de petróleo exportado diretamente para a China é muito baixo, quando comparado com os outros países analisados. Todavia, a presença chinesa neste setor é relevante, segundo dados de 2015, as empresas chinesas foram responsáveis pela extração de 25% da produção equatoriana (KRAUSS; BRADSHER, 2015). Neste sentido, as

exportações de petróleo para a China são muito inferiores ao acesso que as empresas chinesas possuem no país. Isso se deve ao fato de que a maioria deste petróleo é enviado para os Estados Unidos para ser refinado, e a partir de lá é comercializado no mercado internacional (AIDOO *et al.*, 2017).

Além do comércio, a obtenção de petróleo pelos chineses é caracterizada pela utilização de dois mecanismos principais, o investimento externo direto e os empréstimos, que é um contrato entre uma instituição financeira chinesa, e um cliente, aqui um país, no qual o primeiro fornece uma quantidade determinada de capital ao segundo, que deve ser devolvida, acrescida de juros, no prazo acordado. Muitos destes empréstimos utilizam o petróleo como moeda, ou seja, uma parcela ou até mesmo a totalidade do valor a ser pago é convertido em produto, o qual é repassado pelas instituições financeiras para as petrolíferas chinesas. Venezuela, Brasil, Equador e Argentina são os países sul-americanos com o maior volume de empréstimos firmados com instituições chinesas, conforme constatado no gráfico 10.

Gráfico 10 - Empréstimos chineses totais para os países sul-americanos no período 2005-2018
(bilhões de dólares)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em GALLAGHER; MYERS (2020).

A Venezuela foi o país que contraiu a maior valor, totalizando USD 62,2 bilhões através de 17 empréstimos. Deste total, USD 55 bilhões, ou seja, quase 90%, foi destinado para o setor energético. Caso semelhante ocorreu no Brasil, dos USD 28,9 bilhões contratados através de 11 empréstimos, USD 26,1 bilhões foram

aplicados na área de energia. Já no Equador e Argentina, os valores direcionados para energia foram inferiores, USD 6,1 e USD 3 bilhões, respectivamente (GALLAGHER; MYERS, 2020). Parte desses empréstimos foram pagos com petróleo, ampliando o acesso chinês aos recursos desses países, mesmo que de forma temporária. Segundo o estudo de Rocha (2016), esses empréstimos deram acesso a 668 mil barris de petróleo por dia durante os anos de 2014 e 2015, o que correspondeu a aproximadamente 7% da produção desses países, entretanto, parte desse petróleo não foi enviado diretamente para a China, mas comercializado localmente.

Como visto, o pagamento de empréstimos com petróleo foi uma das ferramentas que possibilitou o acesso dos chineses aos recursos petrolíferos, o investimento externo direto foi a outra, inclusive empregado ainda na década de 1990. Com a mesma tendência evidenciada para os empréstimos contratados, o investimento externo direto chinês e contratos de construção direcionados para os países analisados neste trabalho, apresentaram concentração no setor energético, especificamente no petrolífero, conforme demonstramos no gráfico 5, atingindo 29% no Brasil, 26% na Venezuela, 24% na Argentina e 18% no Equador. A seguir serão analisados os quatro países selecionados separadamente.

4.3.1 Equador

O investimento externo direto chinês somado aos contratos de construção realizados no Equador, no período 2005-2018, totalizou USD 12,94 bilhões. Deste valor, foram USD 7,3 bilhões em contratos de construção e USD 5,64 bilhões em investimento externo direto, sendo USD 7,33 bilhões direcionados para o setor energético, onde USD 2,28 bilhões foram alocados no setor petrolífero, através de quatro operações, demonstradas a seguir.

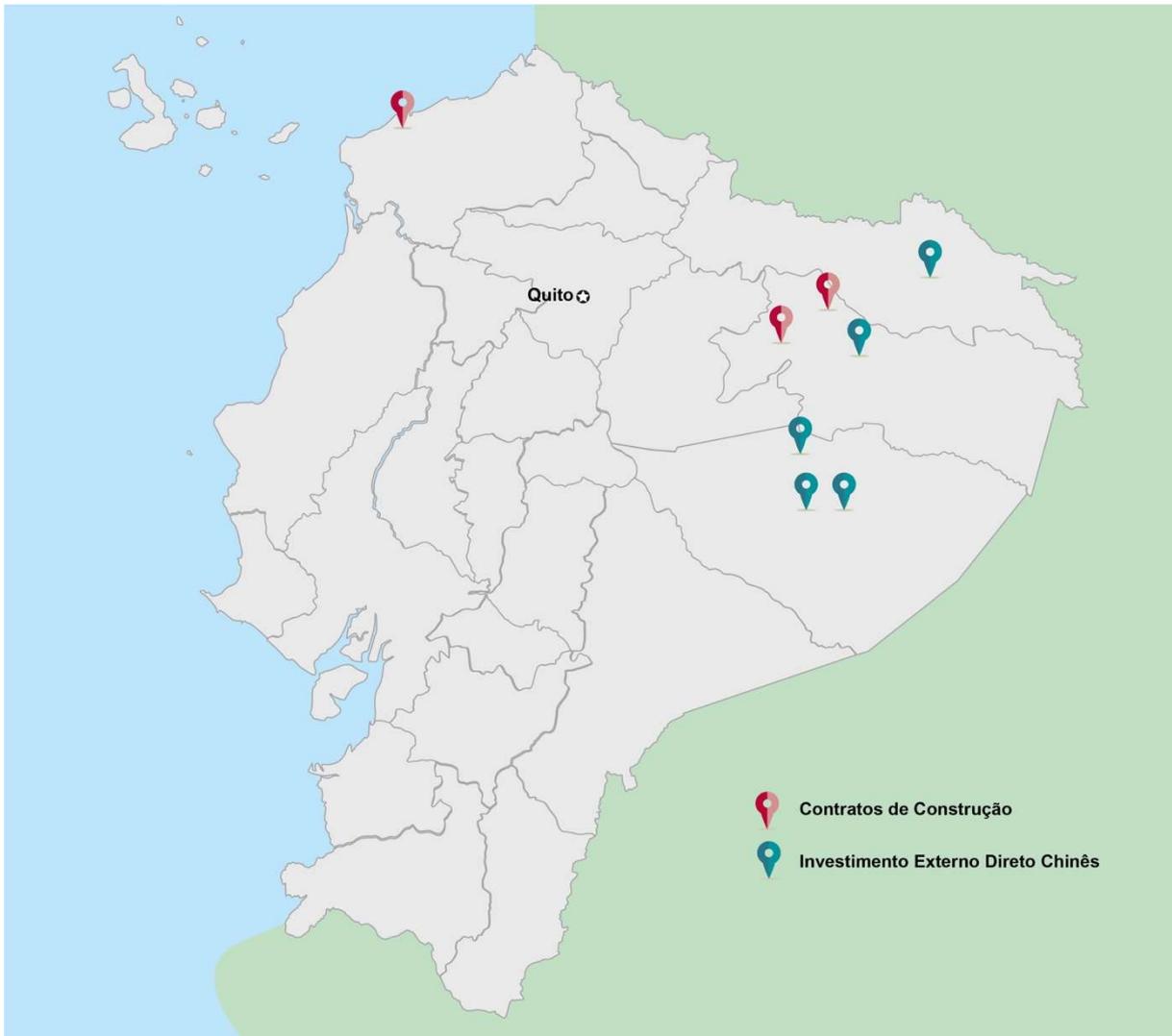
Tabela 4 - Investimento externo direto chinês e contratos de construção realizados no setor petrolífero do Equador no período 2005-2018

Ano	Empresa	Contraparte	Valor em milhões de USD
Investimento externo direto			
2005	CNPC, Sinopec	Encana	1.420
2010	CNPC, Sinopec	Tarapoa e blocos 14 e 17	610
Total do Investimento externo direto			2.030
Contratos de Construção			
2011	Harbin Electric	Celec	100
2018	Sinopec	Petroamazonas	150
Total dos Contratos de Construção			250

Fonte: AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020).

A compra dos ativos da Encana pelas petrolíferas chinesas CNPC e Sinopec foi a maior aquisição realizada no país, ainda que em 2003 a CNPC tenha adquirido o bloco 11 da PetroEcuador e a Sinochem comprado 14% da participação da ConocoPhillips no bloco 16. A transação realizada no ano de 2005 deu origem a uma nova empresa, a Andespetro, que veio a consolidar a presença das petrolíferas chinesas no Equador, tornando-a a empresa estrangeira com maior produção no país (WU, 2019). As operações da empresa se concentram na parte oeste do país, conforme mapa 1 a seguir.

Mapa 1 - Localização do IED e contratos de construção chinês no Equador

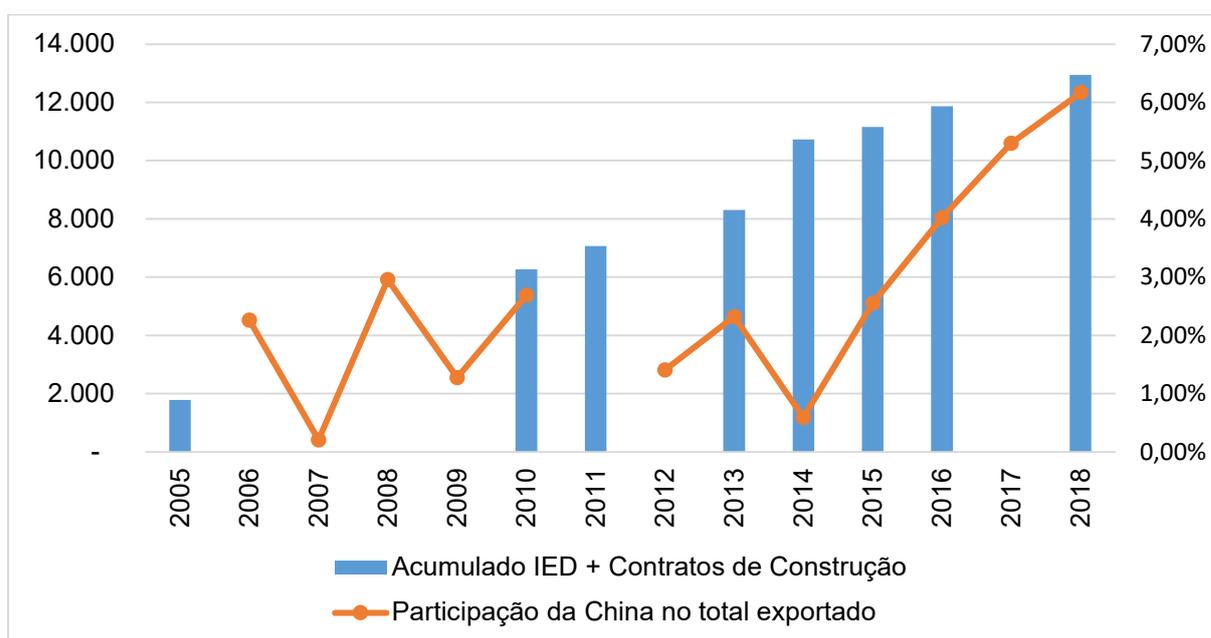


Fonte: Elaboração própria a partir de informações de SECRETARÍA DE HIDROCARBUROS (2021); HARBIN ELECTRIC INTERNATIONAL COMPANY LIMITED (2011); CNPC (2021); PETROAMAZONAS (2021); ANDES PETROLEUM ECUADOR LTD.(2021).

A concentração do IED na parte oeste se deve ao fato da região concentrar as maiores reservas do país (SECRETARÍA DE HIDROCARBUROS, 2021). Entretanto, essa é uma região de florestas e povos nativos, o que fez com que algumas unidades de exploração sofressem resistências, devido a questões ambientais e sociais (WU, 2019). Já os contratos de construção, geralmente estão relacionados a infraestrutura de armazenamento e escoamento da produção, os quais necessitam de instalações em regiões estratégicas para o envio do produto ao mercado internacional. No caso do Equador, os contratos de construção foram utilizados para a perfuração de poços de petróleo e a construção de uma planta geradora de energia a partir do petróleo (HARBIN ELECTRIC INTERNATIONAL COMPANY LIMITED, 2011; PETROAMAZONAS, 2021).

Ainda que os contratos de construção não tenham sido utilizados para a infraestrutura de transporte do petróleo, a maior parte da produção do país tem como destino outros países. No caso da produção das petrolíferas chinesas, a produção não foi enviada diretamente para a China, como visto anteriormente. Porém, a análise dos dados de exportação de petróleo equatoriano para a China e do investimento externo direto e contratos de construção, evidencia uma relação crescente entre ambos, conforme demonstrado no gráfico 11 a seguir.

Gráfico 11 - Relação entre o percentual de petróleo exportado para a China e o estoque de investimento externo direto somado ao total de contratos de construção no Equador



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em COMTRADE (2019) e AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020).

Na medida em que o Equador passou a ser destino para os investimentos chineses, as exportações de petróleo passaram a ocorrer com maior frequência. Observa-se que até o ano de 2001 não havia comércio de petróleo entre os dois países. No ano seguinte, o petróleo exportado para o país asiático representou apenas 0,31% do total exportado. Porém, após 2005 as exportações apresentaram maior constância e maior participação no total das exportações do produto, fechando o ano de 2018 com o percentual de 6,17% (UNITED NATIONS, 2019).

4.3.2 Venezuela

Assim como o Equador, a Venezuela tem a China como o seu principal credor (AIDOO *et al.*, 2017). Como demonstrado anteriormente, o total de empréstimos totalizou USD 62,2 bilhões, com a maioria destes sendo alocados no setor energético (GALLAGHER; MYERS, 2020), o que possibilitou o acesso ao petróleo venezuelano como parte do pagamento. Além dos empréstimos, o investimento externo direto chinês e os contratos de construção contribuíram para o acesso aos recursos petrolíferos do país. O total de capital direcionado para a Venezuela, entre 2005-2018, através destes mecanismos, atingiu a soma de USD 20,28 bilhões, destes USD 4,98 bilhões foram investimento externo direto e USD 15,3 bilhões foram contratos de construção. No setor energético foram aplicados USD 13,03 bilhões, tendo o petrolífero comportado aproximadamente 26% do valor total, USD 5,3 bilhões (AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION, 2020), conforme a tabela 6 demonstra.

Tabela 5 - Investimento externo direto chinês e contratos de construção realizados no setor petrolífero do Venezuela no período 2005-2018

Ano	Empresa	Contraparte	Valor em milhões de USD
Investimento externo direto			
2010	CNPC	PDVSA	900
2013	Sinopec	Junin 1	1.400
2016	CNPC	PDVSA	1.460
2018	China Development Bank	PDVSA	250
2018	CNPC	PDVSA	360
Total do Investimento externo direto			4.370
Contratos de Construção			
2012	Power Construction Corp	PDVSA	300
2012	Wison Energy	PDVSA	630
Total dos Contratos de Construção			930

Fonte: AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020).

Os investimentos chineses na Venezuela tiveram início no final dos 1990, sendo um dos primeiros investimentos realizados pelas petrolíferas chinesas no exterior. Ao longo das décadas seguintes, a parceria entre os dois países foi se

ampliando e a presença das petrolíferas chinesas contribuiu para a implementação de novas tecnologias e assim restaurar a produção de determinados campos petrolíferos (CNPC, 2013). Essa parceria se constituiu, em sua maior parte, no estabelecimento de projetos em conjunto entre empresas venezuelanas e chinesas, uma vez que a formação de *joint ventures* constituiu aproximadamente 70% dos investimentos chineses no país (PIÑA, 2019, p. 219). O IED chinês neste setor está localizado na faixa petrolífera do rio Orinoco, conforme pode ser constatado no mapa 2 a seguir:

Mapa 2 - Localização do IED e contratos de construção chinês no Venezuela



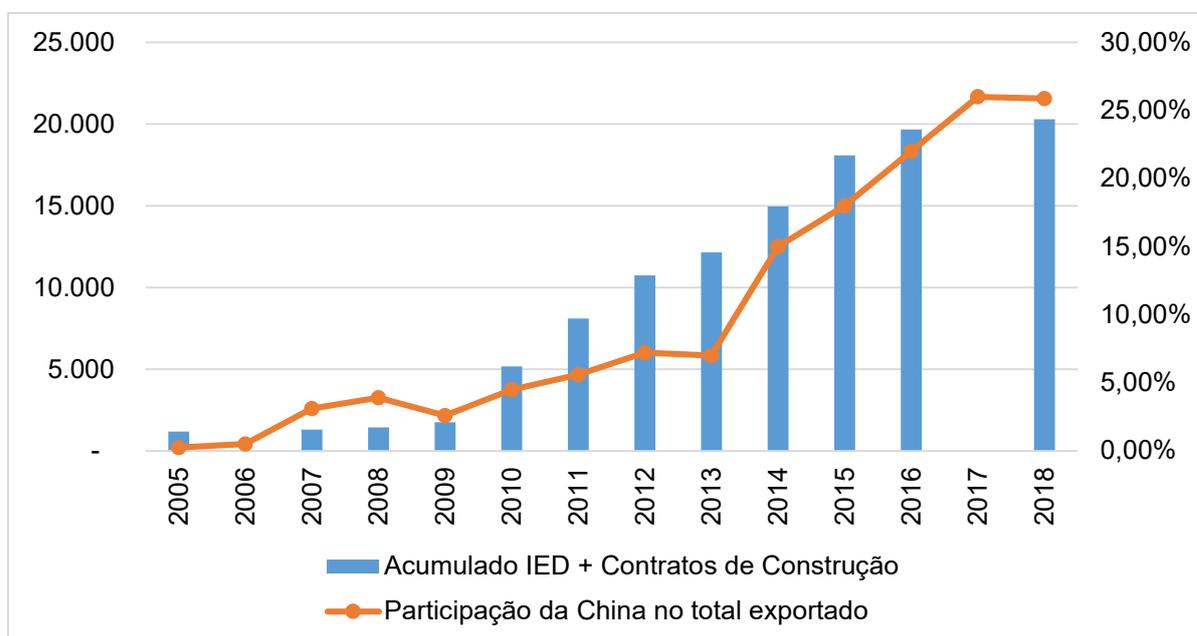
Fonte: Elaboração própria a partir de informações de GREEN CAR CONGRESS (2013); HERNANDEZ (2010); REUTERS (2010B); WISON ENGINEERING SERVICES CO. LTD. (2013); WYKES (2012).

Da mesma forma que o Equador, na Venezuela o IED chinês está localizado na região com maior produção, o que coincide com o interior do país, e os contratos

de construção na região litorânea, o que facilita o escoamento do produto, tanto para o mercado interno quanto externo. Sendo assim, os investimentos realizados no setor petrolífero venezuelano por empresas estatais chinesas permitem o estabelecimento de padrões, segundo Wu (2019). O primeiro é o envolvimento do alto nível governamental de ambos os países nos acordos e contratos de petróleo. Segundo, os investimentos de *upstream*²³ também foram acompanhados por atividades de *downstream*²⁴, como a construção de refinarias e serviços de engenharia petrolífera. Por último, é importante ressaltar que a transparência desses acordos é deficitária, visto que ambos os lados envolvidos não os divulgam integralmente.

Ainda que esse relacionamento, através de investimentos e contratos, tenha ocorrido antes da crise mundial de 2008, foi a partir deste momento que os mesmos foram incrementados, da mesma forma que as exportações de petróleo, conforme demonstrado no gráfico 12.

Gráfico 12 - Relação entre o percentual de petróleo exportado para a China e o estoque de investimento externo direto somado ao total de contratos de construção na Venezuela



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em COMTRADE (2019) e AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020).

²³ Upstream consiste nas atividades de exploração e produção de petróleo, podendo ser em terra (onshore) e no mar (offshore).

²⁴ Downstream é um termo utilizado para definir as atividades de transporte, comercialização e refino de petróleo e seus derivados.

As exportações de petróleo da Venezuela para a China tiveram início no ano de 2001, porém até o final da década, o percentual exportado se manteve inferior a 5%. A participação chinesa no total das exportações aumentou a partir de 2010, momento em que o volume de investimentos chineses no país se intensificou, conforme pode ser constatado no gráfico acima, chegando a cerca 26% em 2018 (UNITED NATIONS, 2019).

4.3.3 Brasil

Situação semelhante a Venezuela ocorreu com o Brasil, tanto em relação aos empréstimos concedidos, quanto no investimento externo direto e contratos de construção. O volume de empréstimos contratados pelo Brasil com instituições chinesas totalizou USD 28,9 bilhões, valor inferior apenas aos empréstimos realizados pela Venezuela. Desse valor, quase totalidade foi direcionado para o setor energético, foram USD 26,1 bilhões (GALLAGHER; MYERS, 2020). Em relação aos investimentos diretos e contratos de construção, foram USD 63,95 bilhões para o período 2005-2018, o maior valor dentre os países da América Latina e Caribe. Deste valor, USD 56,39 bilhões foi via investimento externo direto e USD 7,56 bilhões foi via contratos de construção. O setor energético correspondeu a 72,87% do valor, e o petrolífero 28,91% através de seis operações, todas via investimento externo direto, não havendo nenhum contrato de construção para este setor (AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION, 2020), conforme evidenciado na tabela 7.

Tabela 6 - Investimento externo direto chinês realizado no setor petrolífero do Brasil no período 2005-2018

Ano	Empresa	Contraparte	Valor em milhões de USD
Investimento externo direto			
2010	Sinochem	Statoil	3.070
2010	Sinopec	Repsol	7.100
2011	Sinopec	Galp Energia	4.800
2013	CNPC, CNOOC	Petrobras, Shell, and Total	1.400
2015	ICBC	Petrobras	2.000
2017	CNPC	TT Work	120
Total do Investimento externo direto			18.490

Fonte: AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020).

Os investimentos chineses no Brasil tiveram início nos primórdios da década de 2000, porém adquiriram maior volume após o ano de 2010, quando as petrolíferas chinesas adquiriram parte dos ativos da Statoil e Repsol, este último sendo o investimento individual de maior valor. No mapa 3 a seguir, evidenciamos a localização desses investimentos.

Mapa 3 - Localização do IED e contratos de construção chinês no Brasil

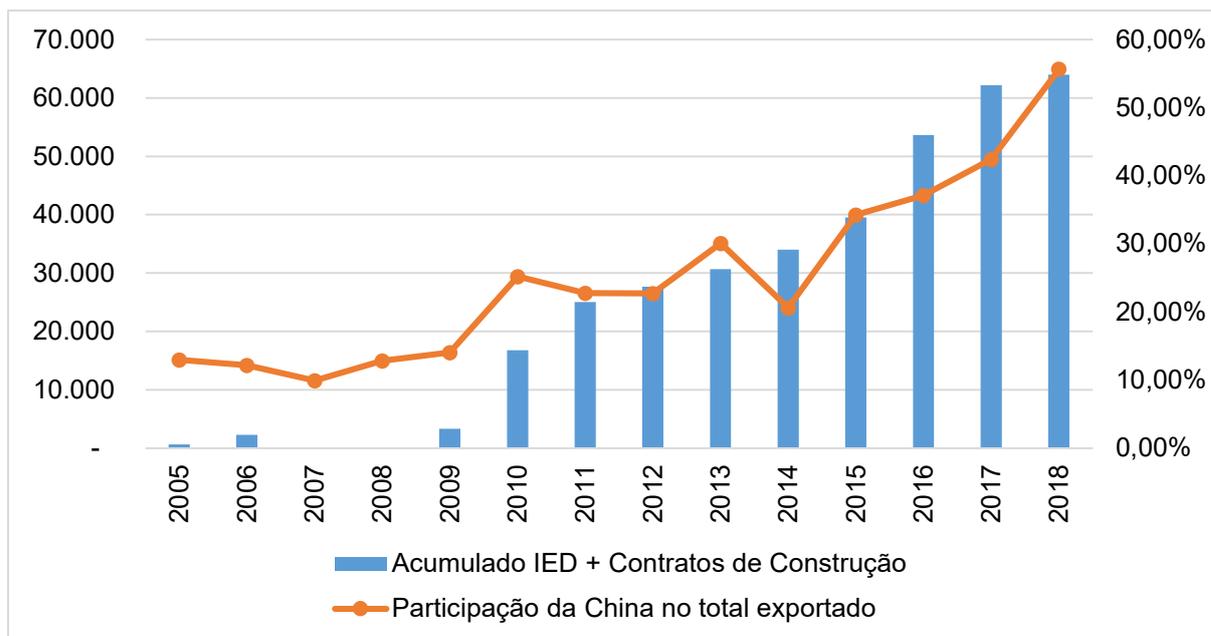


Fonte: Elaboração própria a partir de informações de ANP (2016, 2017, 2019); DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS - DRM-RJ (2011); GALP ENERGIA (2012); MIKAEL; BATISTA (2019); REPSOL SINOPEC BRASIL (2021); SINOCHEM (2011); TT WORK (2021).

Denota-se, a partir do mapa 3, a concentração do IED chinês no setor petrolífero brasileiro *offshore*. A partir dessa constatação, podemos elencar dois fatores que auxiliam na compreensão das razões que levaram a centralização do IED neste setor. O primeiro deles é o fato de que as reservas brasileiras estão localizadas no mar e em segundo, o interesse das petrolíferas chinesas na

tecnologia e na experiência de extração e produção de petróleo em águas profundas. A participação chinesa no setor petrolífero brasileiro fez com que o comércio de petróleo entre os dois países acompanhasse o fluxo de investimentos, conforme demonstrado no gráfico 13.

Gráfico 13 - Relação entre o percentual de petróleo exportado para a China e o estoque de investimento externo direto somado ao total de contratos de construção no Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em COMTRADE (2019) e AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020).

A relação comercial entre Brasil e China sofreu uma alteração ao longo das décadas, incluindo o setor petrolífero. Durante a primeira metade da década de 1980, o comércio entre os dois países esteve pautado, quase em sua totalidade, no petróleo, este compondo aproximadamente 97% do total das importações brasileiras oriundas do país asiático (BECARD, 2008). Após um período de ausência do petróleo da pauta comercial, o mesmo voltou a fazer parte a partir do ano 2000, desta vez tendo a China como importadora e o Brasil como exportador. A participação chinesa no total das exportações de petróleo brasileiro foi gradativamente aumentando, coincidindo como o ingresso de investimentos chineses no país, principalmente no setor petrolífero. A partir das aquisições realizadas no ano de 2010, a participação chinesa saltou de 14,04%, no ano de 2009, para 25,19%, em 2010. Com os investimentos realizados em 2013 e 2015, a participação das exportações saltou para mais de 34,25% em 2015 e atingiu 55,66% em 2018. Com isso o Brasil foi o país que apresentou a maior participação da China

no total das exportações de petróleo, igualando-se ao posto de maior receptor dos investimentos.

4.3.4 Argentina

Por fim, a Argentina foi o país que apresentou divergências específicas em relação ao restante dos países analisados. Dentre os países avaliados, foi o que possui a menor quantidade de empréstimos e contratos com instituições chinesas, USD 16,88 bilhões. Diferente dos outros países, a maior parte destes recursos foram aplicados em infraestrutura, tendo apenas USD 3 bilhões direcionados para o setor energético (GALLAGHER; MYERS, 2020). Entretanto, este setor recebeu 46,77%, USD 11,37 bilhões, do total de USD 24,31 bilhões em investimentos e contratos de construção executados pelos chineses. Foram USD 13,17 bilhões em contratos de construção e USD 11,14 bilhões em investimento externo direto, com USD 5,9 bilhões aplicados no setor petrolífero, apresentados na tabela 8.

Tabela 7 - Investimento externo direto chinês realizado no setor petrolífero da Argentina no período 2005-2018

Ano	Empresa	Contraparte	Valor em milhões de USD
Investimento externo direto			
2010	CNOOC	Bridas	3.100
2010	Sinopec	Occidental Petroleum	2.470
2011	CNOOC	ExxonMobil	330
Total do Investimento externo direto			5.900

Fonte: AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020).

Denota-se uma concentração dos investimentos chineses no setor petrolífero nos anos de 2010 e 2011. A CNOOC, maior produtora de petróleo cru offshore e gás natural da China, adquiriu 50% dos ativos da petrolífera argentina Bridas, pertencente a família Bulgheroni. Com essa aquisição, a CNOOC também teve acesso a outra empresa, a Pan American Energy (PAE), uma vez que 40% dos ativos pertenciam a Bridas e 60% para a petrolífera inglesa BP (REUTERS, 2010a). Sendo assim, o acordo tornou CNOOC e BP sócias na PAE. Em 2011, a CNOOC, via Bridas, adquiriu os ativos da ExxonMobil na Argentina, incluindo operações no Uruguai e Paraguai, dando origem ao grupo Axion Energy, que em 2017 se fundiu a PAE formando o grupo PAE, uma das principais empresas do setor petrolífero da

Argentina (STANLEY, 2019). Somada a essa, outra petrolífera chinesa, a Sinopec, adquiriu os ativos petrolíferos da empresa estadunidense Occidental Petroleum situados na Argentina. Essa aquisição foi resultado de uma reestruturação da Occidental Petroleum derivada do insucesso das tentativas de estender a sua concessão de operação no país (BAI; MASTER, 2010). No mapa 4 apresentamos a localização desses investimentos.

Mapa 4 - Localização do IED e contratos de construção chinês na Argentina

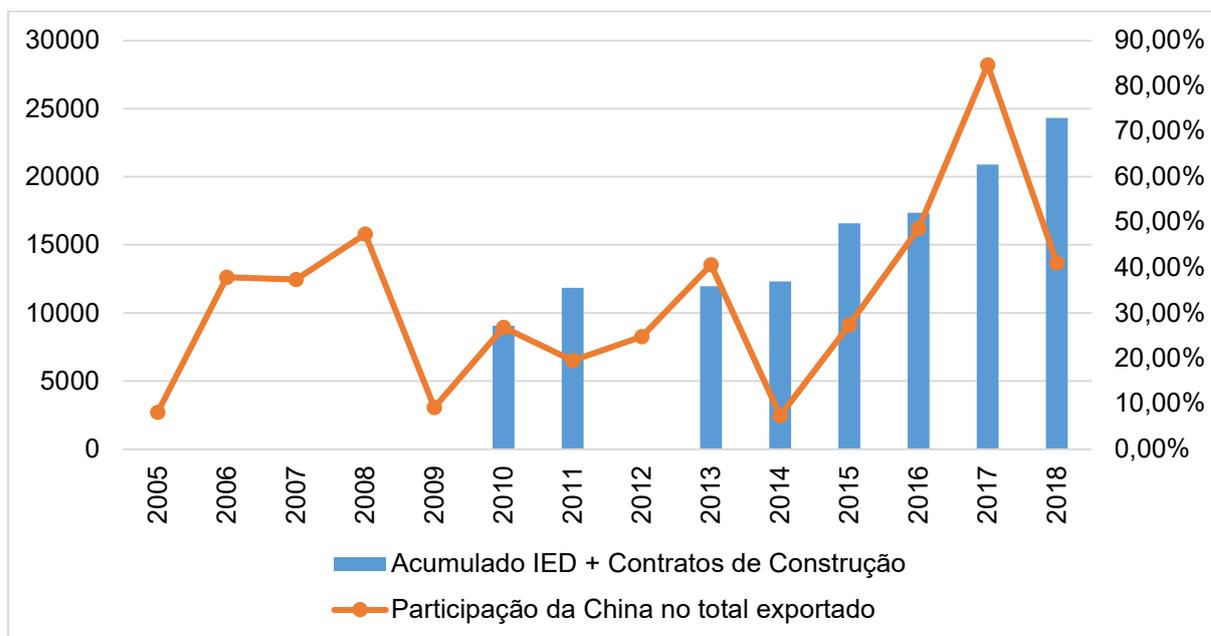


Fonte: Elaboração própria a partir de informações de PAN AMERICAN ENERGY (2021); SINOPEC (2021).

As operações das companhias petrolíferas chinesas estão localizadas nas principais áreas de exploração, como as bacias de San Jorge, Cuyo e Neuquén, no interior do país (PAN AMERICAN ENERGY, 2021; REPSOL SINOPEC BRASIL, 2021). Já as atividades de refino encontram-se situadas na região de Buenos Aires,

visto a importância da região como consumidor dos produtos derivados do petróleo. Esses investimentos coincidiram com um aumento das exportações de petróleo para a China, conforme demonstrado no gráfico 14.

Gráfico 14 - Relação entre o percentual de petróleo exportado para a China e o estoque de investimento externo direto somado ao total de contratos de construção no Argentina



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em COMTRADE (2019) e AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020).

A participação chinesa no total das exportações de petróleo argentinas no ano de 2010 foi de 26,81%, frente os 9,16% do ano anterior. Entretanto, esse percentual apresentou uma instabilidade ao longo dos anos, diferente dos países anteriormente analisados, os quais tiveram um crescimento gradativo. A Argentina foi o primeiro país da América do Sul a exportar petróleo para a China, ainda na década de 1990. A partir de 2004, a participação chinesa aumentou, chegando a 47,33% em 2008, e caindo para 9,16% no ano seguinte. No gráfico 14 evidencia-se essa oscilação entre percentuais baixos e extremamente altos, como foi o caso do ano de 2014 e 2017, com 7,36% e 84,63%, respectivamente. Mesmo que a Argentina não tenha seguido exatamente o modelo evidenciado nos países analisados anteriormente, denota-se um incremento das exportações de petróleo para a China a partir do momento em que os investimentos chineses foram alocados no país.

Neste cenário, cabe observar que, a presença chinesa na América do Sul contextualizou com mudanças internas ocorridas no país asiático, mas também com alterações geopolíticas na região sulamericana. A estratégia chinesa “tornar-se

global”, adotada no início dos anos 2000, coincidiu com mudanças executadas na política externa estadunidense, a qual alterou o foco de atenção para a região do Oriente Médio, possibilitando a expansão chinesa sem entrar em conflito direto com os interesses estadunidenses (NARANJO-NAVAS; NARANJO-NAVAS, 2020).

No setor petrolífero, o avanço tecnológico que permitiu a exploração das reservas de xisto nos Estados Unidos aumentou a produção do país, reduzindo o fluxo comercial de petróleo com os países sulamericanos (VASQUEZ, 2018). Por sua vez, estes buscaram estabelecer novos mercados para suas *commodities*, encontrando a China como novo destino para suas exportações, uma vez que o país asiático ampliava a sua necessidade por produtos primários. Ao mesmo tempo, o início do século XXI foi marcado por uma virada política em diversos países da América do Sul, onde governos com tendências mais nacionalistas e à esquerda do espectro político, foram estabelecidos. Essa mudança provocou alterações na política externa desses países, levando a uma maior diversificação dos laços diplomáticos, consequentemente comerciais, diminuindo a preponderância dos Estados Unidos na região.

Essa confluência de interesses teve como desdobramento a inclusão da região no escopo dos investimentos realizados por empresas petrolíferas chinesas. A recente internacionalização dessas companhias apresentou um contraste em relação as multinacionais estabelecidas a mais tempo. A expansão destas foi realizada em um contexto de exploração dos recursos existentes, enquanto que as empresas internacionalizadas recentemente buscaram por recursos não disponíveis de outra forma. Para isso, essa expansão foi impulsionada via três elementos, ligação (Linkage), alavancagem (Leverage) e aprendizagem (Learning), que compõe a estrutura LLL, desenvolvida por Mathews (2006). Essa estrutura possibilita uma ampliação da compreensão a cerca do crescimento da presença internacional das petrolíferas chinesas. No início de suas atividades, essas empresas estabeleceram *joint ventures* com empresas estrangeiras para a exploração de petróleo em território chinês, o que constitui o primeiro L, de ligação (Linkage), da estrutura de Mathews. Posteriormente, no contexto internacional, essas empresas buscaram manter a mesma estratégia, a fim de ampliar sua experiência e obter acesso a novas tecnologias. Assim que estabelecido a ligação, as atividades em conjunto possibilitaram uma alavancagem (Leverage) da empresa, ou seja, o segundo L da estrutura, principalmente em relação ao aumento de produtividade e sua expansão

para outros países. Por fim, o sucesso no estabelecimento dos dois primeiros L's resultou no terceiro, a aprendizagem (Learning). Dessa forma, as petrolíferas chinesas adquiriram as habilidades necessárias para ampliar sua participação no mercado internacional e aproximar-se das multinacionais líderes no setor.

Entretanto, a atuação dessas empresas no exterior também se deu de forma autônoma, ou seja, sem o estabelecimento de parcerias. Parcela desses investimentos eram considerados de alto risco, o que para Yadong Luo e Rosalie Tung (2007) é explicado através da estratégia trampolim, uma vez que as motivações para assumir tais riscos são derivados das desvantagens competitivas diante de outras multinacionais, que tornam esses ativos menos concorridos, estabelecendo as condições necessárias para ampliar a experiência e reduzir as deficiências da empresa.

Ao elencar as desvantagens competitivas dessas empresas, a perspectiva trampolim e a estrutura LLL questionam um dos principais elementos do paradigma OLI proposto por Dunning (1973, 1980, 1988, 2000), as vantagens de propriedade, pois este seria um dos elementos que motivariam a internacionalização da empresa. Assim como S. Hymer (1960) e R. Vernon (1966) buscaram compreender os motivadores para realização do IED, o paradigma OLI foi proposto em um momento histórico diverso da internacionalização das empresas chinesas, deixando lacunas no processo explicativo dos motivadores para o IED realizado por parte dessas empresas, conforme demonstramos no capítulo 3 dessa dissertação. Diante disso, Dunning e Lundan (2008) expandiram o paradigma OLI, incluindo a análise das instituições e o papel desempenhado por estas no processo de atração e realização do IED. No caso das petrolíferas chinesas, estas contaram com o apoio institucional do Estado durante toda sua trajetória, e nos países receptores, as instituições também exerceram papel preponderante, visto que muitas negociações são realizadas entre altos nível de governo e suas instituições.

Para finalizar este capítulo de análise dos investimentos chineses no Equador, na Venezuela, no Brasil e na Argentina, países escolhidos metodologicamente por amostragem da sua relevância para desenvolver esta dissertação, apresentaremos na sequência, a análise teórica destes investimentos nos referidos países. Desta forma, será verificada a atuação das petrolíferas chinesas e seus investimentos no exterior, contextualizando com as perspectivas teóricas que nos auxiliam na compreensão de suas atividades.

No Equador, o setor petrolífero foi responsável por 18% do total do IED e contratos de construção realizado por empresas chinesas. Com as primeiras operações no início da década de 2000, a exportação de petróleo para a China foi gradativamente aumentando, até atingir aproximadamente 6% no ano de 2018. Embora este percentual seja baixo, as petrolíferas chinesas foram responsáveis por cerca de 25% da produção de petróleo no país no ano de 2015 (KRAUSS; BRADSHER, 2015), o que evidencia o acesso ao recurso, ainda que o mesmo não seja diretamente remetido para a China. A atuação dessas empresas no país se deu de forma isolada ou então com parcerias locais. Parte da atividade dessas petrolíferas estão localizadas em uma região sensível a questões ambientais e povos nativos, o que aumenta o risco do investimento. Sendo assim, a estratégia trampolim (LUO; TUNG, 2007) caracteriza esses investimentos, uma vez que possibilitaram oportunidades para superar as desvantagens globais e as restrições internas de seu país na obtenção de recursos petrolíferos.

Na Venezuela, 26% do total do IED chinês e contratos de construção tiveram como destino o setor petrolífero. O país foi um dos primeiros a receber investimentos das petrolíferas chinesas, ainda na década de 1990, porém a exportação de petróleo para a China só iniciou a partir do ano de 2001, ampliando a participação no total exportado ano após ano e culminando em cerca de 26% em 2018. Da mesma forma que o Equador, o petróleo de posse das empresas chinesas não foi enviado exclusivamente para a China, o mesmo é comercializado no mercado internacional e exportado para outros países. Uma característica dos investimentos neste setor foi a associação com empresas venezuelas para execução das atividades, aproximadamente 70% se deu na forma de *joint ventures* (PIÑA, 2019). O desenvolvimento de atividades em conjunto ilustra o envolvimento do governo nas negociações, o que demonstra o papel das instituições dos países envolvidos na realização do IED. A partir disso, a extensão da teoria OLI de Dunning e Lundan (2008) contribui para a compreensão do caso venezuelano. Outro ponto a ser destacado, foi a situação política venezuelana e o isolamento internacional, cujos efeitos provocaram o afastamento das grandes multinacionais do setor, devido o risco político. Neste sentido, a estratégia trampolim (LUO; TUNG, 2007) também contribui para a compreensão da internacionalização das petrolíferas chinesas e seus investimentos na Venezuela.

O Brasil é o país da América do Sul com o maior estoque do IED chinês, sendo o setor energético o principal destino. Composto este setor, as atividades ligadas ao petróleo foram responsáveis por quase 29% do total do IED chinês. Com início no limiar do século XXI, esses investimentos ganharam volume a partir da crise financeira mundial de 2008, momento em que a participação chinesa no total do petróleo exportado passou a ser incrementado constantemente, encerrando o ano de 2018 com uma participação de 55,66%. Para além dos investimentos em atividades individuais, as petrolíferas chinesas ingressaram em atividades conjuntas com outras empresas do setor, principalmente na exploração de petróleo *offshore*. O interesse das empresas chinesas nesse setor foi evidenciando ainda na década de 1980, quando buscou atrair as multinacionais para a China, a fim de desenvolver a exploração *offshore* do país. A exploração de petróleo em águas profundas exige tecnologia e habilidade superior aos outros métodos de extração, fato que desperta grande interesse das petrolíferas chinesas, uma vez que as atividades conjuntas com outras multinacionais podem facilitar o acesso a essas novas tecnologias e aumentar a experiência da empresa no setor. A partir deste modelo de atuação, a estrutura LLL, proposta por Mathews (2006), fornece as bases necessárias para o entendimento das motivações do investimento realizado no Brasil.

Na Argentina, o IED chinês no setor petrolífero correspondeu a 24% do total investido no país. Esses investimentos consistiram na aquisição de ativos petrolíferos de outras empresas e foram concentrados nos anos de 2010 e 2011. Através dessas aquisições as petrolíferas chinesas passaram a ser parceiras de empresas locais e de multinacionais, o que ilustra o estabelecido pela estratégia trampolim (LUO; TUNG, 2007) e a estrutura LLL (MATHEWS, 2006). Essas parcerias resultaram na formação de uma nova companhia em 2017, tornando-a a maior companhia privada atuando no setor petrolífero argentino, com uma participação de 18% do mercado (STANLEY, 2019). O ingresso das petrolíferas chinesas na Argentina ampliou as exportações de petróleo para a China, embora essa participação tenha sido evidenciada com maior destaque a partir de 2016, quando o petróleo enviado para a China representou 48,64% do total exportado pelo país, seguido por 84,63% no seguinte e retornando a faixa dos 40% no ano de 2018. Diferentemente dos outros países analisados, o percentual de participação chinesa no total exportado foi caracterizado por oscilações ainda maiores nos anos anteriores.

Em suma, os recursos naturais, e em específico o petróleo, foram elementos importantes no direcionamento do IED chinês para os países da América do Sul analisados nessa pesquisa. Em termos de valor, o setor foi responsável, em média, por aproximadamente 25% do total dos investimentos chineses nesses países. Em relação ao comércio, evidenciou-se a maior presença da China como destino do petróleo a partir dos investimentos realizados, o que demonstra uma certa complementariedade entre investimento e comércio, como foi apresentado ao longo desta dissertação.

5 CONCLUSÃO

As políticas de Portas Abertas e das Quatro Modernizações foram as bases da transformação para a China que conhecemos hoje, ainda que o período anterior tenha sido fundamental para o processo de construção das bases econômicas que possibilitaram as reformas futuras. Sem estas, as reformas executadas a partir da década de 1970 teriam seguido um rumo distinto do atual. Associado as mudanças internas, o cenário internacional favoreceu a reinserção da China no sistema econômico mundial, fato que teve forte contribuição para o desenvolvimento econômico do país. Outro elemento importante nesse processo foi o papel do Estado como regulador e incentivador no projeto econômico estabelecido.

A partir da implementação da abertura econômica e a consequente ampliação dos contatos comerciais, a política das Quatro Modernizações adquiriu as condições necessárias que possibilitaram o seu desenvolvimento. A atração de investimentos para o país foi um desses resultados. Com o gradativo aumento na atração de IED, o Estado chinês conseguiu direcionar esses capitais para setores específicos, principalmente aqueles ligados a exportação, os quais tinham a capacidade de ampliar a arrecadação de moeda estrangeira, importante para aquisição de novas tecnologias, fundamentais para o processo de modernização iniciado. Outro setor que contribuiu para o acúmulo de capitais foi o petrolífero, desempenhando papel preponderante durante a década de 1970 e 1980.

A exportação de petróleo só foi possível devido o desenvolvimento desse setor durante as décadas anteriores, sob a liderança de Mao Zedong. A autossuficiência conquistada no início da década de 1960 gerou as condições necessárias para o início das exportações, assim que as barreiras internacionais começaram a ser eliminadas, principalmente após a reaproximação com os Estados Unidos. Com a importância do setor na balança comercial do país, a indústria petrolífera chinesa passou por um processo de reestruturação em busca de readequação ao padrão internacional e assim também atrair investimento externo, o qual possibilitou o estabelecimento de atividades conjuntas no aprimoramento da extração e produção. Ao mesmo tempo, esse relacionamento constituiu uma oportunidade de aprendizado às petrolíferas chinesas, seja pelo acesso a novas

tecnologias, seja pelas novas formas de gerenciamento adotado pelas empresas multinacionais.

A tão sonhada autossuficiência em petróleo acabou ao longo da década de 1990. Com isso, as exportações de petróleo foram encerradas e a segurança energética do país passou a depender das importações. Neste momento, as petrolíferas chinesas adotaram uma estratégia de busca por oportunidades no exterior e assim, realizaram os seus primeiros investimentos além-mar. Iniciava-se uma nova etapa no desenvolvimento econômico chinês, oficialmente lançado no início da década de 2000, através da política “tornar-se global”, a qual o Estado chinês passou a empregar as ferramentas ao seu alcance para estimular a internacionalização de empresas, com um foco especial naquelas atuantes em setores considerados estratégicos para a promoção do desenvolvimento, dentre estes estava o petrolífero.

A partir dessa política, a China deixava de ser apenas um país com grande capacidade na atração de IED para tornar-se um país fonte de investimentos. A internacionalização das empresas chinesas, juntamente com outras companhias oriundas de países em desenvolvimento, reacendeu um debate teórico a cerca das teorias existentes sobre os motivadores para realização do IED, uma vez que a observação da realidade chinesa não se encaixava adequadamente aos aspectos teóricos até então desenvolvidos. Propôs-se uma expansão teórica para a melhor compreensão dessa realidade, os quais se destacam a extensão OLI e o papel das instituições (DUNNING; LUNDAN, 2008), a estratégia trampolim (LUO; TUNG, 2007) e a estratégia LLL (MATHEWS, 2006).

Foi no decorrer da política “tornar-se global”, associada a admissão da China na Organização Mundial do Comércio, que os fluxos comerciais e de investimentos do país se ampliaram (PEI; ZHENG, 2015), intensificando-se a partir da crise financeira mundial de 2008, na qual se aproveitaram as oportunidades geradas pelas dificuldades de outras empresas. Assim, as companhias chinesas adquiriram ativos no exterior e participaram na construção de projetos de infraestrutura. Este evento também possibilitou oportunidades de investimentos no setor petrolífero (JIANG; SINTON, 2011), dentre eles em países da América do Sul, ainda que investimentos já estivessem ocorrendo desde a década anterior.

Esses investimentos no setor petrolífero foram realizados por empresas petrolíferas estatais. Quando analisadas teóricamente, percebe-se que o tipo de

propriedade e a atuação dessas companhias requerem uma análise mais abrangente, seguindo o proposto por Dunning (2001, p. 176) quanto a impossibilidade de uma única teoria ser capaz de explicar o investimento externo direto realizado por um universo distinto de empresas, as quais apresentam objetivos muito variados. No caso em análise, as petrolíferas chinesas têm como estratégia obter acesso aos recursos naturais e devido a sua importância, a atividade e expansão destas é incentivada e apoiada pelo Estado chinês (ZWEIG, 2006), inclusive com a utilização dos mecanismos estatais para facilitar os investimentos externos dessas companhias (CHENG; MA, 2007; HOUSER, 2008). Este apoio está condicionado ao interesse de longo prazo do país na obtenção de recursos estratégicos, tal como o petróleo. Com isso, essas empresas são motivadas pelo apoio político e financeiro, mais que pelas vantagens específicas da empresa, conforme expresso na teoria OLI de Dunning (YAO; SUTHERLAND, 2009).

A partir dessa observação, Dunning e Lundan (2008) propuseram a ampliação do conceito e a necessidade de observação do papel exercido pelas instituições, tanto chinesas quanto nos países receptores do investimento. O caso venezuelano ilustra a importância das instituições nas negociações de alto nível entre governos na realização de muitos dos investimentos.

Outro ponto de destaque foi a forma desses investimentos, em grande maioria realizados via fusões e aquisições, com destaque no pós-crise de 2008, os quais demonstraram a disposição das empresas petrolíferas chinesas em adquirir os ativos disponíveis no mercado, mesmo que estes apresentassem maior risco. Esta atuação se insere na perspectiva denominada de trampolim, desenvolvida por Yadong Luo e Rosalie Tung (2007), onde essas empresas buscaram compensar a sua posição menos favorecida no mercado internacional, diminuindo suas deficiências competitivas, comparado as grandes empresas multinacionais e assim aproximar-se dos competidores internacionais através de medidas agressivas e de alto risco. Dessa forma, os investimentos realizados no Equador, via aquisição de ativos de empresas estrangeiras, ilustram essa perspectiva. O elevado grau de risco desses ativos, devido a questões sociais e ambientais, contribuiu na decisão de vendê-los, uma vez que o interesse chinês se configurou como uma ótima oportunidade visto o baixo interesse das grandes petrolíferas nesses ativos. No mesmo sentido, a situação política venezuelana, e seu relacionamento internacional,

faziam com os investimentos direcionados para o país fossem considerados de risco, o que refreava o interesse de grandes petrolíferas em investir no país (WU, 2019). Os investimentos nesses dois países consistiram na atuação individual das petrolíferas chinesas, resultado de um longo processo de aprendizado via o desenvolvimento de atividades conjuntas com outras empresas do setor, tanto na China como no exterior.

A participação das petrolíferas chinesas em atividades em conjunto com outras empresas remonta a reconfiguração da indústria petrolífera nos anos 1980, quando estas foram oficialmente criadas. No processo de internacionalização, essa estratégia permaneceu, tanto que os investimentos realizados no setor petrolífero argentino e brasileiro são caracterizados pela aquisição de ativos que deram acesso parcial a empresas e blocos petrolíferos, o que faz com que essas empresas trabalhassem em conjunto com as grandes multinacionais do setor e tivessem acesso a novas tecnologias, como é o caso do pré-sal brasileiro com a exploração de petróleo em águas profundas.

No transcorrer desta pesquisa, comprovamos as hipóteses inicialmente propostas, a qual consistia em verificar a importância do petróleo como determinante na atração do IED chinês nos países analisados e se este IED ampliou o comércio de petróleo desses países com a China. Constatamos, através dos objetivos específicos, que os recursos petrolíferos dos países selecionados para esta pesquisa, especificamente, Argentina, Brasil, Equador e Venezuela, foram determinantes para a atração do IED chinês, o que se evidenciou através da análise dos dados de IED. Identificamos que o percentual médio do investimento e dos contratos de construção realizados pelos chineses e alocados no setor petrolífero desses países foi de aproximadamente 25% do total. Consequentemente, a realização desses investimentos ou a execução dos contratos de construção foi ampliando o acesso do petróleo desses países pela China, demonstrados a partir dos dados de exportação de petróleo.

O comércio é apenas um dos meios de acesso chinês ao petróleo dos países analisados e isso não significa que o mesmo tenha sido originário das atividades desenvolvidas pelas petrolíferas chinesas no território desses países. Com os dados de comércio é possível evidenciar apenas a quantidade do produto enviado para a China. Além das atividades das petrolíferas, os empréstimos por petróleo, concedido por instituições chinesas aos países, constituem uma forma alternativa de acesso ao

produto. Entretanto, a maior parte deste petróleo é comercializado em nível local, não sendo remetido diretamente para a China, o que torna mais complexo o levantamento dessas informações visto a ausência de informações detalhadas desses contratos.

Evidenciamos também que a presença das petrolíferas chinesas nos países analisados foi resultado das transformações internas ocorridas na China com a implementação das políticas de Portas Abertas e Quatro Modernizações, iniciadas na década de 1970. Estas medidas tiveram impacto na legislação sobre o IED no país, assim como provocaram uma reestruturação da indústria petrolífera do país, que buscou adaptá-las aos modelos internacionais. Salientamos que todo esse processo fez parte de uma estratégia de Estado, no qual foi arquitetado, executado e supervisionado pelas lideranças do país.

A questão do petróleo sob controle das petrolíferas chinesas ou de instituições chinesas e a sua participação na produção total nos países da América do Sul constitui uma proposta de estudo futuro. A relação entre as reservas petrolíferas e a produção atual desses países demonstram a potencialidade do setor para a exploração e produção futura, restando em aberto quais as estratégias nacionais serão utilizadas para tal, quais os atores que irão atuar nesse desenvolvimento e quais serão as transformações que esse processo provocará.

REFERÊNCIAS

AIDOO, Richard *et al.* Footprints of the dragon: China's oil diplomacy and its impacts on sustainable development policy in Ecuador and Ghana. **Revue internationale de politique de développement**, v. 8, n. 1, p. 1–16, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/poldev.2408>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ALON, Ilan *et al.* Chinese state-owned enterprises go global. **Journal of Business Strategy**, v. 35, n. 6, p. 3–18, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JBS-12-2013-0118>. Acesso em: 5 maio. 2018.

ALON, Ilan *et al.* A review of the internationalization of Chinese enterprises. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 35, n. 3, p. 573–605, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10490-018-9597-5>. Acesso em: 4 ago. 2019.

ALVES, Ana Cristina. **China's oil diplomacy**: comparing chinese economic statecraft in Angola and Brazil. 2011. 237p. Thesis (Doctor of Philosophy) - Department of International Relations, London School of Economics and Political Science, London, 2011. Disponível em: <http://etheses.lse.ac.uk/206/>. Acesso em: 5 jul. 2018.

AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION. **China global investment tracker**. Washington, DC, 2020. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 19 out. 2020.

AMIN, Samir. **Unequal development**: an essay on the social formations of peripheral capitalism. Brighton: The Harvester Press, 1976.

ANDES PETROLEUM ECUADOR LTD. **Operaciones**. 2021. Disponível em: <http://www.andespetro.com/>. Acesso em: 19 fev. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP. **Albacora Leste 2016**. 2016. Disponível em: http://www.anp.gov.br/images/planos_desenvolvimento/Albacora_Leste.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP. **Lapa 2017**. 2017. Disponível em: http://www.anp.gov.br/images/EXPLORACAO_E_PRODUCAO_DE_OLEO_E_GAS/Gestao_Contratos/Fase_Producao/Planos_Desenvolvimento/Sumario_Externo_Lapa_2017.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP. **Mapa de exploração e produção de petróleo e gás**: Bacia de Campos e Santos (polígono do Pré-Sal). 2019. Disponível em: http://www.anp.gov.br/images/EXPLORACAO_E_PRODUCAO_DE_OLEO_E_GAS/Dados_Tecnicos/BACIA_CAMPOS_SANTOS.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

ARRUDA, Michael E.; LI, Ka-Yin. China's energy sector: development , structure and future. **China Law & Practice**, v. 17, n. 9, p. 12–17, 2003. Disponível em: http://www.fulbright.com/pdfs/FINALclp_all.pdf. Acesso em: 7 jun. 2020.

ATHREYE, Suma; KAPUR, Sandeep. Introduction: the internationalization of Chinese and Indian firms: trends, motivations and strategy. **Industrial and Corporate Change**, v. 18, n. 2, p. 209–221, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/icc/dtp007>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Atlas of Economic Complexity**. 2020. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/explore>. Acesso em: 2 nov. 2020.

AVENDANO, Rolando; MELGUIZO, Angel; MINER, Sean. **Chinese FDI in Latin America: new trends with global implications**. Washington, DC: Atlantic Council, 2017. Disponível em: <https://publications.atlanticcouncil.org/china-fdi-latin-america/>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BAI, Jim; MASTER, Farah. China's Sinopec buys Occidental's Argentina assets. **Reuters**, 2010 Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-occidental-sinopec-argentina-idUSTRE6B91YY20101210>. Acesso em: 4 dez. 2020.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília: FUNAG, 2008.

BLANCHARD, Jean-Marc F. Political aspects of Chinese investment in Latin America. **Tempo do Mundo**, v. 2, n. 2, p. 36–49, 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6540/1/TdM_v2_n2_Political.pdf. Acesso em: 22 jul. 2019.

BP. **BP statistical review of world energy 2019**. 2019. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-full-report.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

BP. **Statistical review of world energy 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2020-full-report.pdf>.

BRASIL, CTG. **Anuário P&D 2018 CTG Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.ctgbr.com.br/anuarioped2018/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRIDGE, Gavin. Energy (in)security: world-making in an age of scarcity. **Geographical Journal**, [S. l.], v. 181, n. 4, p. 328–339, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/geoj.12114>. Acesso em: 11 set. 2019.

BUCKLEY, Peter J. *et al.* The determinants of Chinese Outward Foreign Direct Investment. **Journal of International Business Studies**, v. 38, n. 4, p. 499–518, 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4540439>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BUCKLEY, Peter J. *et al.* Historic and emergent trends in chinese outward direct investment. **Management International Review**, v. 48, n. 6, p. 715–748, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11575-008-0104-y>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BUCKLEY, Peter J.; CASSON, Mark. **The future of the multinational enterprise**. 2. ed. Basingstoke: Macmillan, 1991.

CANNON, Terry. **The geography of contemporary China**. London: Routledge, 1990.

CHANG, David Wei-Wei. **China under Deng Xiaoping: political and economic reform**. London: Palgrave Macmillan, 1988.

CHANG, Felix K. Chinese energy and Asian security. **Orbis**, v. 45, n. 2, p. 211–240, 2001. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0030-4387\(01\)00069-2](https://doi.org/10.1016/S0030-4387(01)00069-2). Acesso em: 21 ago. 2018.

CHEN, Yun. **Transition and development in China: towards shared growth**. Farnham; Burlington: Ashgate, 2009.

CHENG, Leonard K.; MA, Zihui. **China's Outward FDI: past and future**. 2007. Disponível em: <https://users.nber.org/~confer/2007/cwt07/cheng.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CHEUNG, Yin Wong; QIAN, Xingwang. Empirics of China's outward direct investment. **Pacific Economic Review**, v. 14, n. 3, p. 312–341, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0106.2009.00451.x>

CHILD, John; RODRIGUES, Suzana B. The internationalization of Chinese firms: a case for theoretical extension? **Management and Organization Review**, v. 1, n. 3, p. 381–410, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1740-8784.2005.0020a.x>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CHINA. **China's policy paper on Latin America and the Caribbean**. 2008. Disponível em: www.gov.cn/english/official/2008-11/05/content_1140347.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

CHINA. **China's policy paper on Latin America and the Caribbean**. 2016. Disponível em: www.china.org.cn/world/2016-11/24/content_39777989.htm. Acesso em: 14 nov. 2019.

CHOW, Gregory C. Economic reform and growth in China. **Annals of Economics and Finance**, v. 5, p. 127–152, 2004. Disponível em: <http://down.aefweb.net/AefArticles/aef050107.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2020.

CHINA NATIONAL OFFSHORE OIL CORPORATION - CNOOC. **Key Operating Areas**. 2020. Disponível em: <https://www.cnoocld.com/col/col7321/index.html>. Acesso em: 5 out. 2020.

CHINA NATIONAL PETROCHEMICAL CORPORATION - SINOPEC. **International Operations**. 2020. Disponível em: <http://www.sinopecgroup.com/group/en/business/InternationalTrade2012/>. Acesso em: 5 out. 2020.

CHINA NATIONAL PETROCHEMICAL CORPORATION - SINOPEC. **Sinopec Argentina**. 2021. Disponível em: <https://www.sinopec.com.ar/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CHINA NATIONAL PETROLEUM CORPORATION - CNPC. **CNPC in Latin America**. 2013. Disponível em: http://www.cnpc.com.cn/en/America/CNPC_Latin_America.shtml. Acesso em: 22 jul. 2019.

CHINA NATIONAL PETROLEUM CORPORATION - CNPC. **CNPC Worldwide**. 2020. Disponível em: <https://www.cnpc.com.cn/en/cnpcworldwide/cnpcworldwide.shtml>. Acesso em: 5 out. 2020.

CHINA NATIONAL PETROLEUM CORPORATION - CNPC. **CNPC in Ecuador**. 2021. Disponível em: <http://www.cnpc.com.cn/en/2020Ecuador/2020Ecuador.shtml>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CHINA NATIONAL PETROLEUM CORPORATION - CNPC. **Major Events: 1991-2001**. 2009. Disponível em: <http://www.cnpc.com.cn/en/majorevents/201405/c28a26afebbe4f7cad740a0d6ed29fe8.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2019.

COMTRADE, UN. **United Nations Commodity Trade Statistics Database**. 2019. Disponível em: <https://comtrade.un.org/data/>. Acesso em: 3 dez. 2019.

CONTRACTOR, Farok J. "Punching above their weight": The sources of competitive advantage for emerging market multinationals. **International Journal of Emerging Markets**, v. 8, n. 4, p. 304–328, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJoEM-06-2013-0102>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CPFL ENERGIA. **State Grid acquire o controle acionário da CPFL Energia**. 2017. Disponível em: <https://www.cpfl.com.br/releases/Paginas/state-grid-acquire-o-controle-acionario-da-cpfl-energia.aspx>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CUERVO-CAZURRA, Alvaro. Extending theory by analyzing developing country multinational companies: solving the goldilocks debate. **Global Strategy Journal**, v. 2, n. 3, p. 153–167, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.2042-5805.2012.01039.x>. Acesso em: 3 ago. 2019.

CUERVO-CAZURRA, Alvaro; GENC, Mehmet. Transforming disadvantages into advantages: Developing-country MNEs in the least developed countries. **Journal of International Business Studies**, v. 39, n. 1, p. 957–979, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8400390>. Acesso em: 20 ago. 2020.

DAOJIONG, Zha. Oiling the Wheels of Foreign Policy? Energy Security and China's International Relations. *In*: BRESLIN, Shaun (org.). **Handbook of China's International Relations**. London: Routledge, 2010. p. 64-75.

DENISIA, Vintila. Foreign Direct Investment theories: an overview of the main FDI theories. **European Journal of Interdisciplinary Studies**, v. 3, n. December, 2010. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1804514>. Acesso em: 2 jul. 2019.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS - DRM-RJ. **Downloads Material Cartográfico**. [s. l.], 2011. Disponível em: http://www.drm.rj.gov.br/index.php/downloads/category/6-cartografico.html?download=81%3Amultiterminais_7com_linhas_junho2_2011. Acesso em: 20 fev. 2021.

DÍAZ-VÁZQUEZ, JULIO, A. El “desembarco” de China en América Latina. **Economía y Desarrollo**, La Habana, v. 140, n. 2, p. 89–116, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=425541310006>. Acesso em: 12 nov. 2020.

DICK, Patrícia Paloschi. **A parceria estratégica entre Brasil e China: a contribuição da política externa brasileira (1995-2005)**. 2006. 213p. Dissertação (Mestre em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8089>. Acesso em: 12 nov. 2020.

DOWNS, Erica Strecker. **China's quest for energy security**. Santa Monica: RAND, 2006.

DUANMU, Jing Lin. Firm heterogeneity and location choice of Chinese Multinational Enterprises (MNEs). **Journal of World Business**, v. 47, n. 1, p. 64–72, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2010.10.021>. Acesso em: 17 jul. 2019.

DUNNING, John H. The determinants of international production. **Oxford Economic Papers**, v. 25, n. 3, p. 289–336, 1973. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2662317>. Acesso em: 8 ago. 2020.

DUNNING, John H. Theory toward an eclectic production: of international tests. **Journal of International Business Studies**, v. 11, n. 1, p. 9–31, 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/154142>. Acesso em: 8 ago. 2020.

DUNNING, John H. The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. **Journal of International Business Studies**, v. 19, n. 1, p. 1–31, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/154984%0A>. Acesso em: 8 ago. 2020.

DUNNING, John H. The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. **International Business Review**, v. 9, n. 2, p. 163–190, 2000. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0969-5931\(99\)00035-9](https://doi.org/10.1016/S0969-5931(99)00035-9). Acesso em: 8 ago. 2020.

DUNNING, John H. The Eclectic (OLI) paradigm of international production: past, present and Future. **International Journal of the Economics of Business**, v. 8, n. 2, p. 173–190, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13571510110051441>. Acesso em: 13 ago. 2020.

DUNNING, John H.; LUNDAN, Sarianna M. Institutions and the OLI paradigm of the multinational enterprise. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 25, n. 4, p. 573–593, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10490-007-9074-z>. Acesso em: 11 ago. 2020.

DUSSEL PETERS, Enrique. China's OFDI in Latin America and the Caribbean (2000-2018): debates and general tendencies. In: DUSSEL PETERS, Enrique (org.). **China's Foreign Direct Investment in Latin America and The Caribbean: Conditions and Challenges**. Ciudad Universitaria: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019 a. p. 105–120. Disponível em: https://dusselpeters.com/CECHIMEX/20190804_CECHIMEX_Libro_Chinas_Foreign_Direct_Enrique_Dussel_Peters.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

DUSSEL PETERS, Enrique. **Monitor of Chinese OFDI in Latin America and the Caribbean 2019**. 2019b. Disponível em: <https://dusselpeters.com/141.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

EDER, Thomas Stephan. **China-Russia Relations in Central Asia: Energy Policy, Beijing's New Assertiveness and 21 st Century Geopolitics**. Wien: Springer, 2014.

ERIKSON, Daniel P.; CHEN, Janice. China, Taiwan, and the battle for Latin America. **The Fletcher Forum of World Affairs**, v. 31, n. 2, p. 69–89, 2007. Disponível em: [http://archive.thedialogue.org/PublicationFiles/Erikson-Chen-1 \(2\).pdf](http://archive.thedialogue.org/PublicationFiles/Erikson-Chen-1 (2).pdf). Acesso em: 4 nov. 2020.

EXXONMOBIL. **2018 financial and operating review**. 2018. Disponível em: <https://corporate.exxonmobil.com/-/media/global/files/annual-report/2018-financial-and-operating-review.pdf>. Acesso em: 4 out. 2019.

FANGJUN, Cao. Modernization theory and China's road to modernization. **Chinese Studies in History**, v. 43, n. 1, p. 7–16, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.2753/CSH0009-4633430101>. Acesso em: 21 set. 2020.

FENG, Lianyong *et al.* **The Chinese oil industry: history and future**. New York: Springer, 2013.

FRANCISCO, Ellenor Grace M. **Petroleum Politics: China and Its National Oil Companies**. 2013. 86p. Master's thesis (Master in Advanced European and International Studies Anglophone Branch) - Centre International de Formation Européenne, European Institute, Paris, 2013. Disponível em: <http://www.ie-ei.eu/Ressources/file/memoires/2013/FRANCISCO.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

FRANK, Andre Gunder. The development of underdevelopment. **Monthly Review**, v. 18, n. 4, p. 17–31, 1966. Disponível em: https://doi.org/10.14452/mr-018-04-1966-08_3. Acesso em: 14 jan. 2021.

FUNG, K. C.; TONG, Sarah Y. Foreign trade of China. *In*: CHOW, Gregory C.; PERKINS, Dwight H. (org.). **Routledge Handbook of the Chinese Economy**. London: Routledge, 2015. p. 208–221.

GALLAGHER, Kevin P.; MYERS, Margaret. **China-Latin America finance database**. 2020. Disponível em: https://www.thedialogue.org/map_list/. Acesso em: 29 dez. 2020.

GALP ENERGIA. **Galp Energia e Sinopec concluem aumento de capital da Petrogal Brasil**. 2012. Disponível em: <https://www.galpennergia.com/PT/investidor/Noticias/Documents/2012/Financialclosevpt.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.

GOODMAN, David S. G. **Deng Xiaoping and the Chinese Revolution**. London: Routledge, 1994.

GREEN CAR CONGRESS. **Eni announces first production from the Junin-5 giant heavy oil field in Venezuela**. 2013. Disponível em: <https://www.greencarcongress.com/2013/03/junin5-20130317.html>. Acesso em: 19 fev. 2021.

HANNON, Paul; JEONG, Eun-Young. China overtakes U.S. as world's leading destination for Foreign Direct Investment. **The Wall Street Journal**, 24 jan. 2021. Disponível em: https://www.wsj.com/articles/china-overtakes-u-s-as-worlds-leading-destination-for-foreign-direct-investment-11611511200?reflink=desktopwebshare_twitter. Acesso em: 31 jan. 2021.

HARBIN ELECTRIC INTERNATIONAL COMPANY LIMITED. **HEI signs the EPC contract for Ecuadorian Termoesmeraldas II Project, the 1st contract in South America**. 2011. Disponível em: http://www.china-hei.com/en.php/News/news_1_view/id/1862. Acesso em: 19 fev. 2021.

HERNANDEZ, Nelson. **Bloque Carabobo (FPO)**. 2010. Disponível em: <https://es.slideshare.net/plumacandente/bloque-carabobo-fpo>. Acesso em: 19 fev. 2021.

HERRERA, Milton Reyes; LEE, Po Chun. **La relación China-Ecuador en el siglo XXI: elementos relevantes para la discusión**. Working Paper. Instituto de Altos Estudios Nacionales. Quito, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/rev>. Acesso em: 10 nov. 2020.

HOGENBOOM, Barbara. Latin America and China's transnationalizing oil industry: a political economy assessment of new relations. **Perspectives on Global Development and Technology**, Leiden, v. 13, n. 5–6, p. 626–647, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/15691497-12341321>. Acesso em: 31 out. 2019.

HONG, Wang. **China's exports since 1979**. New York: St. Martin's Press, 1993.

HOUSER, Trevor. The roots of Chinese oil investment abroad. **Asia Policy**, v. 5, p. 141–166, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/asp.2008.0009>

HUANG, Yasheng. China's Inbound and Outbound Foreign Direct Investment. *In*: CHOW, Gregory C.; PERKINS, Dwight H. (org.). **Routledge Handbook of the Chinese Economy**. London: Routledge, 2015. p. 222–234.

HYMER, Stephen Herbert. **The international operations of nation firms: a study of Foreign Direct Investment**. 1960. 198 p. Thesis (Doctor of Philosophy) - Department of Economics and Social Science, Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1960. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1721.1/27375>. Acesso em: 8 ago. 2020.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY - IEA. **World energy outlook 2018**. Paris: IEA, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/weo-2018-en>. Acesso em: 1 ago. 2019.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Balance of payments and international investment positions**. 6^a ed. ed. Washington, DC: International Monetary Fund, 2013. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/bopman6.htm>. Acesso em: 10 dez. 2019.

JIAN, Zhang. **China's energy security: prospects, challenges, and opportunities**. Working Paper. Brookings Institution. Washington, DC, 2011. Disponível em: <https://www.brookings.edu/research/chinas-energy-security-prospects-challenges-and-opportunities/>. Acesso em: 4 dez. 2020.

JIANG, Julie; SINTON, Jonathan. **Overseas investments by chinese national oil companies: assessing the drivers and impacts**. Working Paper. IEA. Paris. 2011. Disponível em: https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/overseas_china.pdf. Acesso em: 26 set. 2020.

JINGLIAN, Wu; SHITAO, Fan. China's economic reform: processes, issues, and prospects (1978-2012). *In*: CHOW, Gregory C.; PERKINS, Dwight H. (org.). **Routledge Handbook of the Chinese Economy**. London: Routledge, 2015. p. 55–75.

KLARE, Michael. **The Race for What's Left: The Global Scramble for the World's Last Resources**. New York: Metropolitan Books, 2012.

KNOERICH, Jan. Re-orienting the paradigm: path dependence in FDI theory and the emerging multinationals. **International Journal of Emerging Markets**, v. 14, n. 1, p. 51–69, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJoEM-04-2017-0123>. Acesso em: 18 jul. 2019.

KOCH-WESER, Iacob. **Chinese Energy Engagement with Latin America: A Review of Recent Findings**. Washington, DC, 2015. Disponível em:

<https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2019/07/ChinaLatinAmericaEnergy.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2019.

KONG, Bo. **China's international petroleum policy**. Santa Barbara: Praeger, 2010.

KRAUSS, Cliford; BRADSHER, Keith. China's global ambitions, cash and strings attached. **The New York Times**, 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/07/26/business/international/chinas-global-ambitions-with-loans-and-strings-attached.html>. Acesso em: 28 dez. 2020.

KUEH, Y. Y. **China's new industrialization strategy was chairman Mao really necessary?** Cheltenham: Edward Elgar, 2008.

KUMAR, Krishna. Third world multinationals: a growing force in International Relations. **International Studies Quarterly**, v. 26, n. 3, p. 397–424, 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2600427>. Acesso em: 9 jul. 2020.

KUPFER, David; FREITAS, Felipe Rocha de. Direções do investimento chinês no Brasil 2010-2016: estratégia nacional ou busca de oportunidades. In: JAGUARIBE, Anna (org.). **Direction of Chinese global investments: implications for Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018.

LARDY, Nicholas R. The role of foreign trade and investment in China's economic transformation. **The China Quarterly**, v. 144, n. 1995, p. 1065–1082, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0305741000004732>. Acesso em: 16 jan. 2021.

LECRAW, D. Direct investment by firms from less developed countries. **Oxford Economic Papers**, v. 29, n. 3, p. 442–457, 1977. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2662608>. Acesso em: 11 jul. 2020.

LEE, Chia-yi. China's energy diplomacy: does Chinese foreign policy favor oil-producing countries? **Foreign Policy Analysis**, v. 15, n. 4, p. 570–588, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/fpa/orz011>. Acesso em: 29 out. 2019.

LI, Quan; YE, Min. China's emerging partnership network: what, who, where, when and why. **International Trade, Politics and Development**, v. 3, n. 2, p. 66–81, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/itpd-05-2019-0004>. Acesso em: 5 nov. 2020.

LIEBERTHAL, Kenneth; OKSENBERG, Michel. **Policy making in China: leaders, structures, and processes**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

LU, Weiwei *et al.* Assessment of energy security in China based on ecological network analysis: a perspective from the security of crude oil supply. **Energy Policy**, v. 74, p. 406–413, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2014.08.037>. Acesso em: 29 out. 2019.

LUO, Yadong; TUNG, Rosalie L. International expansion of emerging market enterprises: a springboard perspective. **Journal of International Business Studies**,

v. 38, p. 481–498, 2007. Disponível em:

<https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8400275>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LUO, Yadong; XUE, Qiuzhi; HAN, Binjie. How emerging market governments promote outward FDI: experience from China. **Journal of World Business**, v. 45, p. 68–79, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2009.04.003>. Acesso em: 12 jul. 2019.

MA, L. J. Oil from the wells of China. **Geographical Review**, v. 70, n. 1, p. 99–101, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/214371>. Acesso em: 21 set. 2020.

MARCONI, Maria; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATHEWS, John A. Dragon multinationals: new players in 21st century globalization. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 23, p. 5–27, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10490-006-6113-0>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MAXWELL, Neville. A Note on the Amur/Ussuri sector of the sino-soviet boundaries. **Mordern China**, v. 1, n. 1, p. 116–126, 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/188887>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MEDINA, Norbert Molina. Las relaciones diplomáticas Venezuela - China (1974-1999). **Humania del Sur**, Mérida, v. 13, n. 25, p. 79–102, 2018. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/45699>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MEIDAN, Michal. **The structure of China's oil industry: past trends and future prospects**. OIES Paper: Working Paper OIES PAPER WPM 66. The Oxford Institute for Energy Studies. Disponível em: <https://www.oxfordenergy.org/wpcms/wp-content/uploads/2016/05/The-structure-of-Chinas-oil-industry-past-trends-and-future-prospects-WPM-66.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.

MIKAEL, Carlos; BATISTA, Arnemann. **Sexta rodada de licitações sob o regime de partilha da produção: sumário geológico e áreas em oferta**. 2019. Disponível em: http://rodadas.anp.gov.br/arquivos/Bienio/Mapas_LP6/sumario_geologico_areas_oferecidas_LP6.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

MOON, Hwy Chang; ROEHL, Thomas W. Unconventional Foreign Direct Investment and the imbalance theory. **International Business Review**, v. 10, n. 2, p. 197–215, 2001. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0969-5931\(00\)00046-9](https://doi.org/10.1016/S0969-5931(00)00046-9). Acesso em: 17 ago. 2020.

MOURA, Rafael Shoenmann de. Las reformas económicas de China y la geopolítica del petróleo: un análisis de política exterior a la luz de la cuestión energética. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 27–58, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v13n3.2018.819>. Acesso em: 28 out. 2019.

MUYZENBERG, M.; ISSOVA, L.; JUMATAI, G. The problem of energy security in the PRC foreign policy. **International Relations and International Law Journal**, v. 82,

n. 2, p. 118–124, 2018. Disponível em: <https://bulletin-ir-law.kaznu.kz/index.php/1-mo/article/view/791>. Acesso em: 30 out. 2019.

NARANJO-NAVAS, Bryan J.; NARANJO-NAVAS, Christian P. China and its interests in Latin America. **Kairós Revista de Ciencias Económicas, Jurídicas y Administrativas**, Riobamba, v. 3, n. 5, 2020. Disponível em: <http://kairos.unach.edu.ec/index.php/kairos/article/view/83/116>. Acesso em: 28 nov. 2020.

NAUGHTON, Barry. China's distinctive system: Can it be a model for others? **Journal of Contemporary China**, v. 19, n. 65, p. 437–460, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670561003666079>. Acesso em: 6 jun. 2020.

NAYAK, Dinkar; CHOUDHURY, Rahul N. **A selective review of foreign direct investment theories**. ARTNeT Working Paper Series, n. 143. Asia-Pacific Research and Training Network on Trade. Bangkok, 2014. Disponível em: <https://www.unescap.org/resources/selective-review-foreign-direct-investment-theories-awp-no-143>. Acesso em: 2 ago. 2019.

NUNES, Ticiana Amaral. A relevância estratégica da Venezuela a partir da perspectiva da segurança energética da China. **Revista Intellector**, Rio de Janeiro, v. XVI, n. 30, p. 134–147, 2018. Disponível em: <http://www.cenegri.org.br/intellector/ojs-2.4.3/index.php/intellector/article/view/289/232>. Acesso em: 28 out. 2019.

NYMAN, Jonna. 'Red storm ahead': securitisation of energy in US–China relations. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 43, n. 1, p. 43–65, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0305829814525495>. Acesso em: 11 set. 2019.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **OECD investment policy reviews. China: encouraging responsible business conduct**. Paris: OECD, 2008 a. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/iip-2006-5-en>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **OECD benchmark definition of foreign direct investment**. 4^a ed. Paris: OECD, 2008 b. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264064805-en>. Acesso em: 15 ago. 2020.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 7–30, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0034-73292004000100002>. Acesso em: 12 nov. 2020.

OVIEDO, Eduardo Daniel. **Historia de las relaciones internacionales entre Argentina y China**. Buenos Aires: Dunken, 2010.

PAN AMERICAN ENERGY. **Operations**. 2021. Disponível em: <https://www.pan-energy.com/en/operations/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PEI, Changhong; ZHENG, Wen. **China's outbound foreign direct investment promotion system**. Berlin: Springer, 2015.

PETROAMAZONAS. **Petroamazonas EP adjudicó dos contratos de perforación para Sacha, Bloque 60 y Coca-Payamino, Bloque 07**. 2021. Disponível em: <https://www.petroamazonas.gob.ec/?p=10319#>. Acesso em: 19 fev. 2021.

PHILIP, Alan Butt; FORNES, Gaston. The China-Latin America axis: following the path of the Manila Galleon. **AIB Insights**, v. 14, n. 1, p. 7–10, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.46697/001c.16937>. Acesso em: 26 out. 2020.

PIÑA, Carlos Eduardo. Chinese OFDI in Venezuela (2000-2017): conditions, challenges and policy proposals. *In*: DUSSEL PETERS, Enrique (org.). **China's Foreign Direct Investment in Latin America and The Caribbean: conditions and challenges**. Ciudad Universitaria: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019. p. 211–230. Disponível em: https://dusselpeters.com/CECHIMEX/20190804_CECHIMEX_Libro_Chinas_Foreign_Direct_Enrique_Dussel_Peters.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

RAMAMURTI, Ravi. The theoretical value of studying Indian multinationals. **The Indian Journal of Industrial Relations**, v. 45, n. 1, p. 101–114, 2009. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.2307/27768257>. Acesso em: 20 ago. 2020.

RAMASAMY, Bala; YEUNG, Matthew; LAFORET, Sylvie. China's outward foreign direct investment: Location choice and firm ownership. **Journal of World Business**, v. 47, n. 1, p. 17–25, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2010.10.016>. Acesso em: 11 jul. 2019.

RED ALC-CHINA, Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China. **OFDI de China en ALC**. 2020. Disponível em: <https://www.redalc-china.org/monitor/informacion-por-pais/informacion-por-pais>. Acesso em: 28 nov. 2020.

REIS, Ciro Marques; MACHADO, Mônica Sampaio. A geografia do petróleo em transição: considerações a partir das descobertas de fontes não convencionais de petróleo na América. **Geo UERJ**, v. 2, n. 25, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2014.12864>. Acesso em: 25 jan. 2021.

REISS, Stefanie. **Discovery of the terra incognita: five decades of Chinese foreign policy towards Latin America**. Working Paper, n. 2. Institute of Political Science, University of Mainz. Germany. 2000. Disponível em: <http://www.asiayargentina.com/pdf/218-discovery.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

REN, Bing; LIANG, Hao; ZHENG, Ying. An institutional perspective and the role of the State for Chinese OFDI. *In*: ALON, Ilan; FETSCHERIN, Marc; GUGLER, Philippe (org.). **Chinese international investments**. London: Palgrave Macmillan, 2012. p. 11–37.

REPSOL SINOPEC BRASIL. **Nossas atividades**. 2021. Disponível em: <https://repsolsinopec.com.br/quem-somos/nossas-atividades/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

REUTERS. **CNOOC to buy stake in Argentina's Bidas for \$3.1 billion**. 2010a. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-cnooc/cnooc-to-buy-stake-in-argentinas-bridas-for-3-1-billion-idUSTRE62D0OF20100314>. Acesso em: 4 dez. 2020.

REUTERS. **FACTBOX-Venezuela development plan for Orinoco oil belt**. 2010b. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/venezuela-carabobo-idUKN1123338520100211>. Acesso em: 19 fev. 2021.

ROCHA, Felipe Freitas da. **Acesso chinês a recursos naturais na América Latina**. 2016. 132 p. Dissertação (Mestre em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/dissertacoes_teses/mestrado/2016/felipe_freitas_da_rocha__c1aff.pdf. Acesso em: 17 dez. 2019.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. O pouso do dragão na América do Sul: uma análise dos China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean e do projeto da Nova Rota da Seda. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 19, n. 37, p. 78–105, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2020.166148>. Acesso em: 2 nov. 2020.

SAMANAMUD, Terán Germán. China en América Latina: los casos de Ecuador y Perú entre los años 2009-2012, ¿es posible una apuesta hacia el futuro? **Anuario Mexicano de Derecho Internacional**, v. 14, p. 221–260, 2014. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S1870-4654\(14\)70007-8](https://doi.org/10.1016/S1870-4654(14)70007-8). Acesso em: 10 nov. 2020.

SAUVANT, Karl P.; NOLAN, Michael D. China's outward foreign direct investment and international investment law. **Journal of International Economic Law**, v. 18, n. 4, p. 893–934, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jiel/jgv045>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SEABRA, Fernando. Determinantes do Investimento Direto Externo (IDE) na América Latina: uma perspectiva institucional. **Economia**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 231–247, 2007. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol8/vol8n2p231_247.pdf. Acesso em: 22 jul. 2019.

SECRETARÍA DE HIDROCARBUROS. **Mapa de Bloques**. 2021. Disponível em: <http://www.historico.secretariahidrocarburos.gob.ec/mapa-de-bloques-petroleros/>. Acesso em: 19 fev. 2021.

SHICHENG, Xu. Las diferentes etapas de la relación sino-latinoamericanas. **Nueva Sociedad**, n. 203, p. 102–113, 2006. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/las-diferentes-etapas-de-la-relacion-sino-latinoamericanas/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SINOCHEM. **Sinochem to become 40% partner of Statoil in Peregrino Oil Field in Brazil**. 2010. Disponível em: [http://www.sinochem.com/en/s/1569-5518-17446.html#:~:text=Sinochem Corporation has agreed to,to start production in 2011.](http://www.sinochem.com/en/s/1569-5518-17446.html#:~:text=Sinochem%20Corporation%20has%20agreed%20to,to%20start%20production%20in%202011.) Acesso em: 4 dez. 2020.

SINOCHEM. **Sinochem Petróleo Brasil Limitada**. 2011. Disponível em: <http://www.sinochem.com/i/1543-4986-18261.html>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SONG, Xiaoyu. Regulations of Chinese OFDI: general trends in Latin America and the Caribbean (2000-2018). *In*: DUSSEL PETERS, Enrique (org.). **China's Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean: conditions and challenges**. Ciudad Universitaria: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019. p. 15–32. *E-book*. Disponível em: https://dusselpeters.com/CECHIMEX/20190804_CECHIMEX_Libro_Chinas_Foreign_Direct_Enrique_Dussel_Peters.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

SONG, Yan; ZHANG, Ming; SUN, Ruifeng. Using a new aggregated indicator to evaluate China's energy security. **Energy Policy**, v. 132, p. 167–174, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2019.05.036>. Acesso em: 31 out. 2019.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna: quatro séculos de História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. *E-book*.

STANLEY, Leonardo E. China's OFDI in Argentina. *In*: DUSSEL PETERS, Enrique (org.). **China's Foreign Direct Investment in Latin America and The Caribbean: conditions and challenges**. Ciudad Universitaria: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019. p. 121–150. Disponível em: https://dusselpeters.com/CECHIMEX/20190804_CECHIMEX_Libro_Chinas_Foreign_Direct_Enrique_Dussel_Peters.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

SUTHERLAND, Dylan; ANDERSON, John. The pitfalls of using foreign direct investment data to measure Chinese multinational enterprise activity. **The China Quarterly**, v. 221, p. 21–48, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0305741014001490>. Acesso em: 6 ago. 2020.

TAYLOR, Monique. **The chinese state, oil and energy security**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. **World investment report 2011**: New York; Geneva: United Nations, 2011. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/wir2011_en.pdf. Acesso em: 24 maio. 2019.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. **World investment report 2018: investment and new industrial policies**. New York; Geneva: United Nations, 2018. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/wir2018_en.pdf. Acesso em: 24 maio. 2019.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. **World investment report 2019: special economic zones**. New York; Geneva: United Nations, 2019. Disponível em: https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2019_en.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. **Global investment trend monitor**. Issue 38. New York; Geneva: United Nations, 2021. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/diaeiainf2021d1_en.pdf. Acesso em: 31 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **UN comtrade**. 2019. Disponível em: <https://comtrade.un.org/data/>. Acesso em: 3 dez. 2019.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION - EIA. **China International energy data and analysis**. 2015. Disponível em: https://www.eia.gov/international/content/analysis/countries_long/China/archive/pdf/china_2015.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION - EIA. **China surpassed the United States as the world's largest crude oil importer in 2017**. 2018. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=34812>. Acesso em: 25 nov. 2019.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION - EIA. **Country analysis executive summary: Venezuela**. 2019. Disponível em: https://www.eia.gov/international/content/analysis/countries_long/Venezuela/archive/pdf/venezuela_2019.pdf. Acesso em: 26 dez. 2020.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION - EIA. **International**. 2020. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/overview/world>. Acesso em: 6 jul. 2020.

VASQUEZ, Patricia I. **China, oil, and Latin America: myth vs reality**. Washington, DC: Atlantic Council, 2018. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2018/03/china-oil-latam-final.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

VERNON, Raymond. International investment and international trade in the product cycle. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 80, n. 2, p. 190–207, 1966. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1880689>. Acesso em: 8 ago. 2020.

VILLELA, Eduardo Viegas Meirelles. As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês. **Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico**, PUC/SP, 2004. Disponível em: <http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>. Acesso em: 9 nov. 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Historical capitalism: with capitalist civilization**. New York: Verso, 1983. *E-book*.

WANG, Haijiang Henry. **China's oil industry & market**. Oxford: Elsevier, 1999.

WEI, Yuwa. **Issues decisive for China's rise or fall: an international law perspective**. Singapore: Springer, 2019.

WISON ENGINEERING SERVICES CO. LTD. **Annual report 2013**. Disponível em: <https://www1.hkexnews.hk/listedco/listconews/sehk/2014/0425/ltm20140425688.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

WORK, TT. **TTWork**. 2021. Disponível em: <http://www.ttwork.com.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

WU, Hsiu Ling; CHEN, Chien Hsun. An assessment of outward foreign direct investment from China's transitional economy. **Europe - Asia Studies**, v. 53, n. 8, p. 1235–1254, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09668130120093219>. Acesso em: 16 jul. 2019.

WU, Wenyuan. China and Latin America's energy future: the case of oil. *In*: BAGLEY, Bruce M.; KASSAB, Hanna S.; MOULIOUKOVA, Dina (org.). **The impact of emerging economies on global energy and the environment: challenges ahead**. London: Lexington Books, 2015. p. 55–78.

WU, Wenyuan. **Chinese oil enterprises in Latin America: corporate social responsibility**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

WYKES, Sarah. **The Orinoco oil belt update**. 2012. Disponível em: <https://www.boell.de/sites/default/files/uploads/2012/10/venezuela-orinoco.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

XU, Yanran. **China's strategic partnerships in Latin America: case studies of China's oil diplomacy in Argentina, Brazil, Mexico, and Venezuela, 1991-2015**. Lanham: Lexington books, 2017. *E-book*.

YAO, Shujie; SUTHERLAND, Dylan. Chinalco and Rio Tinto: a long march for China's national champions. **China Quarterly**, v. 199, p. 829–836, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S030574100999049X>. Acesso em: 1 set. 2020.

YAO, Shujie; WANG, Pan. **China's outward foreign direct investments and impact on the world economy**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.

YERGIN, Daniel. **The quest: energy, security and the remaking of the modern world**. New York: Penguin Books, 2012.

YIU, Daphne W.; LAU, Chung Ming; BRUTON, Garry D. International venturing by emerging economy firms: the effects of firm capabilities, home country networks, and corporate entrepreneurship. **Journal of International Business Studies**, v. 38, p. 519–540, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8400278>. Acesso em: 17 ago. 2020.

ZHANG, Jin. **Catch-up and competitiveness in China: the case of large firms in the oil industry**. London: RoutledgeCurzon, 2004.

ZHAOXI, Li. China's go global policy. *In*: LARÇON, Jean-Paul (org.). **Chinese multinationals**. Singapore: World Scientific, 2009. p. 31–48.

ZHENG, Bingwen; SUN, Hongbo; YUE, Yunxia. Sixty years of sino-latin american relations: review and reflection. *In*: CHAI, Yu; YUE, Yunxia (org.). **Sino-Latin American Economic and Trade Relations**. Singapore: Springer, 2019. p. 1–33.

ZHENG, Yuhua. Evaluating China's oil security and overseas oil investment. **American Journal of Industrial and Business Management**, v. 07, p. 959–972, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4236/ajibm.2017.78069>. Acesso em: 31 out. 2019.

ZIEGLER, Charles E. The energy factor in China's foreign policy. **Journal of Chinese Political Science**, v. 11, n. 1, p. 1–23, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02877031>. Acesso em: 29 out. 2019.

ZWEIG, David. **“Resource Diplomacy” under hegemony: the sources of sino-american competition in the 21 st century?** Working Paper n. 18. Center on China's Transnational Relations. Hong Kong. 2006. Disponível em: http://www.cctr.ust.hk/materials/working_papers/WorkingPaper18_DavidZweig.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

ANEXO A – TIPOS DE PARCERIAS

Relação com os 24 tipos de parcerias estabelecidas pela República Popular da China, segundo (LI; YE, 2019, p. 68)

1. Comprehensive Strategic Partnership of Coordination
2. All-weather Strategic Cooperative Partnership
3. All-round Strategic Partnership
4. Global Comprehensive Strategic Partnership for the 21st Century
5. Comprehensive Strategic Cooperative Partnership
6. Comprehensive Strategic Partnership
7. Mutually Beneficial Strategic Partnership
8. Innovative Strategic Partnership
9. Strategic Partnership of Coordination
10. Strategic Cooperative Partnership
11. Strategic Partnership
12. Strategic Cooperation
13. Closer Developmental Partnership
14. All-round Partnership of Friendship and Cooperation
15. Comprehensive Partnership of Friendship and Cooperation
16. All-round Partnership of Cooperation
17. Comprehensive Cooperative Partnership /Comprehensive Partnership of Cooperation
18. Important Cooperative Partnership
19. Partnership of Friendship and Cooperation/Friendly and Cooperative Partnership/Friendly Cooperative Partnership
20. Partnership of Friendship/Friendly Partnership for Common Development
21. Long-term Friendly and Cooperative partnership
22. Comprehensive Cooperation
23. Partnership of good Neighborliness and Mutual Trust
24. New Partnership